



Reunião de 21/11/2016

**ATA N.º 30/2016**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, QUE TEVE CONTINUAÇÃO EM VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

---- Aos **vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, declarou aberta esta reunião extraordinária do dia 21 de novembro de 2016. Resumo diário de tesouraria referente ao dia 18 de novembro de 2016: Total de disponibilidades – 787.359,16 euros (setecentos e oitenta e sete mil trezentos e cinquenta e nove euros e dezasseis cêntimos); - De operações orçamentais: 637.314,49 € (seiscentos e trinta e sete mil trezentos e catorze euros e quarenta e nove cêntimos); - De operações não orçamentais: 150.044,67 € (cento e cinquenta mil quarenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos). -----

**ORDEM DO DIA**

**1 - PROPOSTAS DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017 – APROVAÇÃO**

---- Presentes as propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia deixou ali na mesa a alteração de pormenor às Grandes Opções do Plano e que têm a ver com a rubrica do 03.320 – Projetos 2017 – 5.009, que é Plano de Iluminação Pública e Eficiência Energética e Aquisição de Serviços. Está lançado apenas com 1 euro de financiamento definido, porque tem a ver com o propósito que o Executivo tem em trazer, numa próxima reunião de Câmara, não sabia se na próxima, a questão da possibilidade de adquirir serviços, no âmbito de um concurso público, das empresas de energia, no sentido de substituir toda a iluminação, todas as luminárias de sódio e de mercúrio, por iluminação led, no âmbito do concurso que se venha a desenvolver e, portanto, é apenas a mera possibilidade que fica aberta em Grandes Opções do Plano de, depois a Câmara, se assim o entender, puder recorrer a esse mecanismo. Relativamente à proposta do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano 2017, ela está entregue aos Senhores Vereadores. No essencial, segue a linha da gestão municipal que vem sendo seguida desde 2014, sem alteração que foi aprovada em junho de Revisão do Plano de



### Reunião de 21/11/2016

Ajustamento Financeiro. Quem verifica o cumprimento desse Plano de Ajustamento Financeiro, que é a Direção Geral das Autarquias Locais e a Secretaria de Estado da Administração Local, nos refere, é que, no âmbito do contrato que foi celebrado no final de 2012, a Câmara de Nelas se vinculou a um Programa de Regularização de Dívidas em Atraso, que era o PAEL. E associado a esse mesmo PAEL também à medida de reestruturação financeira, que era a medida de recuperação financeira mais gravosa prevista na Lei das Finanças Locais, nos termos do qual contrato que foi celebrado na altura entre a Câmara de Nelas e essas entidades tutelares, que resultou de um despacho, que está referenciado nas cartas que foram enviadas, que é o 14.763, é expressamente referido que a Câmara de Nelas se vinculou a um contrato que implicava uma taxa de IMI e IMT no máximo porque isso eram condições mínimas de adesão ao Programa, como está referido no texto e também na própria Lei. Isso, por um lado e por outro lado que nos termos do mesmo contrato, a Câmara também se vinculou em não contratar nenhum empréstimo em termos futuros. O que significa que, por via contratual, qualquer alteração posterior, de agilização por via legal das regras de exceção, não seriam aceites, não seriam admissíveis nestes casos porque, é a explicação que dão na comunicação que enviaram, o contrato de reequilíbrio financeiro também não o permite e, portanto, essa norma do Orçamento do Estado que foi invocada, o artigo 192.º, em junho passado, também não se aplicará. Portanto, neste quadro não resta e, por isso houve também este intervalo de espera para apresentação da proposta de Orçamento, porque tinha, de facto, feito esta primeira Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro em junho e não restou outra alternativa ao Executivo senão, nesta fase, apresentar uma proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2017 com os pressupostos decorrentes do Plano de Ajustamento Financeiro a que o Executivo está obrigado e refleti-lo e, portanto, continuar, no essencial e é isso que está na proposta do Orçamento, a linha de baixa do endividamento do Município e, portanto, o Executivo vai possivelmente chegar ao final deste exercício orçamental de 2017, na precisão que ali está, com um abaixamento da dívida de médio e longo prazo de cerca de 36% relativamente àquela que o Executivo encontrou em final de 2013. Vai passar de 14,5 milhões de euros para pouco mais de 9,5 milhões de euros, não chega a 9,5 milhões de euros, 9,4 milhões de euros. Também, no essencial, o Executivo está vinculado à regra de que só pode fazer os investimentos que estão previstos no Plano de Ajustamento Financeiro, que foi então aprovado em 2012 e outros excepcionais, que para tal o Executivo tem que pedir autorização, que é o caso da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, que já tinha sido pedido autorização e ela já tinha sido concedida. Portanto, a perspetiva de que com a Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro, aprovado em junho, o Executivo poderia baixar a taxa de IMI, de 0.45, que é a taxa máxima legalmente estabelecida, para 0.375 e ainda a contração do empréstimo ao abrigo daquela norma 192.º, da Lei do Orçamento do Estado, não permite ao Executivo desafetar as verbas do Orçamento de Estado para os projetos comunitários que o Executivo tem que cumprir. E, no essencial, a proposta de Orçamento, em termos de investimentos, concretiza aquilo que nos é possível libertar em termos de Orçamento Municipal para corresponder à nossa quota-parte de comparticipação em projetos comunitários a que o Executivo tem recorrido, a quase todos e estão evidenciados na proposta de Orçamento, seja recursos diretos ao PT 2020 por programas próprios, ao PO SEUR, particularmente, e no PO SEUR está a questão que para o Executivo é absolutamente prioritária, que é a questão das ETAR,s, de dotar o Município de estações de tratamento dos



### Reunião de 21/11/2016

resíduos até ao final do mandato. Portanto, o Executivo tem em Visto no Tribunal de Contas a ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor. Tem também, no âmbito do PO SEUR, aprovada a candidatura do cadastro, de cadastrar a rede de água e saneamento. O Executivo tem candidatas outras obras que ainda estão em fase de análise. Tem vindo troca de correspondência, mas, portanto, estão aí lançadas com financiamento não definido, mas que em 2017 poderão, perfeitamente, arrancar. O Executivo está à espera a todo o momento que isso possa acontecer, além de um aviso especial que possa ser aberto para o Município de Nelas no âmbito das compensações da não construção da Barragem de Girabolhos. Depois, o Executivo tem correspondido às candidaturas no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, onde estão alguns projetos que também estão evidenciados na proposta de Orçamento, particularmente ao nível da edificação, as três Escolas Primárias, as Escolas Primárias de Vilar Seco, Santar e Carvalho Redondo, sendo que o financiamento que no Pacto está previsto para as três Escolas não chega a 200.000,00 euros, anda à volta de 180.000,00 euros e o nível de intervenção que o Executivo quer fazer chega aos quase 450.000,00 euros, que é o nível de intervenção mínimo que a engenharia e que o projeto geral feito aqui na Câmara e as especialidades feitas por Engenheiros externos, dizem que é o mínimo de investimento que pode ser feito. O Executivo tem que acompanhar também esse Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, onde o Executivo tem uma expectativa de entre 1 milhão de euros e 1,5 milhões de euros de investimento e, portanto, no Orçamento Municipal tem que ficar reservado necessariamente para acompanhar esses projetos de investimento. Além disso, o Executivo tem também a reabilitação urbana, que está garantido para o Município de Nelas um FEDER de 1.400.000,00 euros, com candidaturas a realizar até maio do ano que vem e, portanto, é investimento de quase, a passar 1,5 milhões de euros, se o Executivo tiver o acelerador de investimento cuja obra das Quatro Esquinas lhe vai permitir e, portanto, está em condições de poder avançar e, portanto, também teve que reservar, por via de verbas próprias, os 15% que cabe ao Município suportar. E além disso, o Executivo tem recorrido ainda, por todos os meios ao seu alcance, àquilo que permite ainda à própria ADD, de que o Município faz parte, que é com as Câmaras, como os Senhores Vereadores sabem, de Mangualde, Penalva do Castelo, Aguiar da Beira e Sátão, e no âmbito dos projetos, que estão todos eles virados para a economia, há ainda umas verbas destinadas à recuperação de aldeias e mercados locais, que o Executivo vai tentar potenciar e é isso que está evidenciado aí também nessa opção que resulta nas Grandes Opções do Plano em termos de potenciação de mercados locais com a recuperação da Bogaria, em Santar, acompanhando o projeto privado, que também já foi apoiado em termos de CCDR, que é o Santar Garden Village e, portanto, o Executivo tem uma oportunidade, por via dos mercados locais, de ter 50% de financiamento da recuperação da Bogaria, em Santar, sendo que o máximo que é considerado são 200.000,00 euros. Portanto, o Executivo tem um projeto de projetistas a adaptar essa realidade de Santar a este projeto da Bogaria e tem previsto em Grandes Opções do Plano já a possibilidade de lançar uma empreitada durante o ano de 2017 de 200.000,00 euros para fazer da Bogaria, numa primeira fase, sem prejuízo depois do edifício das associações e da praça dos 5.000 metros que o Edifício comprou em frente à Bogaria, de fazer daquele local o Wellcome Center para Santar, abrangendo toda a economia e não apenas a ligada ao Santar Garden Village, mas toda a economia associada em Santar. O Executivo tem a possibilidade também, não estando desatento, só em termos sintéticos e para concluir, os



#### Reunião de 21/11/2016

dados estavam nos documentos, mantêm-se a opção estratégica desde 2013 assumida, não foi alterada, sustentabilidade financeira, correção das finanças municipais, ambiente, condições para criação de emprego, particular atenção ao desenvolvimento industrial, também reforço da área social. Há aí alguns dados. Por exemplo, reforço para 50.000,00 euros da verba para recuperação de habitações, de famílias carenciadas. Portanto, no ano de 2017 é isso que o Executivo se propõe fazer. Manter a delegação de competências, manter as transferências de verbas para a limpeza urbana para as Freguesias. Pode-se ter que ocorrer, de um momento para o outro, a situações de calamidade, como a que ocorreu na Variante, relativamente à rede viária e, portanto, há também uma verba que não é muito significativa, para conservação e reparação de rede viária, que é, absolutamente, essencial. E o Executivo ainda conta, no âmbito de toda a atividade que está a ser desenvolvida para o ano de 2017 e por isso estão as rubricas lançadas, todas as rubricas de obras que vão ser realizadas no âmbito da compensação pela não realização da Barragem de Girabolhos, pela Hidromondego. Se os Senhores Vereadores repararem, nas Grandes Opções do Plano, as rubricas estão todas lançadas com 1 euro, ou à volta disso, para permitir que haja, de facto, uma interligação entre a obra que vai ser realizada pela Hidromondego e alguma necessidade que surja e que não esteja prevista nessa obra da Hidromondego, sendo que virá à próxima reunião de Câmara de 30 de novembro todos os cadernos de encargos das obras que serão realizadas, que implicam um protocolo a celebrar entre a Câmara e a Hidromondego para cada uma das obras e em todas as obras estará incluído todo o investimento, incluindo as redes. O Executivo conta, também para o exercício de 2017, com esse equilíbrio que resulta daquilo que foi aprovado em termos de compensações pelas obras da Hidromondego, que haja também nas Freguesias, naquelas 10, 12 obras que estão lá previstas, de facto, um desenvolvimento integrado e harmonioso de obras que são, absolutamente necessárias e desejadas por todos e que vêm sendo repetidas em todos os Orçamentos, como sendo os benefícios na rede viária de Senhorim, a parte social, como seja a Rua da Soma, a Estrada Moreira – Nelas, a Variante da Aguireira, a Rua do Castelão, a recuperação das 30, 31 fossas. Portanto, são também um conjunto de obras de capital que complementarão este Orçamento Municipal para 2017. Só para concluir, queria dizer que a Lei de Orçamento do Estado que foi aprovada para 2017, também está referenciado no Relatório que foi enviado aos Senhores Vereadores, particularmente nos artigos 68.º, 70.º, 204.º e 208.º, da proposta de Orçamento de Estado, há um conjunto de intenções de alteração do Quadro Legal vigente aquando da aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro por parte da Câmara, seja ao nível do ajustamento da Lei de Finanças Locais, seja ao nível da possibilidade dos Municípios que já estão abaixo do limite máximo do endividamento, que é o caso, manifestamente, de Nelas, poder haver alguma flexibilidade em termos de regras por via da legislação aplicável ao PAEL, que é o Decreto-Lei n.º 43, quer por via da reestruturação financeira, que é o Decreto-Lei n.º 38/2008, em que, de facto, existem regras em que se diz como é que se entra e como é que os Municípios se devem comportar e têm pouca flexibilidade no sentido de dizer como é que os Municípios podem sair das situações de sobrendividamento. Portanto, há, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2017 também claramente janelas de oportunidade que se podem colocar ao Município de Nelas no sentido de, depois em Câmara e Assembleia Municipal, fazer as opções que considerar mais acertadas em termos de recuperação, que é aquilo que o Executivo também se propôs fazer, completa em termos da autonomia administrativa e



## Reunião de 21/11/2016

financeira da Câmara no sentido de se governar por si própria e não manter a necessidade de pedir autorização para fazer revisões de Planos de Ajustamento Financeiro, não pedir autorização para este próprio Orçamento, que o Executivo vai ter que enviar para lá para eles autorizarem o Orçamento e, portanto, acha que o Executivo já tem condições e tem que as criar e reafirmar em 2017 no sentido de, através de uma consensualização em Câmara e na Assembleia Municipal, sair do Plano de Ajustamento Financeiro e recuperar definitivamente em futuro próximo a nossa autonomia administrativa e financeira. Em resumo, era isto que ele, Senhor Presidente, queria realçar relativamente a esta proposta de Orçamento e fica à disposição, ele e a Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas e também a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia e os Serviços, para as considerações, dúvidas que os Senhores Vereadores entendam fazer. Perguntou quem se queria pronunciar sobre este assunto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques cumprimentou todos os presentes. Afirmou que queria começar por onde o Senhor Presidente terminou, que era, o artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que diz o seguinte: Entre o Estado, através da DGTF e o Município é celebrado pelo prazo de 5 anos a contar de decisão final. Perguntou o que é que aquilo queria dizer. Quer dizer que temos que liquidar o contrato do PAEL durante 5 anos que termina em 2017? O artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, que regula o PAEL. É que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, sabe que o PAEL termina a partir do 5.º ano e não temos nada que mandar mais os Orçamentos para a DGAL. E não tem nada a ver com o limite do endividamento. Pediu ao Senhor Presidente para ver o artigo 5.º, n.º 4. -----

---- O Senhor Presidente leu o seguinte: Contrato de empréstimo - Entre o Estado, através da Direção Geral e o Município é celebrado pelo prazo de 5 anos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que em 2017 faz os 5 anos do contrato. Tendo concluído o contrato já não tem nada a ver o PAEL com o Orçamento porque o PAEL terminou. Já não o temos que o mandar à DGAL. Aliás, há outra norma que diz que não tem nada que ir à DGAL passados 5 anos após a contratação do contrato do PAEL e não pelo limite do endividamento. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar a informação ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que a ideia que ele, Senhor Presidente, tem, só para esclarecimento, é que o contrato do PAEL foi celebrado em 2013. Afirmou que estavam a ler mal a norma. A norma é um procedimento e diz assim: Depois de aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e estando tudo autorizado, o contrato de empréstimo entre o Estado, através da Direção geral de Tesouro e Finanças e o Município, o contrato é que é celebrado no prazo de 5 anos. Não é pelo prazo de 5 anos. Ou seja, a Câmara não pode estar indefinidamente sem celebrar o contrato. Isto porque é uma norma procedimental. Está em vigor e o Executivo deve à volta de 600.000,00 euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu desculpa ao Senhor Presidente. Afirmou que tinha visto que o Executivo ia amortizar à volta de 38.000,00 euros no ano de 2017 do contrato do PAEL. E que havia outra norma sem ser esta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, aliás, devia haver ali outra norma que era a revisão. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que outra norma em que diz que deixa de ser obrigatório o envio à DGAL. Leu isso em alíneas. -----

---- O Senhor Presidente leu o seguinte: Os objetivos e as medidas apresentadas no Plano são objeto de reanálise pelo Município e pelo Estado. -----





## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que isso era a Portaria. Isso era outra história. Há uma norma qualquer que diz que depois de 5 anos deixa de ser obrigatório o envio à DGAL. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era – Outras Obrigações, é o artigo 10.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 43/2012, que é: Obrigação de submeter à DGAL durante os 5 anos seguintes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais e eventuais revisões, para apreciação técnica, antes da sua apresentação para aprovação à Assembleia Municipal. Mas só em 2018 porque o Município só celebrou o contrato PAEL em 2013. Foi aprovado em Câmara e em Assembleia Municipal em outubro de 2012. Mas depois só foi celebrado em 2013. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ficava um bocado esclarecido. Agora, falando sobre o Orçamento que ele pensa que, à partida, está inquinado da parte da Autarquia. Está inquinado pelo seguinte aspeto: Recebeu um e-mail da Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, no dia 2, para estar presente numa reunião. Imediatamente nesse dia ele respondeu a dizer que: *Por razões da minha atividade associativa e política não me é possível estar presente na reunião de 5/11/2016, para dar a conhecer a proposta de Orçamento de 2017. Por ser um documento de extrema importância para o Concelho, solicito que seja marcada uma nova data também pós laboral como aquela que me foi marcada por V.ª Ex.ª. Mais solicito que me seja entregue em suporte físico o documento para que na eventual reunião eu já possa ter conhecimento da mesma e a possa discutir antes da reunião de Câmara. Com os melhores cumprimentos. O Vereador, Dr. Manuel da Conceição Marques.* Depois, fez um pedido à Senhora Vice-Presidente da Câmara em que lhe pediu para mandarem os dados do PAEL para ele ver. A Senhora Vice-Presidente da Câmara respondeu-lhe assim: *Relativamente ao seu pedido de informação hoje via telefone informo que o valor da dívida do PAEL, os seus encargos e amortizações, estão espelhados no mapa de endividamento que acompanha anualmente os documentos de prestação de contas.* Até parece que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, estava obrigado a guardar em sua casa, fazer um espólio dos documentos da Câmara Municipal do Orçamento. Não lhe mandaram. Mas indo ao Orçamento em concreto. Este Orçamento, na sua opinião pessoal, não passa de uma mera politiquice e propaganda. E, já agora, tinha ali algumas perguntas para fazer ao Senhor Presidente. Por exemplo, nos empréstimos do PO SEUR, quais são os que estão contemplados, designadamente, na página quatro dois das receitas? Porque se for só aquilo que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, está a pensar, a ETAR e o Sistema Intercetor, não é este valor que vamos receber do PO SEUR, nem de longe, nem de perto, mas 1 milhão de euros, ou mais, o que quer dizer que este Orçamento está claramente inflacionado. Depois, há ali outra coisa que o Senhor Presidente também tem ali, que são as receitas da água e as despesas da água, que não está esclarecida, dos resíduos sólidos que não estão esclarecidos. Mas há ali uma coisa que, de facto, ressalta que é - Aquisição de Serviços, na página dois quatro da Despesa, Aquisição de Serviços – 2.492.426,00 euros. Não sabe o que é. Depois, têm ali – Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria – 219.000,00 euros. Seminários, Exposições e Similares – 317.000,00 euros. Outros Trabalhos Especializados – 789.000,00 euros. Encargos de Cobranças de Receitas – não somou. Outros Serviços. Só para Seminários, Estudos e Consultorias, Trabalhos Especializados e Outros Serviços, têm ali 1.647.000,00 euros, que não sabia o que era aquilo. Se calhar sabia, porque se calhar era para isto. Ainda ficou espantado quando viu na Base, um concurso para meio, 60.000,00 euros, para Prestação



## Reunião de 21/11/2016

de Serviços de Assessoria Técnica de apoio à implementação do Plano e da Ação para a Reabilitação Urbana – PARU. Mas, será que a Câmara não tem Técnicos? Só se for ali alguma solenidade, algum Professor Catedrático que venha para aqui fazer isto. Agora, em meio ano, pagar 60.000,00 euros, aliás basta ir á página da Base e ver os contratos que o Senhor Presidente lá tem de Assessorias para ficarem completamente perplexos. Depois, se isto não bastasse, vão ali à frente, tomou nota ali na página três, o Senhor Presidente tem ali para Programas Cientistas e Outros, faz ali um prolongamento até 2029, põe mil euros em 2017, depois começa a pôr 12.000,00 euros nos anos subsequentes. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pergunta ao Senhor Presidente se sabe que está na Câmara nessa altura para gerir este Orçamento. Mas indo outra vez à página quatro quinze, o Senhor Presidente levou para Lisboa, até tem ali uma fotografia, levou para Lisboa os bens intencionados Presidentes de Junta de Freguesia para fazer o Lar de Senhorim, o Lar de Canas de Senhorim e o Lar de Carvalhal Redondo. Depois, no Centro de Dia de Carvalhal Redondo põe 10.000,00 euros em 2010, deve ser para pagar o projeto que fizeram. Depois, põe em 2018. Então porque é que o Senhor Presidente não põe os 250.000,00 euros logo ali em 2017, tirando nos Estudos, nas Festas, nas Avenças, e resolvia logo este problema ali. Depois temos o mesmo em Vila Ruiva. Para Vila Ruiva pôs 1 euros. O Senhor Presidente levou o pobre do Toninho, com todo o respeito que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem pelo Toninho, para Lisboa, tiraram uma fotografia de Família na Assembleia da República, a dizer: vamos arrancar já com isto. E depois põe ali 1 euro para 2017. Claro, mas depois temos o Lar de Canas de Senhorim, 1 euro para 2017. Mas temos 250.000,00 euros depois. Olhem, votem em mim porque depois em 2018 eu faço-vos isto. Isto tem que ser sério e não estavam a sê-lo. Depois, têm ali também a mesma coisa para Carvalhal Redondo. Habitação Social, que tanto o Senhor Presidente criticou o Executivo da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, do qual ele, Vereador Dr. Manuel Marques, fez parte. O Senhor Presidente metralhou o anterior Executivo por ter deixado perder o não sabia o quê, há um projeto e que continua de pé se o Senhor Presidente assim o quiser entender. Depois, o Senhor Presidente tem ali – Aquisição de imóveis para habitação social – 1 euro. Pronto. Está bem. É esta a preocupação do Senhor Presidente com a Ação Social e designadamente com os nossos velhinhos. Há ali outra coisa que ainda agora o Senhor Presidente falou, de facto, que é a CAVE – Centro de Artes e do Vinho – 200.000,00 euros para 2017. Depois, têm ali as ETAR,s. Há ali ETAR,s que o Senhor Presidente tem um euro. Então é esta a sua decisão de resolver o problema das ETAR,s com 1 euro? O Senhor Presidente diz que não tem dinheiro. Mas vai buscar aos Pareceres e aos Estudos? E que vai buscar às avenças que faz aí com a AGR, com a MOTRIZ, com essa gente toda? Sinceramente, não entendia. Depois, têm ali outra coisa que é fundamental, o Quartel dos Bombeiros e os nossos Bombeiros. O Senhor Presidente prometeu que arrancava com a segunda fase do Quartel dos Bombeiros. Não via porque ali estava apenas o subsídio que o Senhor Presidente prometeu aos Bombeiros. Não estava a perceber. O Senhor Presidente tinha ali para Desporto e Lazer, 250.000,00 euros. Perguntou se isso era para manutenção, ou era para fazer o terceiro campo no Estádio Municipal. Pensa que, para já, era isto. Gostava de ver esclarecidas estas questões. Este Orçamento, na parte social, continua a ter ali 100.000,00 euros, nem tanto. E depois vão ali, de facto, nas Avenças, como ainda agora aconteceu com uns Senhores que vêm para aqui fazer não sabia o quê, para monitorizar os PARU,s, que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não sabe o que é que eles vêm fazer e fica, de facto,



Reunião de 21/11/2016

preocupado porque, este ano, em Avenças, ou no mandato do Senhor Presidente, já passou de mais de um milhão de euros. Com a AGR, com a MOTRIZ, um milhão de euros em detrimento dos Colaboradores que temos na Câmara, que são excelentes profissionais. Depois, têm ali outra coisa que é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para o Concelho de Nelas, o Senhor Presidente põe ali um euro. Não entende. Acha que este Orçamento deve ser reformulado. Mas deixará isso para quem sabe melhor do que ele sobre esta matéria. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes. Afirmou que ia fazer esta primeira intervenção e depois agradecia que o Senhor Presidente lhe voltasse a conceder a palavra depois duma primeira abordagem e do esclarecimento de algumas dúvidas e questões, que ele, Vereador Adelino Amaral, gostaria de colocar em relação ao Orçamento. Algumas dessas questões são questões já repetitivas que ele, Vereador Adelino Amaral, tem levantado em discussão e apreciação dos Orçamentos em anos anteriores, nomeadamente a continuação de rubricas de valores significativos com a designação de Outros que ele acha que deviam vir especificadas, mas não vindo, julga que também não vêm no Relatório do Orçamento que ele passou os olhos, leu até uma parte quase ao fim onde lhe parece que também não vem lá isso explicado. Portanto, gostaria que lhe fossem explicados ali a razão de ser de alguns valores que constam do Orçamento. Esses valores são no lado da receita, desde logo a explicação das várias rubricas consignadas para Impostos Diretos, o IMI, o Imposto Único de Circulação, o IMT e a derrama, que no seu todo, parece-lhe que tem um valor exagerado. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente lhe explicasse como é que se chegam a estes valores e qual é a razoabilidade dos mesmos. Ainda na parte da receita e na rubrica de Rendimentos de Propriedade aparece um valor de 385.000,00 euros em Outras Rendas que ele, Vereador Adelino Amaral, presume que seja a renda paga pela EDP, mas gostaria que lhe fosse depois também confirmado isso, se há mais alguma coisa, ou se é só esse valor da ocupação do espaço pela rede de distribuição de energia elétrica. Depois, finalmente, na receita, também gostaria que lhe fossem explicados os valores constantes no Capítulo X – Transferências de Capital, os três programas que têm valores significativos do Portugal 2020, que é: PO SEUR – 4.094.000,00 euros; o Centro 2020 – 1.335.000,00 euros e o PDR – 250.000,00 euros. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente lhe dissesse, concretamente, a que projetos, ou a que candidaturas, estes valores dizem respeito. Do lado da despesa, na rubrica 02.01.21 – Outros Bens – 85.000,00 euros. Portanto, aquilo está em Aquisição de Bens e Serviços – Outros Bens – 85.749,00 euros. Depois, também, julga que este valor, por ser muito elevado, deveria também ser explicitado, a rubrica 02.02.14 – Estudos, Projetos, Pareceres e Consultadorias – 299.996,00 euros. Na rubrica 02.02.16 – Seminários, Exposições e Similares, julga que ali estará incluída a Feira do Vinho, mas o valor que está ali é 307.440,00 euros, era também para o Senhor Presidente explicar o remanescente desse valor. Na rubrica 02.02.20, onde julga estar incluída a recolha de resíduos, mas também era para saber se o total que está aí diz respeito à recolha de resíduos, ou se tem mais alguma coisa e o quê, uma vez que o valor é 789.234,00 euros. Depois, a rubrica 02.02.25 – Outros Serviços – 250.500,00 euros, também gostaria que o Senhor Presidente dissesse o que é que são estes valores. Depois, na rubrica de Transferências Correntes para Famílias – Programas Ocupacionais – 04.08.02.01, portanto, tem Programas Ocupacionais – 210.000,00 euros e Outros – 50.000,00 euros. Na rubrica Outras Despesas





## Reunião de 21/11/2016

Correntes – Outros, portanto é a despesa final de despesas correntes, 06.02.03.05 – 50.000,00 euros para Outras. Na rubrica 07.01.13 – Investimentos Incorpóreos, pensa que isto é a elaboração dos cadastros da rede de água e saneamento, só para confirmar ali 225.000,00 euros. Depois, há ali uma outra rubrica – Transferências de Capital – Outras - 50.000,00 euros, que é 08.08.02, para Famílias. E, depois, uma questão que ele, Vereador Adelino Amaral, já tem colocado e nunca teve assim uma resposta satisfatória que é a seguinte: As Transferências de Capital para Instituições sem fins lucrativos e para Famílias correspondem a subsídios para obras, presume-se, uma vez que estão como Transferências de Capital. Só que a sua dúvida e é uma dúvida que também não teve ocasião de a esclarecer fora do âmbito da Câmara Municipal. De facto, é um investimento por parte de quem recebe o subsídio. Vai fazer obra. Vai fazer imobilizado, portanto, transforma-se em capital, em investimento. Mas, por parte da Câmara não lhe parece que faça sentido classifica-los como Transferência de Capital e como investimento porque, de facto, o que a Câmara aplica em investimento materializa-se em imobilizado, em património, sujeito a amortizações e uma vez que esse investimento e esse imobilizado não é propriedade da Câmara, parece-lhe algo confuso, algo duvidoso, que esses subsídios, se for esse o caso, presume que seja, sejam considerados como Transferências de Capital e como investimento. Eles, de facto, são investimento das instituições que o recebem, mas para a Câmara é um subsídio, portanto, não se materializa em nenhum imobilizado, nem em nenhum imobilizado que seja propriedade da Câmara, portanto, não lhe parece que seja correto, a menos que, por exemplo, pode acontecer a Câmara conceder um subsídio a uma instituição que está instalada num edifício que é da Câmara que foi cedido em regime de comodato, e aí não é, digamos que a Câmara não dá subsídio nenhum, faz a obra, portanto, não é esse o caso, julga ele, Vereador Adelino Amaral. Mas gostaria que lhe fossem explicadas estas dúvidas. Para já era só isso. Também relacionado com a dúvida que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques colocou, que é uma coisa que ele, Vereador Adelino Amaral, também já defendeu ali naquela mesa, é que a gestão dos subsistemas água, saneamento e recolha de resíduos, no seu conjunto, devia ter ali quase uma conta a separar, pelo menos haver um quadrozinho onde isso seja explicado porque no Orçamento estão previstas receitas de 1.313.000,00 euros para estas três rubricas e as despesas serão qualquer coisa parecida no caso dos resíduos terem um valor próximo dos 789.000,00 euros que ele perguntou. Mas terá um superavit muito elevado, se este valor for menor, por isso, gostava que o Senhor Presidente lhe esclarecesse isto. È evidente que este subsistema tem também de gerar alguns saldos para poderem ser feitos investimentos. Mas é importante os Membros da Câmara perceberem se na gestão corrente este subsistema de água, resíduos e saneamento gera, ou não, lucros, ou proveitos, para a Câmara, ou representa em si um encargo. Para já, eram estas questões que gostaria que o Senhor Presidente lhe desse algum esclarecimento e depois lhe concedesse, de novo, a palavra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que começava pelo Relatório que foi apresentado aos Senhores Vereadores só para chamar a atenção que quando foi da apreciação técnica da revisão do Orçamento da Câmara, que foi enviado à DGAL, ela própria já falava em termos de prudência, em termos de crescimento das despesas correntes. Ele, Vereador Artur Ferreira, pensa que o Relatório e que o Orçamento que estão a analisar, pensa que não teve em conta essas dúvidas que achava já nessa altura no segundo semestre na



### Reunião de 21/11/2016

alteração do Orçamento para 2016, este Orçamento. E, começando pelo Relatório, tinha ali umas perguntas também para fazer ao Senhor Presidente. Em primeiro lugar, porque fala-se que o endividamento da Câmara é de cerca de 1,5 milhões de euros. No entanto, por aquilo que a lei diz, apenas 20% desse valor é que poderá ser, efetivamente, contratado, portanto, serão 300.000,00 euros conforme está ali no Relatório. Depois, também queria dizer que ali no quadro, na página 8, no Mapa Resumo de Classificação Económica, ele, Vereador Artur Ferreira, tem ali uma dúvida em termos da variação que houve em termos das Taxas, Multas e Outras Penalidades desde 2014 para 2015, 2016 e 2017 e nos Rendimentos de Propriedade também há ali um aumento de 2016 para 2017, pois era essa pergunta que também queria que o Senhor Presidente o esclarecesse, já para não falar nos Impostos Indiretos que mais à frente falará também de um aumento significativo. Ainda na parte do Relatório, queria deixar só ali a nota de que as despesas correntes previstas para o ano de 2017 serão 8.300.000,00 euros, que não diferem muito daquelas que eram em 2013, que eram 8.700.000,00 euros. São menos 400.000,00 euros, é significativo, é certo, mas como ele também já alertou há algum tempo, vão entrar a um nível que acha que não se coaduna com aquilo que depois é dito no Relatório em termos de diminuição das despesas correntes, como é que irá ser feita. Têm ali um aumento de despesas correntes em cerca de 1.200.000,00 euros, como é que nós vamos fazer para 2017 para que essas despesas não aumentem como têm sido aumentadas como até aqui. Ali também na parte final, ele, Vereador Artur Ferreira, queria perguntar ao Senhor Presidente se são só aqueles processos que ali estão porque existem ali vários sobre as despesas irregulares, se o Senhor Presidente podia dar um esclarecimento a que é que esses processos dizem respeito. E se aqueles processos de contraordenação que também vinham anteriormente se já vinham todos tratados, ou se existe ainda algum pendente. Isto é na parte do Relatório do Orçamento. Na parte daquilo que o Senhor Presidente também falou, ele, Vereador Artur Ferreira, falará mais à frente até em termos de PAEL. Mas, sobre a proposta de Lei do Orçamento para este ano, parece-lhe que não é tão claro também assim. Aquilo que estava no ano passado vai manter-se este ano, só altera é a Lei n.º 75. Mas tem lá um travão nos outros artigos que não sabia, se este ano não nos foi possível fazer o que a Câmara pretendia fazer, dúvida que para o próximo ano também lhes deixem fazer essa situação. Mas falarão quando for da atualização do IMI. Em termos das Grandes Opções do Plano também muito já foi dito. Também só ia ali reforçar aquilo que já foi dito principalmente pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, que estavam ali a falar que, se calhar, tinham estudado em conjunto, mas não foi o caso, portanto é a questão dos Impostos Indiretos que aumenta ali cerca de 300.000,00 euros, estava a falar da parte da receita, em relação a 2017. Depois, também, no Capítulo 05, ali na rubrica de Outros a que é que diz respeito também. Na página 8, na despesa, era também aquilo que foi falado, portanto, os Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, os Seminários, Outros Trabalhos Especializados, que são variações significativas desde 2016 para 2017, cerca de 250.000,00 euros cada rubrica. Só referir isso. Nos Outros Serviços a mesma coisa. Há ali uma situação que também, tendo em atenção a maioritária idade da população do Concelho em que o valor que se vai investir em termos de lares, ou de apoio social às pessoas com mais idade também acha que é pouco. Da mesma forma, os cemitérios, portanto, o Senhor Presidente tem falado ali e é verdade, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia falam muito nisso, os cemitérios estão em rutura e nós temos ali cerca de 150.000,00 euros que por aquilo que depois está no mapa das Grandes Opções do Plano, se



## Reunião de 21/11/2016

refere quase só a pagamentos de valores que já vêm de traz e não chega, se calhar para fazer, de certeza que não chega para fazer a ampliação de alguns cemitérios que é necessário. Depois, só queria dizer que o valor total das despesas aumenta cerca de 3 milhões de euros, mas isso está significativo também em termos do que é a proposta e a capacidade, ou não, da Câmara receber os valores que vêm de financiamento. Como ponto positivo, porque acha que não podem só estar ali a dizer o mal e era isso também que queria perguntar ao Senhor Presidente, e o Senhor Vereador Adelino Amaral falou nisso, sobre as transferências para as instituições, ele, Vereador Artur Ferreira, acha que é o ponto significativo e positivo que vê no Orçamento, o valor que está atribuído às associações. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, sem prejuízo de, em rubricas específicas, pedir ajuda da Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia relativamente a algumas questões colocadas pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, o que ele, Senhor Presidente, pode dizer relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, por exemplo, a questão dos Estudos e dos Projetos, o Executivo está numa fase, por exemplo, no PARU, quem fez as ARU,s de Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Caldas da Felgueira foi a Sociedade Portuguesa de Inovação. O Executivo tem candidaturas para apresentar até maio. Tem que as lançar na Plataforma. Alguns projetos, de não enorme dimensão, têm sido feitos ali internamente, com os Quadros Técnicos que o Executivo tem, que é a Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana, a Senhora Arquiteta Denisa e a Senhora Eng. Paula. Mas, relativamente à reestruturação da Praça do Município e à reestruturação da Praça da Igreja Matriz, onde estão previstos investimentos vultuosos, o Executivo achou prudente do ponto de vista da qualidade e do sucesso do financiamento para essas candidaturas em termos de reabilitação urbana, lançar esse pedido de apoio a entidades exteriores e, portanto, esse valor que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques referenciou, de 60.000,00 euros, é para elaborar todos os projetos da Praça do Município e os projetos da Igreja Matriz, Projetos, Estudos Prévios e Projetos/Base e apresentar as necessárias candidaturas para financiamento, cujo financiamento está garantido. Contrariamente à expectativa que o Executivo tinha relativamente à parte social, quando foi, nessa ocasião, com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia ao Senhor Ministro, relativamente ao Centro de Dia e Lar de Idosos, em Carvalhal Redondo e o Centro de Dia de Vila Ruiva e o Lar para Pessoas com Deficiência, em Canas de Senhorim, em que lhes foi dito que iria abrir um Aviso em junho. Esse Aviso ainda não abriu. O que foi lançado até agora foi uma perspetiva de mapeamento. Foi enviado ao Executivo um relatório de todo o País relativamente à possibilidade de um mapeamento, que vai ter que ser aprovado pela União Europeia e que está em apreciação e, portanto, estas obras do ponto de vista social dependem de duas coisas: dependem da construção e depois dependem da contratualização delas em termos de manutenção futura. Portanto, o Executivo está, naturalmente, disponível, como sempre e como as Câmaras anteriores estiveram em termos de IPSS,s e também dos Bombeiros e de outras instituições, a acompanhar o conforto financeiro daquilo que faltar da parte não financiada. É por isso também que o Senhor Vereador Artur Ferreira, por exemplo, quando fala em lares e numa rubrica tão escassa que se vê no Orçamento relativamente a lares, é pela circunstância de que o Executivo não tem lares. O Executivo tem aí um pedido do Lar São Miguel para fazer obras e etc. Isso terá que ser feito através de uma contratualização, ou de uma transferência de verbas para o Lar de São Miguel e, portanto, isso vai mais na rubrica das Transferências de Capital e não tanto nessa rubrica porque o Executivo não tem lares para



## Reunião de 21/11/2016

poder fazer investimento e, portanto, o Executivo tem esse pedido e já o fez também este ano com um apoio à Tesouraria do Centro Paroquial de Vilar Seco. Portanto, não é por não vir aí esse apoio que o Executivo deixará de o conceder. E essa questão social no financiamento, em anos futuros e a rubrica aberta fica também, naturalmente, garantido que a Câmara dará esse conforto. Não vale a pena, acha ele, Senhor Presidente, e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques compreenderá que, face às necessidades que existem no Município, que continuam a existir, que o Executivo faça uma cativação de verbas, ou avance com uma obra que não tenha a garantia da contratualização da mesma por parte da Segurança Social e, portanto, é deixar abrir o Aviso. O Executivo está também muito atento àquilo que pode ser a habitação social. O Governo está a mexer nas regras relativamente ao IRU e essas possibilidades da habitação social. O Concelho de Nelas tem um problema de habitação social. O Executivo tem um problema de bloqueamento da nossa malha urbana, particularmente na sede do Concelho com o problema dos grupos de etnia cigana e também muitas outras necessidades de habitação social da população dessa etnia que lhe têm feito chegar. Portanto, o Executivo está também atento e se surgir essa oportunidade avançará também isso. O Executivo tem apresentado praticamente candidaturas a todos os avisos e a todas as oportunidades que surgem e vê-se nas Grandes Opções do Plano que, praticamente, em todas as candidaturas o Executivo tem apresentado projetos. Relativamente aos Bombeiros, o que o Executivo propõe no protocolo, que são os 25.000,00 euros de apoio regular anual e o Executivo mantém também uma verba de 40.000,00 euros para obras, também está lá previsto no PPI, para cada um dos Corpos de Bombeiros, que são 40.000,00 euros para um, mas transitou para o ano de 2017 20.000,00 euros que os Bombeiros de Nelas ainda não utilizaram, vinte mil e poucos euros, que os Bombeiros de Nelas ainda não utilizaram nas obras de vedação do Quartel, que estão em curso e, portanto, como o Executivo não fez o pagamento, teve de transitar essa verba. Era essa a explicação dos 60.000,00 euros. Em relação aos processos judiciais, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia, ou até a Senhora Dr.<sup>a</sup> Marta, podem explicar. O Executivo tem acompanhado os processos judiciais de contraordenações ambientais. Nalgumas, o Executivo tem pago metade da coima. Noutra, o Executivo foi absolvido e tem pago. Ele, Senhor Presidente, acha que o Executivo já pagou, ou duas, ou três, depois a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia precisará, coimas de 38.000,00 euros, ou 39.000,00 euros. Por isso se impõe mais essa questão da resolução da questão ambiental e das ETAR,s em funcionamento. Os processos judiciais são, de facto, alguns de despesas irregulares, que estão em curso, que estão a decorrer. Em relação aos cemitérios não é despesas que já foram realizadas. São, pelo menos 50.000,00 euros para cada cemitério e os mais urgentes são aqueles que estão referenciados nos documentos, que são os mais urgentes, Vilar Seco, Folhadal, Senhorim e o Executivo também vai lançar já as bases para uma solução para o cemitério de Canas de Senhorim, que são, de facto, os cemitérios mais urgentes e não se trata de despesas que estejam já comprometidas. Há aí, em financiamento definido para este ano, pelo menos, 50.000,00 euros. É pensamento do Executivo que um cemitério pode não ser uma coisa que tenha que se fazer, necessariamente, de uma vez, pode-se fazer por fases, por talhões, e haver talhões disponíveis, que é aquilo que o Executivo está a fazer em Vilar Seco. Fez um procedimento de 20.000,00 euros para possibilitar que haja já um talhão disponível para que se cumpra esse serviço público essencial. Relativamente a cada uma das rubricas que o Senhor Vereador Adelino Amaral referenciou o Senhor Presidente pediu ajuda á Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia porque há regras para a



## Reunião de 21/11/2016

realização do Orçamento e, portanto, ele, Senhor Presidente, não as sabe todas de cor. E, portanto, a primeira questão que o Senhor Vereador Adelino Amaral levantou é a regra que levou aos Impostos Diretos, esta receita prevista de 2.948.000,00 euros. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou a Câmara que o aumento respeita a ter acrescido estas verbas com recebimentos em atraso de receita fiscal que consta do Portal das Finanças e que totaliza 343.000,00 euros. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se isso era em matéria da questão do IMI. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que era IMI, IUC e Contribuição Autárquica. ----

---- O Senhor Presidente perguntou-lhe se foram levadas em consideração essas verbas que estão lá disponibilizadas. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que sim. -----

---- O Senhor Presidente perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia no caso da rubrica – Outras Receitas, e Rendas. Mas como ele, Senhor Presidente, não tomou nota de tudo, pediu ao Senhor Vereador Adelino Amaral que fosse colocando as questões à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia, que é o que ele, Senhor Presidente, também às vezes faz, pergunta-lhe o que é que está ali na rubrica Outras e ela responde-lhe logo imediatamente porque tem, de facto, tudo justificação e há rubricas agregadas grandes que estão em Outras e ele, Senhor Presidente, pedia então ao Senhor Vereador Adelino Amaral que colocasse as questões diretamente à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que a primeira questão eram os 385.000,00 euros de Rendas, Rendimentos de Propriedade, 05.10.99. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que era, como já tinha dito, a renda de concessão da EDP. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou se era só isso. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que sim, que era só isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que era, então, a renda da EDP pela ocupação do espaço. Perguntou em relação à indicação das candidaturas destes Programas PO SEUR, Centro 2020 e PDR. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que no PO SEUR tinha 1.663.000,00 euros da III ETAR de Nelas e Sistema Intercetor e 2.430.000,00 euros das ETAR,s que estão candidatas e de um reservatório. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou se eram outras ETAR,s que estavam candidatas. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que sim. ----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou em relação ao Centro 2020. --

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que no Centro 2020 estavam 220.000,00 euros da Loja do Cidadão, 648.125,00 euros da Reabilitação Urbana do Concelho de Nelas, 320.000 euros de várias obras de investimento do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, que constam do PPI como PCTCVDL, que é o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e 100.000,00 euros de uma comparticipação que a ADD está a promover na CAVE, de Santar. O PDR é uma candidatura que foi da criação de faixas de gestão de combustível. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral pediu desculpa e perguntou se de todas estas candidaturas não havia despesa prevista no Orçamento destes valores. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares afirmou que havia despesa prevista no Orçamento, não





## Reunião de 21/11/2016

destes valores, mas superior. A comparticipação era de 85%, -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que não estava a ver, por exemplo, 2.485.000,00 euros nas ETAR,s. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares afirmou que só queria dizer que as receitas significativas de Outras, na classificação 07 – Refeições Escolares e Alargamentos de Horários, que foram discriminadas. Todas as outras são fotocópias, são buscas, são certidões. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que na parte da receita, tirando essa da renda da EDP, não há assim mais nenhum valor com grande significado. Há ali uns 16.000,00 euros, mas acha que são valores que não carecem de uma explicação muito pormenorizada. Na parte da despesa, de facto, é que os valores têm mais significado desde logo, portanto, ele estava a ver o Resumo por Classificação Económica. Não sabia se podia seguir esse Resumo, que era mais cómodo. Tendo Outros Bens - 02.02.01.21. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que a previsão era feita em função dos gastos do ano anterior. É uma rubrica residual onde cai muita coisa e é em função do que foi gasto no ano atual. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que depois havia Outros Serviços, de 250.000,00 euros. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que também era em função do que se gastou este ano. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que este valor de 250.000,00 euros parece-lhe que deveria ser, na medida do possível, quando há verbas com algum significado, poderia ser desagregado. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que podia ver e depois dizer se há alguma rubrica de valor mais significado. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral pediu à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia para explicitar as rubricas de Estudos, Pareceres, Projetos, Seminários e Exposições e Outros Trabalhos Especializados. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que a rubrica 02.02-14 é assim: O Orçamento também é feito tendo em conta compromissos assumidos para o ano seguinte e para além de haver o contrato do Advogado, que não é relevante, há outros encargos com advogados e também resulta de projetos que estão no PPI, ou nas Grandes Opções do Plano. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se era execução e acompanhamento de projetos. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que sim. Esta verba soma o que está no PPI mais alguma coisa que são dotações para usar no próximo ano. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia como era no caso dos Seminários. -----  
 ---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que os Seminários era fundamentalmente a Festa do Vinho, a Junho em Festa, a Feira Medieval, e Canas em Movimento, que estão nas Grandes Opções do Plano. Só há ali uma que não está vertida nas Grandes Opções do Plano, que são cerca de 5.000,00 euros para Seminários, Seminários a decorrer durante o ano. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia como era



## Reunião de 21/11/2016

no caso dos Outros Trabalhos Especializados. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que são cerca de 500.000,00 euros para resíduos sólidos e o restante também é para compromissos já assumidos este ano, concretamente Contratos de Prestação de Serviços e fica alguma coisa, não se recorda quanto, de dotação para usar no próximo ano. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia que, então, ficava alguma coisa, que ela não sabia quanto, que não está comprometida, mas que o valor é orçamentado com base no que foi executado anteriormente. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que sim e com base no que está comprometido e em compromissos já assumidos. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia, depois, na questão dos Programas Ocupacionais e Outros. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que no caso dos Programas Ocupacionais é para Pessoal que está do Centro de Emprego, são os chamados POC,s. Os 50.000,00 euros é dos regulamentos de apoio à natalidade. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se os chamados POC,s ali é pago como sendo subsídios. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que naquele caso há orientações do POCAL, que é no caso de surgirem despesas novas, que é uma transferência para famílias, não é despesas com o Pessoal, não é Aquisição de Serviços, era mesmo por ali. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se Outros eram subsídios por natalidade. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que sim. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que depois havia outro valor de 50.000,00 euros. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que aí também foi em função do que se gastou em 2016, que ultrapassou seguramente os 100.000,00 euros porque o Executivo pagou três coimas e processos judiciais que tiveram sentença e mesmo as coimas também foi no decorrer do recurso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se o valor de 225.000,00 euros era a elaboração dos cadastros, que era a rubrica 07.01.13. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que sim. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que era rede de água e saneamento. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que também tem participação do PO SEUR. Por isso nos 2.430.000,00 euros também cabe lá esta participação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que depois havia ali mais um valor de 50.000,00 euros em Outros, Transferências de Capital para Famílias. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que gostava, só para não haver dúvidas, as Despesas de Capital incluem despesas de investimento e transferências de capita. Portanto, tudo o que é despesas de investimento é, efetivamente, o que se vai deduzir no imobilizado do Município. Quando é para outra entidade fazer



## Reunião de 21/11/2016

investimento nunca é para imobilizado nosso, é um benefício de outra entidade e então é uma Transferência de Capital. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se eram assim sempre que é para obras. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que tem que ter em vista um investimento do lado de lá. -

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia como é que a Câmara controlava isso. Perguntou se a Câmara concedia o subsídio e depois ia ver como é que ele é aplicado. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Adelino Amaral que o Executivo pede cópia das faturas. Primeiro, há um protocolo que é assinado, com as obrigações e os direitos. E, normalmente, o Executivo sempre pede o comprovativo em como foi investido. Isso é controlado. Aliás, a lei manda isso também. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia se os 50.000,00 euros em Famílias também eram para apoio a obras, por exemplo. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia respondeu que neste caso tinha que ir ver. Não se lembrava o que era. -----

---- O Senhor Presidente informou que eram os apoios a estratos sociais desfavorecidos, 50.000,00 euros. Está no PPI. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia agradeceu ao Senhor Presidente essa informação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou todos os presentes. Afirmou que também tinha ali algumas questões. Uma delas foi agora ali levantada pelo Senhor Vereador Adelino Amaral. Calcula que nas indicações do PO SEUR também faltem ali, quer o cadastro, quer, eventualmente, a questão dos contentores enterrados. -----

---- Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares informou o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges que no caso dos contentores enterrados o dono da obra era o Planalto Beirão. O que está no PPI é a parte da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que não conseguia encontrar na parte da despesa onde é que estão, então, a receita está contabilizada, mas a despesa, quer para outras ETAR,s, quer para o reservatório de água, não a consegue encontrar e, portanto, tinha essa pequena dúvida. E tinha uma outra dúvida, relativamente à questão da regeneração urbana, que, curiosamente, noutra dia fez uma pergunta à Chefe da Unidade da Missão para a Valorização do Interior e ela disse-lhe que o Governo que iria rever a questão de apenas só as sedes dos Concelhos poderem beneficiar disso. Ela esteve num Seminário, em Viseu e ele questionou-a e ela disse-lhe que essa situação estava em cima da mesa. Mas, o que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, queria perguntar, era qual é o período temporal em que esta regeneração urbana tem que ser feita, se tem que ser feita toda em 2017 e isto também porque, tendo em conta aquilo que o Senhor Presidente referiu em diversos sítios, nomeadamente nas ações que fez em Santar, Canas de Senhorim e Caldas da Felgueira, de que, caso o financiamento comunitário não fosse possível fora das sedes dos Concelhos, que a Câmara Municipal usaria o Orçamento próprio para fazer algumas obras de regeneração e não encontrando ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, nenhum exemplo claro dessa intenção manifestada, questiona se essas obras da PARU têm que ser feitas em 2017. Parece-lhe que não porque o Quadro acaba em 2020 e até porque os financiamentos comunitários podem ser candidatados mesmo depois da obra estar feita desde que não esteja totalmente paga. Sugeriria



### Reunião de 21/11/2016

ali que houvesse algum equilíbrio nesta área, não concentrando tudo em Nelas, usando esse artifício, essa justificação de que só estas reabilitações são financiadas e tendo em conta aquilo que foi assumido publicamente também pelo Senhor Presidente da Câmara. Também tinha algumas questões. Não sabe qual será o sentido de colocar no Orçamento investimentos de 10.000,00 euros em obras que, provavelmente, custam 10 vezes mais a realizar, nomeadamente ligações da Rua da Estação à Rua Tiago Marques, 5.000,00 euros e coisas do género. Acha que não é, propriamente, muito sério, a não ser que o Executivo inicie as coisas e as deixe paradas como noutros tempos também eram feitas e muito bem eram criticadas. Parece-lhe que este Orçamento, com estes investimentos, é um Orçamento, do ponto de vista geográfico, muito desequilibrado, demasiadamente centralista. As suas observações e as suas propostas tinham a ver com isto. Tem estas dúvidas relativamente às ETAR,s porque não as vê ali com, efetivamente, intenção de serem realizadas, ou pelo menos, admite estar enganado. Mas a maior parte delas têm ali dotações de 1 euro, ou de 10.000,00 euros, o que são, manifestamente, insuficientes para as levar a cabo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente às questões que são levantadas, no que respeita às ARU,s o que está no Aviso de candidatura da CCDRC, é que as candidaturas têm que ser feitas até maio e depois o prazo de execução são 24 meses. Está também aberta a possibilidade de haver uma reprogramação e um reforço de verbas para efeitos de reabilitação urbana e é isso que o Executivo está a seguir, iniciar este ano a reabilitação urbana na sede do Concelho, para não perder verbas, apresentar todos os projetos até maio e depois têm 2 anos para ser executados. O Governo também já referenciou em vários fóruns que está a fazer já uma revisão do próprio PT 2020 no próximo mandato autárquico. E era justo que esta fosse uma das matéria que estivesse lá em alteração porque, de facto, é muito revolucionista esta questão de só haver necessidade e o Município de Nelas sai até prejudicado porque tem zona ribeirinha na Felgueira e tem áreas industriais degradadas em Canas de Senhorim, em particular. Portanto, o Executivo poderia, em muito, beneficiar do Quadro Comunitário para potenciar os investimentos. Relativamente à questão das ETAR,s, como já tinha referenciado no início, continua a ser uma prioridade do Executivo. Ele, Senhor Presidente, está a fazer tudo que está ao seu alcance para aquelas 6 ETAR,s que estão candidatas no Aviso de julho, serem aprovadas, em contacto direto com o Ministério do Ambiente. Não é só ele, Senhor Presidente, é Nelas, Mangualde e Seia e está para abrir também um Aviso no Ciclo Urbano da Água para realizar essas necessidades do Concelho de Nelas. Tem muita esperança e tem a garantia de que a questão, até agosto, ou setembro do ano que vem, se não estiver, como não é expectável que esteja a obra concluída, estará toda a obra em andamento relativamente a esse centro de custos, da necessidade das estações de tratamento de águas residuais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ainda no Código da Receita 100/307.04.04, do PO SEUR têm ali 4.094.433,00 euros. Tinha uma pergunta ao Senhor Presidente, mas não tem necessidade de ser feita porque o Senhor Presidente já disse que não estão contratualizadas as novas ETAR,s, portanto, não sabia porque é que aparece ali essa receita. Perguntou ao Senhor Presidente se este valor é o valor global de todas as obras. Se é valor global de todas as obras pergunta porque é que aparece a receita toda ali em 2017 quando uma obra tem um prazo de construção de 567 dias. Ora, é quase 2 anos. E que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, saiba, isto só é pago depois dos autos de medição. Porque é



## Reunião de 21/11/2016

que aparece em 2017 tudo? A sorte do Concelho, na sua modesta opinião, é que o Senhor Presidente já não consegue fazer alterações orçamentais sem vir à reunião de Câmara porque isto era uma forma mirabolosa, ou miraculosa, de criar receitas no Orçamento para depois fazer noutras despesas. A sorte é que o Senhor Presidente já não pode fazer uma alteração orçamental sem a Câmara a aprovar porque se não tinham ali 2 milhões de euros a mais, ou 3 milhões de euros a mais de receita no Orçamento de 2017. Pensa que o seu raciocínio é correto. O Executivo só vai receber isto em 2018 porque o contrato para o Tribunal de Contas é de 567 dias. E o Estado e estes Programas só pagam depois de lá estarem os autos de medição, e esses autos de medição só serão efetuados lá para meados do ano que vem. Perguntou porque é que aparecem estas receitas. O Executivo está a antecipar os fundos, está a antecipar tudo. De facto, não entende. Já somou estes valores dos Estudos, Pareceres e Projetos, Seminários, Exposições e Similares, Outros Trabalhos Especializados e Outros Serviços. Dá-lhe a conta de, sensivelmente, 1.700.000,00 euros. Perguntou ao Senhor Presidente quanto é que foi gasto e executado em 2016. Se o podiam informar porque isso é importante para depois ele, Vereador Dr. Manuel Marques, fazer o seu sentido de voto nesta matéria. Nas quatro rubricas dá-lhe a soma de 1.647.000,00 euros. Perguntou quanto é que se gastou em 2016, que é para depois fazer uma pergunta ao Senhor Presidente. Perguntar-lhe porque é que se põe um euro nos Lares, não se prevê a 3.ª fase do Quartel. Na sua modesta opinião, aquilo foi de 1.100.000,00 euros em 2016, mais 600.000,00 euros nestas trapalhadas dos Estudos, dos Trabalhos Especializados e dos Pareceres. Gostava de saber porque era importante saber qual foi o executado em 2016. Mais 500.000,00 euros em relação a este ano.

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares, relativamente ao PO SEUR, aos 4.094.000,00 euros, que enunciasse outra vez qual é a receita já garantida, em termos de PO SEUR, que está ali evidenciada em 4.094.000,00 euros, em contratos formalizados. -----

---- A Senhora Dr.ª Célia Tavares informou a Câmara que não sabia quais as obras que têm contratos formalizados. Contratos formalizados é a ETAR. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que estava a III ETAR e Sistema Intercetor. Está o cadastro. Perguntou se o cadastro era PO SEUR. -----

---- A Senhora Dr.ª Célia respondeu que sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu os valores. -----

---- O Senhor Presidente informou que são trezentos e picos mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que para a obra da III ETAR de Nelas e Sistema Intercetor, de certeza absoluta que a Câmara não ia receber mais de 1,5 milhões de euros. Para a ETAR de Nelas temos 2.423.000,00 euros, 85%, depois o Sistema Intercetor é 1 milhão de euros. O valor financiável pelo Programa é de acordo com o valor do contrato formalizado com o empreiteiro. Que o Executivo fizesse as contas para ver quanto é que dá. Depois aparece ali uma receita de quatro milhões e tal de euros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, depois, além do contrato, há a fiscalização. Há os projetos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a sorte do Município e dos cidadãos é que depois de tirar dinheiro desta rubrica para outras rubricas, para as festarolas, para os seminários e para esta história dos 60.000,00 euros, que está ali, que é uma vergonha, vinha daquela rubrica. E acontecia o que aconteceu este ano de 2016, as receitas estão em déficit com as despesas num 1,5 milhões de euros. É o que está a acontecer. O





## Reunião de 21/11/2016

resultado negativo da Câmara de 2016 está muito perto de 1,5 milhões de euros. Depois o Senhor Presidente ainda se queixa que os Senhores Vereadores lhe tiraram as competências.--  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que estava, de facto, admirado e louvava o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Consegue fazer projeções para algumas rubricas. Agora, para resultados líquidos já é outra coisa que ele próprio não consegue fazer. Afirmou que gostava de fazer algumas considerações sobre o Orçamento e sobre as GOP,s. E ia começar, exatamente, pelas Grandes Opções do Plano que, tinham que ser realistas, eles, que criticam, quem critica, o valor do Orçamento muito elevado, depois a seguir não se pode vir queixar que os valores que estão nas GOP,s são reduzidos e que faltam lá muitas obras que deveriam ser incluídas porque, de facto, havendo corte no Orçamento do lado das receitas também tem que haver corte do lado das despesas e sofre muito aquilo que são as Grandes Opções do Plano uma vez que nos custos estruturais, que são expressos no Orçamento, principalmente pelas despesas correntes que têm um valor exorbitante, do seu ponto de vista, aí pouco se pode mexer, embora se possa mexer ainda alguma coisa. Em relação às Grandes Opções do Plano, sem querer criticar as opções que foram assumidas em termos de inclusão de obras e de investimentos nessas mesmas GOP,s, parece-lhe que há ali três lacunas que ele, Vereador Adelino Amaral, gostaria de realçar. A primeira delas é em termos de ambiente uma vez que, mesmo sabendo que parte desse investimento será feito através do protocolo com a Endesa, mas mesmo assim ficam muitas Freguesias por contemplar em termos ambientais, em termos de recuperação de ETAR,s, em termos de tratamento dos efluentes e, infelizmente, essa continua a ser uma realidade nua e crua que até tem sido alvo de intervenções parlamentares, nomeadamente do Grupo Parlamentar Os Verdes, questionando, de facto, o Governo sobre a situação, e não é só uma, nem duas, de algumas situações calamitosas que continuam a ocorrer no Concelho de Nelas. Do seu ponto de vista, a primeira grande lacuna das Grandes Opções do Plano, embora ela possa ser colmatada parcialmente pelo contrato com a Endesa, com a Hidromondego, é a questão ambiental e a ausência de investimento em ETAR,s em diversas Freguesias. A segunda lacuna das Grandes Opções do Plano é na área social em termos de apoio a equipamentos sociais. Embora haja verbas previstas, mas há uma grande obra que está em curso no Concelho que não tem sequer uma menção nas Grandes Opções do Plano. Ele, Vereador Adelino Amaral, sabia que é uma obra de uma instituição particular, como, aliás, são todas as instituições de solidariedade social, têm todas o mesmo estatuto, quer seja um Centro Paroquial, quer seja uma Misericórdia, quer seja uma associação, elas têm todas o mesmo estatuto. Portanto, estão previstas várias verbas, várias rubricas para equipamentos sociais, e bem, mas, de facto, há uma obra que está em curso neste momento no Concelho, que é de grande dimensão, de grande vulto, de grande impacto na comunidade e na economia local em que se insere, que é o caso da construção do Lar da Misericórdia de Santar e essa obra não está ali referenciada e ele só podia lamentar isso. Não sabia como é que são feitas, neste momento, as candidaturas. Ele, Vereador Adelino Amaral, promoveu uma candidatura para a construção de um equipamento social na altura do QREN. Era exigido que fosse feita uma parceria em que a Autarquia também assumia alguma responsabilidade no investimento. Não sabia se foi o caso deste projeto. Não sabia se há candidatura. Não tem conhecimento sobre isso. Mas parece-lhe de lamentar que, de facto, no Orçamento Municipal esta obra não tenha uma única referência sequer, já não diz 1 euro. Mas, de facto, a obra nem sequer está referenciada e, repete, é uma obra de grande dimensão,



### Reunião de 21/11/2016

de grande impacto na comunidade e na economia local, que é Santar. E a terceira grande lacuna nas GOP,s é aquilo que o Senhor Presidente também referiu, é a ausência de investimentos na área da habitação social. De facto, conhecidas que são as condições degradadas e degradantes em que vive muita gente, infelizmente, no nosso Concelho, de facto, a ausência de investimento nessa área também é preocupante. Também queria lamentar que na elaboração destes documentos e na execução da proposta de Orçamento não tenha havido condições para que fossem auscultadas as populações. Julga que foram auscultadas as Juntas de Freguesia, mas, se calhar, enfim, num contexto diferente, numa situação financeira mais folgada, essa consulta pensa que seria importante fazê-la. É uma tradição que se perdeu, fazer pequenas reuniões nas Freguesias, ouvindo quem quisesse participar. Pensa que é uma tradição que se perdeu mas que a Câmara deveria, sempre que possível, recuperar. E também relacionada com esta questão a ausência de qualquer menção àquilo que se vem reclamando como sendo o Orçamento Participativo. De facto, também neste Orçamento não há qualquer menção em relação a esse sinal de modernidade e de abertura das instituições e das Câmaras Municipais em concreto, de facto, também lamenta que não haja nenhuma menção neste Orçamento, sendo que, pelo que se lembra, já houve um Orçamento, julga que de 2013, já fazia menção, de facto, a uma possível abertura para a participação dos cidadãos com uma rubrica destinada ao Orçamento Participativo, embora isso nunca fosse, infelizmente, implementado. Em relação ao Orçamento propriamente dito, está ligado quase umbilicalmente ao Executivo anterior e aos Orçamentos do Executivo anterior e isso é de lamentar. E está ligado umbilicalmente por duas formas. A primeira porque, de facto, a situação financeira herdada, o PAEL, o Plano de Ajustamento Financeiro, de facto, como se bem viu pela informação dada pela Secretaria de Estado, a elaboração dos documentos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano é condicionada pela situação que foi herdada não podendo haver grandes margens para investimentos e para obras e para essas coisas todas. Nem sequer é, e ele, pessoalmente, também até concorda que não seja possível, no atual quadro, fazer empréstimos, mas nem essa possibilidade pode ser encarada e tudo graças à situação que o Executivo anterior deixou ficar. Mas, por outro lado, este Orçamento tem uma semelhança preocupante com os Orçamentos do Executivo anterior, não só em termos de valores, portanto, em 2011 o Orçamento também era de 16,5 milhões de euros e também tinha uma coisa que este Orçamento tem, que os de 2014 e 2015 não tinham, que era uma dependência financeira muito grande da Autarquia em relação a fontes de financiamentos externos. A Câmara conseguiu autonomias financeiras, ou dependências financeiras, na ordem dos 50% nos exercícios que ele, Vereador Adelino Amaral, referiu, que depois em 2015, pensa que não se conseguiu por causa da renegociação dos empréstimos e neste momento vamos, de facto, chegar aos valores que o Executivo anterior tinha de dependência financeira de 68%. Este Orçamento, de facto, tem uma dependência financeira brutal em relação a fontes de financiamento externas. Quando se fala em fontes de financiamento externas fala-se em verbas vindas de Fundos Comunitários, ou de Programas do Governo e de possíveis empréstimos. E essa dependência financeira, de facto, é muito grande neste Orçamento. Em termos gerais, naturalmente nós não podemos cortar o Orçamento para que ele seja espartano e que seja o mais magro possível. Não é isso que se pretende. O que se pretende é que o Orçamento seja realista. Ele, Vereador Adelino Amaral, acha que um bom Orçamento é um bom Orçamento que, dentro daquilo que é valores realizáveis, permite prover às necessidades



### Reunião de 21/11/2016

e às expetativas das comunidades e dos cidadãos. Acha que este Orçamento é enganoso porque de facto, os 16 milhões e tal de euros que estão previstos não correspondem a um Orçamento realista. O Orçamento de 2016 terá uma realização na ordem dos 11 milhões de euros, apesar dele ser de 12 milhões e tal de euros, terá, no seu entender, uma execução na ordem dos 11 milhões de euros, portanto, haverá uma décalage de 5 milhões de euros do Orçamento realizável em 2016 para o Orçamento previsto de 2017. E esses 5 milhões de euros, no seu entender, não têm justificação. A justificação que ele, Vereador Adelino Amaral, encontra ali, de facto, o aumento das receitas dos Impostos Diretos, o aumento das Transferências do Estado, que também lhe parece que é significativo e as candidaturas ao Portugal 2020, portanto, justificarão, do seu ponto de vista, um acréscimo em relação aos 11 milhões de euros, que também incluíam dinheiro recebido de fundos comunitários, justificarão um aumento na ordem dos 2 milhões de euros, mais coisa, menos coisa. Portanto, nunca um aumento de 5 milhões de euros, que é um aumento de quase 50%, que lhe parece, de facto, uma perspectiva demasiado atrevida e não lhe parece que cumpra as regras da Contabilidade, da prudência e do realismo. Acha que este Orçamento estaria em condições de ser aprovado mas retificando, de facto, aquelas rubricas que ele, Vereador Adelino Amaral, mencionou. Não lhe parece boa prática, parece-lhe até condenável incluir valores de candidaturas que não foram feitas ainda e das quais não há nenhuma garantia que possam vir a ser aprovadas, assim como em termos de impostos diretos também lhe parece que as previsões estão demasiado empoladas, estaria próximo dos 800.000,00 euros a mais daquilo que será exequível. E em termos de candidaturas acha que o que deve ser feito, quando se concretizam candidaturas e elas são aprovadas e há garantia do recebimento dessas verbas, o que se faz é uma alteração, ou uma revisão orçamental, como, aliás, têm ali na agenda a 3.<sup>a</sup> Revisão para aprovar. Portanto, esse é um mecanismo que deve ser usado e não incluir, por excesso, esses valores no Orçamento inicial, bem assim como aquilo que o Senhor Presidente já ali referiu uma vez, que no ano de 2016 haverá um superavit, ou haverá um excedente de Tesouraria, que pode permitir depois fazer umas revisões, ou uma revisão ao Orçamento de 2017 e a inclusão de novos projetos e de novos investimentos. Parece-lhe que esse é o caminho mais salutar, é o caminho mais realista e que, nem compromete o equilíbrio financeiro da Câmara, nem compromete também a nossa consciência e a nossa vontade de, fazendo obra, mostrando obra, mas manter as finanças da Câmara equilibradas e num nível controlável. E este Orçamento corre o risco, de facto, de o descontrolar uma vez que tem ali 3 milhões de euros de Orçamento a mais, que poderão, de facto, criar expetativas e levar a compromissos que provoquem depois desequilíbrios financeiros. Portanto, o que ele, Vereador Adelino Amaral, acha que deve ser feito é um reajuste nestes valores, uma reformulação do Orçamento e ele, com essa reformulação, estaria à vontade para o aprovar. Como o Orçamento está, em princípio, não. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores queria usar da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente que é em termos de áreas de reabilitação urbana, que fala em sede do Concelho. A sede do Concelho é Nelas, Folhadal, Algerás e Caldas da Felgueira e a Câmara tinha previsto também algumas obras para as Caldas da Felgueira e não sabe até que ponto não seria mais importante



### Reunião de 21/11/2016

fazer nas Caldas da Felgueira, se, realmente, em Nelas. As Caldas da Felgueira pertencem também à sede do Concelho e era essa pergunta que ele, Vereador Artur Ferreira, deixava para ver se, realmente, há possibilidade, ou não, de fazer isso. Outra situação era dizer ao Senhor Vereador Adelino Amaral, pensa ele, Vereador Artur Ferreira, que este Orçamento parecia ser aquele que iria deixar de ser refletido com o exercício anterior, com os Executivos anteriores. E todos estavam convencidos disso. E de um momento para o outro vê-se que há possibilidade da receita aumentar cerca de 800.000,00 euros em impostos indiretos porque não estava previsto esses valores, porque 300.000,00 euros, havia valores, segundo foi informado, da Administração Tributária, que tinha lá cativo aos Municípios, de receitas anteriores. E os outros cerca de 400.000,00 euros, 500.000,00 euros, eram da baixa da taxa do IMI. Portanto, estariam ali a falar de uma receita ainda mais inferior. Queria dizer também que já no Plano de Ajustamento Financeiro e isso não foi posto em causa por esta informação, nem pelas anteriores, havia sempre previsto um valor para investimento de cerca de 1,5 milhões de euros. Nos Orçamentos que ele, Vereador Artur Ferreira, vê, nos documentos que se lhe vêm apresentando não vê esse investimento. Vê, é pelo contrário, o aumento da despesa corrente e não do investimento. Pode estar a ver mal. Antigamente via-se que eram muros e passeios, mas iam-se fazendo essas obras. Neste momento também se fazem mas, pronto, põe aqueles que eram mais criticados. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral pediu desculpa por interromper, mas havia que clarificar porque não é 1,5 milhões de euros. Este Orçamento prevê em despesas com Aquisição de Bens de Capital 6.571.000,00 euros. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que já o outro Orçamento previa isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que não, que o que lhe parecia era que aquilo estava super empolado. Não é um Orçamento realista. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou as obras que se queriam ver não se vêm. Era isso que queria dizer. Portanto, eram essas perguntas que queria deixar ao Senhor Presidente. Acha que já não vale a pena bater mais no ceguinho porque verificámos este ano que essa possibilidade esfumou-se e mais à frente falarão sobre isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que fazia suas as palavras do Senhor Vereador Adelino Amaral e acrescentaria, então, tendo em conta as explicações que o Senhor Presidente deu de que a execução das ARU's, ou da PARU, terá que ser feita em 24 meses, o que atira lá para o final de 2019, acha que podia haver ali um reajustamento nos termos em que definiu, para que não concentrassem já tudo, porque esse financiamento, estando garantido, poderá ser executado em 2018, acha que a Câmara poderia, de alguma forma, fazer algumas obras também com aquela abertura e que acha que a sugestão do Senhor Vereador Artur Ferreira não deve colher, mas de qualquer das maneiras, poderá, eventualmente, ser invocada, mas tendo em conta os argumentos que o Senhor Presidente disse várias vezes. Portanto, fazer, efetivamente, alguma reabilitação e depois fazer as candidaturas posteriormente se houver abertura para financiá-las, ou não, se não for, que seja com o Orçamento Municipal porque, efetivamente, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, continua a achar que o sítio onde ela é menos necessária acaba por ser a sede do Concelho. Não estava a dizer que não fique melhor, claro que fica, mas pensa que o Senhor Presidente concordará com ele que não será propriamente em Nelas o sítio que necessita mais de ser



## Reunião de 21/11/2016

reabilitado do ponto de vista urbano fruto de um desinvestimento reiterado ao longo das décadas e de um centralismo que acaba por ser normal, mas que acha que compete à Câmara impedir, ou, pelo menos lutar contra ele. Também queria ali fazer apenas uma observação e dizer que do protocolo dos Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas, que são 25.000,00 euros, e que foi, efetivamente, comparativamente àquilo que existia no passado, é substancialmente maior, mas também gostaria de dizer, por exemplo, que para as Festas do Município, comparativamente a alguns gastos que são apenas e só pontuais e estes 25.000,00 euros são para o apoio ao funcionamento dos serviços essenciais ao longo de 12 meses e a Câmara continua a gastar valores superiores, ou muito próximos disso, por exemplo, para a Feira Medieval de Canas de Senhorim, 25.000,00 euros, para o Junho em Festa, 15.000,00 euros e, portanto, também lhe parece que há ali, do ponto de vista da utilidade para os Municípios, se calhar, alguma injustiça e que também sugeria ao Senhor Presidente que, dentro das possibilidades, pudesse fazer alguma adaptação porque acha que é de inteira justiça que isso seja feito e até porque as realidades sociais determinam que a disponibilidade de voluntários cada vez é menor. Não é um fenómeno que se aplique apenas aos Corpos de Bombeiros do Concelho de Nelas, antes pelo contrário e infelizmente e, portanto, é preciso, de alguma forma contrariar isso. Sabia que o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil até tem disponibilidade para que se crie, pelos menos, uma Equipa de Intervenção Permanente. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que isso poderia ajudar e o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil até deixou o compromisso de se criar uma Equipa de Intervenção Permanente num ano e outra no ano seguinte. Portanto, era importante que isso, não sendo efetivado, que seja a Câmara Municipal que possa, de alguma forma, também compensar isso. Acha também que há ali um inflacionar das verbas das receitas, concretamente no IMI e visto que não há, esteve ali a fazer contas, se considerarem que a Grande ETAR fica à volta de 3,5 milhões de euros, estarão ali a falar num financiamento de 2.300.000,00 euros de parte do POVT, portanto, têm ali à volta de 1,5 milhões de euros, 1.300.000,00 euros de receita, que depois não vê correspondência do ponto de vista da despesa. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não encontra a rubrica da construção do novo reservatório, não sabe onde é que ele está, não o vê nas Águas. Nas Águas vê 179.000,00 euros e no Saneamento vê 2.571.000,00 euros. Não percebe e acha que, ou há ali um lapso, ou há ali uma coisa que não percebe e o Senhor Presidente não lhe respondeu e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não entendeu. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, afirmou que o que se vai gastar em 2017 com a ETAR e com o Sistema Intercetor é fácil de ver, vão ao cronograma da obra e lá está expresso por etapas o que é a Câmara vai receber durante o ano. Não está lá e não faz parte disso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que a ETAR tem um ano e seis meses de execução. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, afirmou que no cronograma da obra está escrito o que é que em cada mês é executado e a Câmara vai receber e ser reembolsada disso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que não estava inscrito todo valor da obra da ETAR. Está inscrito dois milhões e qualquer coisa de euros, quando a ETAR vai custar 3.500.000,00 euros. Não está inscrita toda e acha bem que não esteja porque





Reunião de 21/11/2016

ela vai ser executada em 2018 também. É natural que não esteja. Agora, o que ele não vê é as outras obras inscritas do PO SEUR. Gostava de saber como é que pode contabilizar isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, embora a sua proposta já venha previamente feita, mas o decorrer da reunião confirmou aquilo que, de facto, ele entendia que seria justo reivindicar e seria correto propor. Portanto, tendo em conta que a competência para elaboração da proposta de Orçamento para submeter à Assembleia Municipal é da competência da Câmara Municipal, ele, Vereador Adelino Amaral, faria a seguinte proposta para que o Orçamento possa ser retificado e possa ser aprovado pela Câmara com essas retificações, ou alterações, ou emendas, como queiram, e apresenta, então, a seguinte proposta: -----

---- *“Considerando que -----*

---- *- Algumas verbas inscritas no Orçamento da Receita para o ano de 2017 estão claramente sobreavaliadas, empolando assim o total dos valores das Receitas Correntes e de Capital para 10.014.012,00 euros e 6.152.225,00 euros, que perfazem 16.166,237,00 euros para o total da Receita. -----*

---- *É o caso das receitas previstas no Capítulo 01 – Impostos Diretos, que no seu todo correspondem a 2.948.251,00 euros, cerca de 600.000,00 euros a mais do que a melhor receita expectável, tanto mais que a taxa máxima de IMI foi reduzida em 10% por decisão do Governo. -----*

---- *É igualmente o caso das verbas inscritas nos vários programas do Portugal 2020, que totalizam cerca de 5.680.000,00 euros, sem que estejam explicitadas e garantidas as respetivas candidaturas e inscritas no Orçamento as despesas correspondentes. -----*

---- *- Não é uma boa prática a sobre-orçamentação das Receitas permitindo incluir verbas no Orçamento da Despesa que podem dar origem a expectativas e compromissos, provocar desequilíbrios nas contas e agravar a situação financeira da Autarquia. -----*

---- *O aumento brutal, em cerca de 1.000.000,00 euros, no capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, no Orçamento da Despesa, em Despesas Correntes. -----*

---- *Propõe-se que as verbas do Orçamento para o ano de 2017 sejam reajustadas, tendo em conta o que atrás ficou dito, muito em particular nas Receitas de Impostos Diretos e de Programas do Portugal 2020, do lado da Receita e a Aquisição de Bens e Serviços, do lado da Despesa Corrente. -----*

---- *Não se questiona qualquer obra inscrita no Orçamento, muito embora seja recomendável uma avaliação mais criteriosa das prioridades e da distribuição dos investimentos pelas várias Freguesias. -----*

---- *Lamenta-se que neste Orçamento não seja prevista nenhuma rubrica relacionada com Orçamento Participativo e que a elaboração desta proposta não tenha sido apreciada com tempo e não tenha resultado de qualquer consulta às populações.”-----*

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que tinha uma proposta no sentido de se reduzir os gastos com Estudos, Pareceres, Seminários, Trabalhos Especializados e outros Serviços que vai, além do ano passado, mais 500.000,00 euros e fossem divididos por o cemitério de Canas de Senhorim, que o Senhor Presidente prometeu em campanha que era feito logo neste mandato, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico Social, que pôs 1 euro, a Casa do Frazão, que é uma obra que Canas de Senhorim tanto almeja, tanto ambiciona, o Lar de Canas de Senhorim tem 1 euro, a Escola da Vila de



Reunião de 21/11/2016

Senhorim, esta aqui deve ser por causa da Endesa, o Lar de Senhorim e o Lar de Carvalho Redondo. Isto era fundamental para ele, Vereador Dr. Manuel Marques, votar favoravelmente o Orçamento, senão vê-se obrigado a votar contra. -----

---- **O Senhor Presidente pediu para interromper a reunião durante cinco minutos, para analisar as propostas dos Senhores Vereadores Adelino José Borges Amaral e Dr. Manuel da Conceição Marques.** -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que também tinha feito umam proposta e que tinha a ver com a questão da reabilitação urbana, aquilo que tinha referido. -----

---- **Reaberta a reunião de Câmara,** o Senhor Presidente afirmou que queria dizer que na construção desta proposta de Orçamento, apresentada pelo Executivo com base naquilo que foi discutido em reunião de Câmara, foi um Orçamento que, naturalmente, poderia ser ainda mais participado como o Senhor Vereador Adelino Amaral referenciou, ouvindo as populações. Foi um Orçamento discutido com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com quem o Executivo conversou relativamente a toda a estratégia que tem sido seguida nestes mais de 3 anos. É um Orçamento e como Orçamento que é, é um forcast que terão em termos previsionais para o ano de 2017. A questão ambiental que o Senhor Vereador Adelino Amaral refere é, por ventura, a questão mais injusta relativamente a todo o discurso que tem sido utilizado pelo Presidente da Câmara nestes últimos três anos e naquilo que tem sido conseguido em termos ambientais. Foi construída uma ETAR em Canas de Senhorim ainda no âmbito do overboking do QREN. Está contratualizada uma ETAR para as Zonas Industriais 1 e 2 e para toda a Freguesia de Nelas, de 4,3 milhões de euros, que está para Visto do Tribunal de Contas. Vieram esses projetos a reunião de Câmara das candidaturas das ETAR,s para as Freguesias, para Vilar Seco, duas para Santar, uma para a Lapa do Lobo, uma para Moreira. Uma das primeiras preocupações que se pôs nas compensações de Girabolhos foi, de facto, a requalificação das fossas. Portanto, essa questão ambiental é, por ventura, a questão que menos, com o devido respeito, ponderada relativamente ao conjunto das preocupações do Executivo nos últimos três anos e que estão evidenciadas. Ele, Senhor Presidente, está à espera, naturalmente, que sejam deferidas, ele próprio referenciou comunicações do PO SEUR relativamente a essa candidatura de 3 milhões de euros, 1,5 milhões de euros para saneamento e 1,5 milhões de euros para água. O Executivo está à espera a todo o momento porque lhe foi prometido que isto estaria decidido até final de setembro e isso ainda não veio a acontecer. Depois, outra questão que está também evidenciada nesta proposta de Orçamento, são preocupações ao nível social na forma que é possível inscrevê-las em termos orçamentais. Uma grande preocupação social, evidenciada até pelo Senhor Vereador Artur Ferreira, que é a transferência para instituições, seja para as próprias Juntas de Freguesia, com as delegações de competências, seja para as associações, quer para subsídios de funcionamento, quer para obras, que também já fizeram e aprovaram algumas em Câmara. Da parte do Executivo houve a marcação de reuniões com todos os Senhores Vereadores para discutir o Orçamento, à exceção da Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves. Houve uma reunião, pelo menos, para discutir a proposta de Orçamento e ouvir os Senhores Vereadores relativamente à proposta de Orçamento. -----

---- Os Senhores Vereadores Dr. Alexandre João Simões Borges e Dr. Manuel da Conceição Marques afirmaram que ainda estavam à espera da resposta das propostas envidas por e-mail.



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que era esse processo de construção de um Orçamento com o contributo de todos que o Executivo gostava de construir, e que quer construir. Portanto, nessa reunião o Executivo ouviu os partidos, ouviu o PSD, esteve nessa reunião o Senhor Vereador Artur Ferreira e o Senhor Presidente da Concelhia, ouviu a CDU. Ele, Senhor Presidente, considerou, se calhar mal, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques representaria o CDS nos Órgãos Autárquicos. Portanto, em face disto e porque há uma proposta concreta de Orçamento que vão ter que, seguramente, conciliar, porque tanto é a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, de que nestes pontos concretos, como é a proposta do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, relativamente a questões da ARU e outras questões, como são as propostas do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques relativamente a ações concretas que podem vir inscritas nas GOP,s e no PPI, como é a ausência de qualquer proposta por parte do PSD, relativamente a situações concretas que estejam nesta proposta de Orçamento. Ele, Senhor Presidente, acha que o mais curial, até pelo respeito pelas pessoas com quem o Executivo já negociou e pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é votarem a proposta de Orçamento que foi proposta, que está em análise, que foi construída e ele, Senhor Presidente, depois, naturalmente sendo a mesma reprovada, ele aguarda por 8 dias que cada um dos Senhores Vereadores, relativamente à proposta de Orçamento que foi apresentada, por escrito, relativamente a cada um dos pontos concretos da receita e da receita e das obras do PPI, portanto, que obras é que querem que sejam incluídas, ou que obras é que querem que sejam excluídas e o balanceamento que foi feito nem termos de Orçamento, porque o Orçamento é um balanceamento entre a despesa e a receita. Portanto, se os Senhores Vereadores querem reduzir a receita que lhe digam onde é que ele, Senhor Presidente, na despesa, tem que transmitir internamente, quer em termos de despesa corrente, quer em termos de despesa de capital e onde é que ela se reflete em cada uma das Juntas de Freguesia. Portanto, ele, Senhor Presidente, acha que a opinião mais curial para ver se querem um Orçamento, se têm para o próximo ano um Orçamento, ou se não têm para o próximo ano um Orçamento, é coligirem, nos próximos 8 dias, o contributo de cada um dos Senhores Vereadores, que já têm uma proposta concreta, que estava ali. Se for necessário qualquer informação da parte dos Serviços relativamente a aspetos concretos que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia possa transmitir relativamente a cada uma das matérias, ela está disponível. Mas ele, Senhor Presidente, acha que está ali uma proposta de Orçamento. Como o Senhor Vereador Adelino Amaral disse e muito bem, é uma das competências da Câmara e foi o Senhor Presidente da Câmara que fez uma proposta de Orçamento. Nada impedia que qualquer um dos Senhores Vereadores fizesse uma proposta de Orçamento porque isto até era uma das competências da Câmara Municipal. Sabia que era bem mais fácil apreciar a proposta que o Senhor Presidente da Câmara fez. Ficam os Senhores Vereadores com a responsabilidade democrática de, chumbando esta proposta de Orçamento, apresentarem no prazo de 8 dias as propostas que acharem convenientes. Como há várias propostas não as submete a votação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, se o Senhor Presidente não submetesse a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, que abandonada a reunião. Que o Senhor Presidente fazia o que queria e lhe apetecia e que já não tinha paciência para isto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que chumbava-se, ou aprovava-se, ou aconteça o que acontecer a esta proposta de Orçamento. E depois, chumbado o Orçamento, se for o caso. ----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente não manda na Câmara. Surgiu uma proposta na mesa e o Senhor Presidente não manda na Câmara. As orientações do Senhor Presidente têm sido completamente repudiadas pelos Tribunais e pelos órgãos competentes que tutelam a Câmara e o Senhor Presidente continua a fazer assim. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, por aí não vai. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Adelino Amaral e afirmou que o que estava em apreciação era a única proposta que foi efetuada até hoje. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu desculpa ao Senhor Presidente e afirmou que não era assim. Que estavam em cima da mesa três propostas em cima da mesa para serem apreciadas, a do Senhor Presidente, a sua e a do Senhor Vereador Adelino Amaral. Se o Senhor Presidente está à espera que os Senhores Vereadores chumbem o Orçamento para ir dizer que aqueles marotos lhe chumbaram o Orçamento e daqui a 8 dias vai aprová-lo com as propostas deles, Senhores Vereadores, era sincero, não entendia o Senhor Presidente. Que o Senhor Presidente pusesse as três propostas a votação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que julgava que estavam ali a entrar num campo de discussão que é a repetição de outras discussões anteriores em que têm a ver com aquilo que é um processo normal, que é isso que estão a tratar, de elaboração de uma proposta de Orçamento para submeter à Assembleia Municipal. Portanto, os Serviços, com a coordenação do Presidente de Câmara, como é normal que seja, submeteram à Câmara uma proposta que merece por parte da Câmara alguns reparos. E na sequência desses reparos ele, Vereador Adelino Amaral, da forma mais bem-intencionada do mundo e sem nenhum tipo de outro sentimento que não seja contribuir para que este assunto seja resolvido e bem resolvido, propôs que fosse reformulada essa proposta com base nos contributos que foram dados e nas sugestões que foram dadas pelos Senhores Vereadores que fazem parte do Órgão Câmara Municipal e que têm todo a legitimidade para, em sede própria, repetia, em sede própria, na Câmara Municipal e não em reuniões privadas com A, B, ou C, em sede própria, todos os Senhores Vereadores têm legitimidade para apresentar propostas, sugestões, contributos, críticas, que, naturalmente, terão que ser tidas em conta para a elaboração definitiva de Orçamento Municipal a submeter à Assembleia Municipal. É esse procedimento que ele, Vereador Adelino Amaral, considera normal, de forma tranquila, não vê ali nada de extraordinário. Pessoalmente, tem algumas críticas que já fez ao Orçamento, que reitera. Parece-lhe que é um erro empolar as receitas do Orçamento tendo em vista perspectivas promessas de obras, de investimentos que depois não são realizadas. Nessa perspectiva, ele, Vereador Adelino amaral, tem uma visão muito mais rigorosa, muito mais prudente, muito mais realista daquilo que é a gestão orçamental e nessa perspectiva fez a proposta, naturalmente, e nem percebia porque é que o Senhor Presidente de Câmara não a submete a discussão e votação. O Senhor Presidente já fez isso noutras situações que criaram alguns mal-entendidos e algumas situações pouco dignas até para a Câmara e para o Presidente de Câmara. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, gostaria que não repetissem essa forma de estar da Câmara perante a comunidade, que a Câmara desse uma imagem de responsabilidade, de seriedade, de compromisso de todos, mas também de participação responsável, democrática, de transparência, de fazer as coisas como elas devem ser feitas e não manobrados por algum tipo de autoritarismo, ou de poder unipessoal que, de facto, não se coaduna com os tempos em que vivemos. Repete, exige que a proposta que fez seja submetida



## Reunião de 21/11/2016

a discussão, ou a votação caso os Senhores Vereadores entendam que ela já está mais que discutida. Portanto e se não for, ele, Vereador Adelino Amaral, também não participará na votação do Orçamento porque a proposta é para que a proposta do Orçamento seja reformulada. Portanto, é isso que ele tinha a dizer. O Senhor Presidente terá que fazer o favor de submeter a proposta que ele, Vereador Adelino Amaral, fez à apreciação da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se ele já tinha reparado que se não fossem os Senhores Vereadores Adelino Amaral, Dr. Alexandre Borges e Dr. Manuel Marques, quando o Senhor Presidente apresentou em reunião de Câmara o pedido de empréstimo de 1,5 milhões de euros, foram eles os quatro Vereadores, já não se recordava como foi a votação do Senhor Vereador Artur Ferreira, que o Senhor Presidente pedisse um parecer à DGAL. Perguntou se o Senhor Presidente sabia o que é que acontecia se não tivesse pedido esse parecer. Responsabilizava todos os Senhores Vereadores pelo empréstimo. E o Senhor Presidente teimava a pés juntos que isto era legal. E a DGAL veio dizer redondamente que não. Não sabia o que é que vai acontecer se o Visto do Tribunal de Contas da ETAR III, da forma como o Senhor Presidente antecipou ilegalmente os fundos, se é visada. Espera que o Senhor Presidente não responsabilize a Câmara e o empreiteiro. Mas é capaz de não. E não diz mais nada. Agora, o Senhor Presidente prometeu e esquece-se das propagandas que faz. Leu o seguinte: Borges da Silva promete um vasto programa de obras para todas as Freguesias. E depois ele, Vereador Dr. Manuel Marques, vai ver o que é que o Senhor Presidente propõe para as Freguesias e não está nada contemplado no Plano e Orçamento e nas GOP,s. Pediu desculpa, mas, ou o Senhor Presidente tem o bom senso de acordar com os Senhores Vereadores e eles nunca lhe chumbaram nada das suas pretensões a não ser aquele empréstimo, da ilegalidade que daí subsistia, o Senhor Presidente faz primeiro, um folclore, um feed-hiver na imprensa, nos jornais e depois vem dizer ali: Aproveem-me isto. Senão eu vou dizer para a rua que os Senhores Vereadores não me aprovaram o Orçamento. Aliás, é a mesma coisa que também está a acontecer com o IMI. O Senhor Presidente vem para a rua a dar uma entrevista que vai propor o IMI, que foi o anterior Executivo que deixou, blá, blá, blá. Já vão ver quando chegarem a esse ponto porque ele, Vereador Dr. Manuel Marques, vai explicar o que é o Senhor Presidente devia ter feito, que não fez, que deixou isto de sofisma, deixou isto para o último ano do mandato. Vai explicar ao Senhor Presidente o que é que diz a lei sobre essa matéria. Se o Senhor Presidente não refizer, não rebaixar os folclores, as festas, num 1.700.000,00 euros no mínimo para 800.000,00 euros, reduzindo em relação ao ano anterior e contemplando as obras que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, lhe propôs, vota contra o Orçamento, sem qualquer receio e sem qualquer medo. O Senhor Presidente quer gastar dinheiro em festas e não quer gastar dinheiro em obras. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, correspondendo ao que o Senhor Vereador Adelino Amaral diz, que é do ponto de vista democrático, a construção de um Orçamento, ele, Senhor Presidente, submete a proposta, que ele apresentou de Orçamento, a votação. Apresentou uma proposta. Perguntou se tinha que votar a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaram e não a sua proposta. A sua proposta é a primeira proposta que foi apresentada. Relativamente à proposta de Orçamento apresenta por ele, Senhor Presidente, perguntou quem votava contra. -----

---- Os Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Manuel Marques afirmaram que não participavam nesta votação. Que o Senhor Presidente não insistisse nessa votação. -----





## Reunião de 21/11/2016

- O Senhor Presidente afirmou que a sua proposta foi a primeira que foi apresentada. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para reformular a sua proposta e depois conversavam. -----
- O Senhor Presidente afirmou que a proposta de Orçamento foi a primeira que foi apresentada e que os Senhores Vereadores não estavam a ser democratas. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que foi apresentada uma proposta de alteração ao Orçamento Municipal. -----
- O Senhor Presidente afirmou que depois porá a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral pediu ao Senhor Presidente para se deixar de subterfúgios. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que lhe parecia que o Senhor Presidente estava aberto a que cheguem propostas no prazo de 8 dias. Se assim é, se calhar até suspendia a votação e votava-se daqui a 8 dias. Podia dizer que ele não fez qualquer proposta. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria votar a favor o Orçamento. Só que para ele votar a favor o Orçamento, ele tem que contemplar algumas coisas que não são só a sua opinião, são a opinião expressa pela generalidade da Câmara. É esse Orçamento que ele, Vereador Adelino Amaral, quer votar favoravelmente. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o PSD não fez qualquer proposta porque quando foi da reunião com o Senhor Presidente, o Senhor Presidente afirmou que depois lhe fazia chegar o resumo do Orçamento para eles, PSD, fazerem as suas propostas. Esse resumo só chegou também naquele dia que chegou aos Senhores Vereadores. Mas também as propostas que o PSD ia fazer eram iguais às de 2015, foram aquelas propostas que lá estão e que também não foram executadas, portanto, também não ia ser muito diferente. Claro que tinha ali outra proposta diferente para fazer, mas isso tem que ser articulado. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que não foi ele que tinha prometido o cemitério de Canas de Senhorim. -----
- O Senhor Presidente afirmou que então, para ver se era possível, em vez de estar a marcar, se os Senhores Vereadores concordarem, esta é uma reunião de Câmara que pode prosseguir noutra data relativamente a esta da proposta de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano. Depois também há as propostas do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges. E é preciso conciliá-las, reunir a Contabilidade, adaptá-las aos documentos previsionais e trazer uma proposta final. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, sem querer ser advogado de defesa, os Senhores Vereadores têm uma ideia onde devem retirar, mas depois podem ter uma ideia diferente onde vão aplicar esse dinheiro. Depois os Serviços têm que chegar também a esse consenso. Retirar toda a gente sabia onde retirar, depois aplicar é que pode ser diferente. -----
- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que achava que era razoável um cenário em que se possa, efetivamente, dar alguns contributos por escrito como o Senhor Presidente sugere. Não sabia se serão necessários 8 dias, ou não. Também não tem vontade nenhuma de votar contra o Orçamento até porque isso pode, de alguma forma, criar constrangimentos que são desnecessários. Obviamente, aquilo que a Lei n.º 75/2013 diz é que



### Reunião de 21/11/2016

a Câmara elabora o Orçamento e apresenta-o à Assembleia Municipal à posterior e é ela que o terá que aprovar. Visto que o prazo legalmente estabelecido já foi até ultrapassado e visto que o Senhor Presidente não remeteu aos Senhores Vereadores uma primeira versão draft, como ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, até lhe tinha pedido. Portanto, a proposta é do Senhor Presidente mas, vamos lá ver, não foi o Senhor Presidente sozinho, deu orientações políticas aos Serviços para lhe fazerem uma primeira versão do Orçamento. A prova disso mesmo é que às perguntas que os Senhores Vereadores fizeram ao Senhor Presidente e, concretamente, as perguntas que o Senhor Vereador Adelino Amaral fez, o Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia para responder porque ela está dentro do assunto e não estava a censurá-lo por isso, acha que não podia ser de outra forma. Seria até um disparate que fosse doutra forma, por exemplo que fosse o Senhor Dr. Pedro Patrício, que tem a competência de calcular fundos disponíveis, que tivesse sido ele a fazer o Orçamento. Pelos vistos não foi e ainda bem que não foi. Sendo a Câmara a, no fundo, ter que criar um consenso, pelo menos um consenso maioritário para que o Orçamento possa ser entendido como da Câmara para depois ser votado na Assembleia Municipal, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que, se calhar, o melhor seria mesmo retirar isto da Agenda, ou então continuar a reunião de Câmara, alterar a ordem e então ficariam dentro dum conjunto de dias. Ele, também, preferencialmente se for ao fim do dia também preferia, se for num dia assim mais extraordinário, para eles, Senhores Vereadores poderem então fazer as propostas escritas. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, já fez ali um conjunto de propostas. Também se compromete em apresentá-las de forma mais concreta e depois sujeita-se à vontade da maioria, como acha que todos eles têm que se sujeitar. -----

---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores qual era a disponibilidade que eles tinham para fazerem uma reunião sobre esta matéria - Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017 – ainda esta semana, fazendo-lhe chegar e fazendo chegar aos Serviços da Câmara as propostas concretas de alterações relativamente ao que está apresentado nesta data. Então fica consignado em ata que estas Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, continuará a sua discussão e votação, sendo que cada um dos Senhores Vereadores farão chegar, por qualquer forma, por escrito, propostas concretas de alteração das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, que hoje foram presentes para discussão e o farão, por escrito, até quarta-feira, sendo que a discussão deste ponto continuará, no âmbito da presente reunião, no próximo dia 24 de novembro de 2016, pelas 21 horas, neste mesmo Salão Nobre. -----

### **2 - APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017**

---- Presente à reunião a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Presidente perguntou à Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, se queria dizer alguma coisa relativamente a este assunto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, provavelmente, se calhar, será preferível ficar à consideração se houver alguma questão em particular. Queria dizer aos Senhores Vereadores que foi construído de acordo com as necessidades dos Serviços tentando integrar ali alguma capacidade de salvaguarda de alguma precariedade de algumas relações laborais na Câmara Municipal, mas ficava à consideração dos Senhores Vereadores de alguma dúvida que tenham. -----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente a esta proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que tinha ali apenas uma questão. Eles tinham ali, salvo o erro, quarenta e tal lugares a preencher, desde Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, e queria saber, exatamente, quais são as justificações, não diz para cada um deles, mas a pertinência de o fazerem hoje para 2017 e se isto já não estaria identificado e se, efetivamente, também não há ali, fruto dos condicionalismos que a Câmara tem e que impedem, por exemplo, de contrair empréstimos, ou o empréstimo que o Senhor Presidente queria contrair de 1,5 milhões de euros, se não pode haver ali também um impedimento e se isto não pode cair pela base exatamente por causa desses condicionalismos do PAF e do PAEL. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria reforçar aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, portanto, só a justificação destes lugares a ocupar tendo em conta também a situação que estão limitados até por causa da taxa do IMI. A segunda pergunta era se estes lugares a ocupar se já estão refletidos também no Orçamento em termos de despesa prevista para a questão do Pessoal. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que esta questão do Mapa de Pessoal e dos reajustamentos que, naturalmente, é necessário fazer ao longo do tempo, que têm a ver, muitas vezes, ou a maior parte das vezes, com as situações de precariedade em que se encontram muitos Colaboradores da Autarquia, são questões, particularmente, sensíveis e que a ele lhe causam algum incómodo discuti-las e analisá-las porque por trás de um número está sempre uma pessoa, por trás de um lugar está sempre uma pessoal, que, naturalmente, tem legítimas expetativas, algumas delas até que lhe foram ilegitimamente criadas. Mas as expetativas das pessoas e as aspirações das pessoas são legítimas e, portanto, a Câmara tem que ser sensível a essas questões e tem que tratar deste assunto também com um elevado sentido de justiça, de responsabilidade, de equidade e de reconhecimento pelo trabalho que todos os Colaboradores desempenham, pelo contributo que dão pela boa gestão da Câmara e para o bem-estar das pessoas enquanto clientes, passa a expressão, dos Serviços da Autarquia. Portanto, é sempre difícil analisar e apreciar estas questões num contexto pré-eleitoral em que, normalmente, há tentações para fazer determinado tipo de promessas, para apelar a determinado tipo de comportamentos dos Colaboradores, isso é ainda mais difícil porque, de facto, introduz um fator de desestabilização da apreciação destas questões que num outro contexto não teriam. Acresce que o alargamento do Mapa de Pessoal carece de justificações, enfim, concretas, das necessidades dos Serviços e carece também do enquadramento dessas alterações do ponto de vista orçamental. E, acima de tudo, carece da clarificação da legalidade das propostas tendo em conta a situação de constrangimento em que a Autarquia se encontra não só em relação ao PAEL, mas também em relação e principalmente ao cumprimento da Lei dos Compromissos. Portanto, tendo isto tudo em consideração e pela dificuldade que ele, Vereador Adelino Amaral, reconhece ter em discutir esta matéria de forma isenta e por ter dúvidas em relação à sua legalidade, vai apresentar uma proposta. Desde já, pede ao Senhor Presidente para aceitar a proposta e para a submeter a votação. A prática de não aceitar propostas e de não as submeter a votação é uma prática antidemocrática, que ele, Vereador Adelino Amaral repudia vivamente. Os assuntos são agendados para serem discutidos e



Reunião de 21/11/2016

votados e apreciados pela Câmara e na sequência dessa discussão e dessa apreciação podem e devem ser apresentadas propostas que têm que ser aceites e submetidas à discussão e à votação. A prática de inventar que as propostas têm que constar do pedido de agendamento é uma falsidade, é torcer e é subverter princípios básicos da democracia, ou então o Senhor Presidente tem que fazer um pré-agendamento dos assuntos e depois dar um prazo, a Câmara estabelecer um prazo para serem apresentadas propostas por forma às propostas virem já mo agendamento dos assuntos. Portanto, essa prática é uma prática antidemocrática, que ele, Vereador Adelino Amaral repudia vivamente, mais uma vez e que não pode merecer qualquer continuidade neste Órgão e ele não irá deixar de o denunciar. Portanto, tendo tudo em consideração, ele, Vereador Adelino Amaral, vai então apresentar uma proposta: -----

---- *“Considerando que: -----*  
 --- - *Existem dúvidas sobre a legalidade de alargamento do Mapa de Pessoal e da possibilidade do Município de Nelas proceder a novas contratações, estando condicionado pelo PAEL e a respeitar a Lei dos Compromissos. -----*  
 --- - *É uma prática a todos os títulos condenável a reformulação dos Mapas de Pessoal, em ano de eleições autárquicas, fazendo crer que a criação de lugares e o seu preenchimento possa estar relacionado com promessas, ou angariação de apoios eleitorais. -----*  
 ---- - *Essa prática prejudica as legítimas aspirações e anseios dos Colaboradores da Autarquia, muitos deles em situação precária desde há vários anos. -----*  
 ---- - *As propostas de reformulação do Mapa de Pessoal deveriam incluir um estudo que justifique o impacto no Orçamento Municipal. -----*  
 ---- - *Parte das alterações propostas no Mapa de Pessoal privilegiam o aumento de quadros dirigentes. -----*  
 ---- - *Propõe-se que seja solicitado parecer às entidades tutelares sobre a legalidade das alterações propostas e que a proposta de Mapa de Pessoal seja refeita com base nos considerandos acima expressos.” -----*

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que só queria fazer uma pergunta simples para depois ele fazer um juízo de valor. Perguntou se estes 40 lugares, ou 39 lugares, ou 38 lugares, altera o valor das despesas com o Pessoal relativas a 2016. Era a pergunta que fazia. Se alteram os valores a mais, se aumentam em relação a 2016. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, já ia responder. -----

--- A Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, respondeu que os valores eram mais baixos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou se diminuía o valor. Se se ia alguém embora. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, respondeu que era verdade. Se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques comparar o valo que estava no Orçamento de 2016 com o valor que está no valor para 2017 é inferior. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que estava a dizer em execução em relação a 2016, a nível de valores em relação a 2016. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares se ela se recordava do valor do Orçamento de 2016, do custo do Pessoal, passava de 3 milhões de euros. Nesta proposta são dois milhões novecentos e qualquer coisa euros. Mas



### Reunião de 21/11/2016

no ano passado eram 3 milhões de euros. Portanto, em primeiro lugar, a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2017 que hoje o Executivo trouxe à Câmara, ela resulta de um trabalho com os Serviços tendo em conta as necessidades que a Câmara tem e que por todos eles é evidenciada pela dependência que tem de muitas relações precárias, nomeadamente os Contratos de Emprego e Inserção, para além de algumas Prestações de Serviços. Alguns dos lugares já estavam previstos, nunca foram ocupados como é o caso da Jurista. Outras três situações que podem, de alguma maneira, interpretar como criação de lugares novos e que não o são, que é o caso, por exemplo, das chefias intermédias. Aquilo que o Executivo propõe é que, de facto, a estrutura de recursos humanos da Câmara legitime a estrutura hierárquica que na prática está a ocorrer com as três Coordenações de Unidades Orgânicas e que o estão a ser feitas com acumulação de categoria. Portanto, não são criação, não é duplicação. Toda esta construção está perfeitamente balizada na Lei. Nada ali assume qualquer tipo de ilegalidade. Se confrontarem com aquilo que estava previsto, em termos do Plano de Ajustamento Financeiro, estão bastante abaixo dos 4 milhões de euros que estavam previstos nesse Mapa. Está também abaixo do número quantitativo em termos de Quadro do Pessoal e foi com enorme sentido de responsabilidade que esta proposta foi construída por forma a ela integrar todos os princípios de legalidade, os maiores princípios de rigor orçamental. Queria esclarecer também que a proposta de Mapa de Pessoal é que o Mapa não significa que em 2017 esteja prevista a abertura de 37 lugares novos. Além disso, até que eles possam ser sequer abertos há que pedir autorização para os mesmos porque, como os Senhores Vereadores sabem, o Executivo não está fora das amarras em que o colocaram. No Orçamento está acomodada uma perspectiva de abertura de concursos para as situações absolutamente urgentes e inadiáveis, estimando que desde o pedido de autorização para abertura dos concursos à própria abertura dos concursos, ao respeito pela formalidade que todos estes processos obrigam, está prevista uma estimativa de cerca de 5 meses de custos efetivos em matéria de despesas com o Pessoal desse acréscimo de quadros de lugares criados no Mapa de Pessoal. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, a Senhora Vice-Presidente afirmou que não era extraordinário que o Executivo consiga e voltava a dizer porque os Senhores Vereadores também podiam ter incorrido nesse erro de interpretar que seria aberta esta totalidade. Não é. É a realização da composição do Mapa do Pessoal que contempla as necessidades que os Serviços lhe colocaram e que em termos orçamentais e de acordo com as autorizações da DGAL, serão abertos aqueles que forem possíveis e foram acomodados nem metade deste valor ali criado. Voltava a dizer, respeitando todo um período de autorizações, abertura de contratos e, portanto, foram acomodadas apenas o equivalente a 5 meses de custo efetivo com esse acréscimo de lugares no Quadro. Resumindo, estas coisas às vezes parece que estão a ser criados lugares e parece que o Executivo tem menos custos com o Pessoal. É preciso o Executivo lembrar que, por exemplo, em termos de custos com Eleitos, neste momento houve, quer queiram, quer não, uma poupança líquida, em termos de despesa no Orçamento com o custo do Pessoal. Ela, Senhora Vice-Presidente, não queria com isto, desviar a atenção da pergunta, mas estava a explicar ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques uma forma de lhe demonstrar como é que é. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou porque é que estava um Chefe de Divisão nos Recursos Humanos e não põem nada em Coordenador, quando a alínea b), diz que o Serviço está a ser assegurado por um Técnico Superior a exercer funções em,





Reunião de 21/11/2016

acumulação de Serviços. Então se o Técnico Superior lá está a coordenar que o ponham como Coordenador e não o ponham como Chefe de Divisão. Porque é que não o puseram como Coordenador? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques estava a confundir. Que os Serviços de Recursos Humanos e de Saúde fazem parte da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e de Recursos Humanos e de Saúde. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu desculpa e afirmou que o queria dizer era porque é que estava a Unidade de Cultura e Património a zero no Coordenador e o Executivo pôs um dirigente Chefe de Divisão. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que não estava a zero, assegurado por um Técnico Superior a exercer funções de Coordenação. Em todos os Serviços a figura do Coordenador responsável, Técnico Superior, está na alínea b). O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques estava a perguntar duas coisas diferentes, ou era em relação ao Coordenador, ou era em relação ao Técnico Superior responsável. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que não votava este Mapa de Pessoal porque não acreditava que o mesmo não trouxesse mais encargos para o Município e como tal era ilegal em termos do PAEL. Está escrito clarinho no Orçamento de Estado para 2017. Era um Mapa de Pessoal político que toda a vida o Senhor Presidente da Câmara chumbou enquanto Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que só queria ali mais um esclarecimento se fosse possível. Só rebatendo ali o facto dos lugares a ocupar, foi dito ali que era para suprir algumas necessidades dos Serviços e também para regularizar algumas situações precárias. Ele, Vereador Artur Ferreira, pretendia saber quais são os Técnicos Superiores que estão na Câmara em situações precárias, que foram contratados como tais e quais são as situações precárias. Depois, há ali duas perguntas que ele queria fazer. Este Mapa está igual ao do ano passado na parte dos Professores que são necessários contratar para as AEC,s em que estão 6 Professores para Inglês e depois estão 10 + 10 - 20 e nos anos anteriores não estavam estes 10 a celebrar. Era só, realmente, este valor de 10. Não sabia se, realmente, era assim, ou não. Depois, via ali um Assistente Operacional como Fiel de Armazém e acha que a Câmara tem este lugar ocupado e ali aparece como o lugar não estar ocupado e sim a ocupar. Era essa pergunta que ele também queria deixar. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, afirmou que no que diz respeito à parte dos Técnicos das AEC,s tem a ver com a forma como é celebrado o contrato que é a meio do ano e depois é renovado. Não é acumulativo. Relativamente ao Fiel de Armazém, o Executivo não tem este lugar ocupado por nenhum Funcionário do Quadro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente qual era a posição do Encarregado Geral de hoje no anterior Executivo. -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu que estava designado funcionalmente por onde acharam que estava designado, mas neste momento o Executivo não tem nenhum Funcionário do Quadro a ocupar o lugar de Fiel de Armazém. Era a informação que ela, Senhora Vice-Presidente, podia dar ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques neste momento. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, depois daquilo que a Senhora Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, disse, acha muito bem que se tentem resolver estas questões. Acha curioso que se faça em 2017 e contemplando apenas só 5 meses para



## Reunião de 21/11/2016

2017. Ora, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. As eleições são em setembro. Fazia a proposta. Acha que a Câmara devia aprovar já o Mapa de Pessoal para o ano de 2018., com justificações. Acha que era isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que só ali em termos de enquadramento orçamental, em ele tinha isso agregado, as despesas com o Pessoal, em 2016, tinha um valor global de 3.062.000,00 euros no Orçamento. Mas deste valor é previsível que se execute qualquer coisa como 2.880.000,00 euros. Parece-lhe que é fácil calcular as despesas com o Pessoal porque elas são calculadas em duodécimos. Portanto, terão uma execução na ordem dos 2.880.000,00 euros. E o valor que está projetado para 2017 é 2.960.000,00 euros, portanto, há aqui um acréscimo de cerca de 100.000,00 euros no Orçamento. Mas há um facto que lhe chamou à atenção, que é a questão do Pessoal Político. Em 2016 o Orçamento tinha previsto 114.000,00 euros, estava a falar na soma de várias rubricas, 114.000,00 euros, dos quais serão executados à volta de 104.000,00 euros, portanto, 10.000,00 euros abaixo do que estava orçamentado, mais ou menos, mas para 2017 estão orçamentados 144.000,00 euros, portanto, há ali um acréscimo de cerca de 30.000,00 euros e surgiu-lhe esta dúvida de se estes cerca de 30.000,00 euros têm a ver já com a aprovação do Mapa de Pessoal? Não tem? Mas isto é Pessoal Político? Os Membros dos Órgãos Autárquicos têm a ver com outras rubricas. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares prestou esclarecimentos ao Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que valor a executar previsível era bastante inferior em relação a 2016. Estava a falar numa escala de 30.000,00 euros em 100.000,00 euros. Era só essa curiosidade. Não era isso que era importante. Agora, a proposta que ele, Vereador Adelino Amaral, fez tinha a ver mais com uma preocupação que, com o devido respeito, mantinha essas preocupações e essa reserva em termos de legalidade porque ele, enfim, tem visto ali situações um pouco caricatas em termos de ilegalidade, não ilegalidade, e nesta matéria ele não se sente confortável se ter a certeza que a operação que está a ser proposta tem enquadramento e legalidade garantida. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que tinha feito uma pergunta ao Executivo que era saber quais eram os Técnicos que estavam em situação precária. Se forem outras pessoas que ele compreende, ainda é como o outro, agora se forem Técnicos. Realmente, há ali muita gente em situação precária. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a esta questão do Mapa do Pessoal e porque o Senhor Vereador Adelino Amaral fez ali uma proposta concreta, ele, Senhor Presidente, ia-lhe dizer que, democraticamente também há ali uma proposta de Mapa de Pessoal feita por ele, Senhor Presidente. O Senhor Vereador Adelino Amaral diz que existem dúvidas sobre a legalidade do alargamento, que é uma prática, a todos os títulos, condenável, que essa prática prejudica as legítimas aspirações e anseios dos Colaboradores da Autarquia. Portanto, ele, Senhor Presidente, também democraticamente, gostaria que houvesse respeito por quem faz uma proposta de Mapa do Quadro do Pessoal e o que o Senhor Vereador Adelino Amaral faz é uma proposta de não Mapa de Quadro do Pessoal, que atira para pareceres de entidades, para o futuro, a existência, ou não, de um Mapa de Quadro do Pessoal. Portanto, acha que ali também democraticamente se retira que é uma proposta concreta de Mapa do Quadro de Pessoal e se ela for, naturalmente, aprovada, ele, Senhor Presidente,



## Reunião de 21/11/2016

submete-a a votação a proposta que o Senhor Vereador Adelino Amaral fez no sentido de ser sindicada, pelas entidades competentes, a legalidade da proposta. Mas não sabia e não percebia porque é que a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral há-de ser posta à votação antes da sua proposta. O que o Senhor Vereador Adelino Amaral estava a fazer era a ditadura da maioria, pede perdão, mas parece-lhe que o Senhor Vereador Adelino Amaral estava-se a servir de uma maioria conjuntural para querer governar por esta via enviesada de não haver Mapa de Pessoal, o Senhor Vereador Adelino Amaral e que não se vote a proposta de Mapa de Pessoal, como quis que não se votasse o Orçamento. Portanto, ele, Senhor Presidente, democraticamente, se isto for aprovado. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apelou a uma deliberação do Órgão se a sua proposta deve ser, ou não, aceite. -----

----- O Senhor Presidente afirmou que a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral não era uma proposta de Mapa de Pessoal. Não aceita a proposta a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. De seguida pôs à votação a proposta de Mapa do Pessoal visto que a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral não era nenhuma proposta de Mapa do Pessoal.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para fazer uma proposta à Assembleia da República no sentido de alterar a competência dos Senhores Vereadores do Órgão Câmara Municipal. O Senhor Presidente não permite que os Senhores Vereadores lhe toquem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que havia uma proposta de Mapa de Pessoal. Perguntou aos Senhores Vereadores qual era o problema de votar uma proposta de Mapa do Pessoal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente não dizia qual era o problema que tinha que resolver. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os lugares a preencher terão que vir na altura à reunião de Câmara. Terá que ser pedido parecer à DGAL e a essas entidades todas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se neste Mapa de Pessoal estavam as promessas que tinha feito ao Encarregado Geral e ao Fiel de Armazém e que agora quer cumprir à custa da Câmara e quer que os Senhores Vereadores façam ali alguma embrulhada. Com ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não. -----

---- O Senhor Presidente pôs à votação a proposta de Mapa de Pessoal. Já deliberou que não punha à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral porque não põe e é ele que dirige a reunião. Vai pôr primeiro a sua proposta à votação porque foi apresentada em primeiro lugar. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou ao Senhor Presidente então qual era a lógica de haver outras propostas. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que a seguir punha à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Se a sua proposta for aprovada, depois põe a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Se está rejeitada põe, na mesma a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Perguntou quem votava contra a proposta de Mapa de Pessoal. Já tinha dito que não põe primeiro a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- **Retiraram-se da reunião os Senhores Vereadores, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral.** -----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a sua retirada da reunião deve-se ao facto da proposta de Mapa de Pessoal ferir a legalidade do PAEL, logo não pode votar e foi por isso que se ausentou. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se não havia quórum para este ponto do Mapa de Pessoal e se a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves estava também ausente. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que regressava à reunião para haver quórum se o Senhor Presidente pusesse primeiro à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves que assim nunca haverá Mapa de Pessoal. O pedido de parecer pede-se depois. Depois tem que ir ao Tribunal de Contas, à DGAL e a tudo isso. Agora vão os documentos todos, quer os documentos do Orçamento, quer os documentos do Mapa de Pessoal, vão todos para parecer da DGAL. Perguntou se podia pôr a votação, ou não. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves pediu ao Senhor Presidente que pusesse primeiro à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já tinha dito que não. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que era assim que funcionava em democracia. **De seguida, retirou-se da reunião.** -----

---- O Senhor Presidente perguntou se os Senhores Vereadores estavam com medo de votar o Mapa de Pessoal. Que votassem contra. Perguntou qual era o problema. Agora saem da reunião porque não querem tomar uma posição? Isso é que ele, Senhor Presidente, acha uma coisa extraordinária. Só tem 3 tipos de votos. Agora, saem das reuniões? -----

---- **A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves regressou à reunião.** Afirmou que o Senhor Presidente deve consultar a Câmara se deve, ou não, pôr a votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Acha que é uma questão de princípio. Não sabia porque é que o Senhor Presidente não a põe primeiro à votação. O Senhor Presidente faz isso com todas as propostas. E isso não é democrático. A partir deste momento, ela fala por ela, se o Senhor Presidente não põe à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral e exige que seja aprovado, ou não, o Mapa de Pessoal, acha que abriam ali um precedente e isso não é democrático e ela não concorda com isso. Se o Senhor Presidente não puser primeiro a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, ela vê-se obrigada também a abandonar a reunião. -----

---- O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves que então ia fazer outra coisa. Põe à apreciação da Câmara se deve pôr a sua proposta à votação, ou não. Em primeiro lugar põe à votação da Câmara se deve, ou não, pôr à votação a sua proposta e os Senhores Vereadores votam. Perguntou qual era a diferença. -----

---- **Depois de um intervalo,** o Senhor Presidente afirmou que iam ultrapassar este assunto. Afirmou que não punha primeiro à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Põe à votação depois da sua proposta. Tem toda a lógica porque há uma proposta de Mapa de Pessoal que foi feita e está em apreciação e em votação. E depois põe à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que os Senhores Vereadores podiam votar contra a proposta de Mapa de Pessoal com uma declaração de voto que exigem uma nova proposta de



Reunião de 21/11/2016

Mapa de Pessoal, o que os Senhores Vereadores quiserem. Já é a segunda vez que os Senhores Vereadores tentam evitar a votação da Ordem de Trabalhos desta reunião. -----

---- **A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves abandonou a reunião.** -----

---- O Senhor Presidente ditou para a ata o seguinte: Face à falta de quórum decorrente da recusa da votação do Mapa de Quadro do Pessoal apresentado, suspende a presente reunião para continuar às 21 horas da próxima quinta-feira, dia 24 de novembro de 2016. Agora já acabou a reunião e aquilo que os Senhores Vereadores quiserem fazer, que o façam por escrito. Os Senhores Vereadores têm é medo de votar as coisas e que arranjassem um bocadinho de coragem para votar os assuntos. -----

---- **Assim, a presente reunião foi suspensa às 13,45 horas do dia 21 de novembro de 2016.** -----

---- **No dia 24 de novembro de 2016, pelas 21 horas, o Senhor Presidente da Câmara reabriu esta reunião extraordinária da Câmara Municipal, com a presença de todos os Senhores Vereadores e continuou a discussão do ponto: ----- (381/20161124)1 - PROPOSTAS DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017 – APROVAÇÃO**

---- O Senhor Presidente afirmou que declarava reaberta a reunião extraordinária começada na passada segunda-feira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que antes que o Senhor Presidente avançasse com a reunião tinha um requerimento a apresentar à mesa, que, por acaso, perdeu-o e diz oralmente e se o encontrar entregará o suporte físico. Pedia que o Senhor Presidente pusesse à votação do Órgão Câmara Municipal, que é um Órgão Colegial, que o ponto 4 fosse alterado pelo ponto 2. Isto é, passaria para ponto 2 – Aprovação da 3.<sup>a</sup> Revisão Orçamental ao Orçamento do ano de 2016 e passaria a ponto 4 – Aprovação de Mapa de Pessoal para o ano de 2017. Tinha ali o suporte físico mas não sabia o que é que lhe fez. Se o encontrar entregá-lo-á ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, uma vez que não foi invocado qualquer fundamento para alteração da Ordem de Trabalhos e quem fixa a Ordem de Trabalhos é o Presidente da Câmara, vão iniciar os trabalhos, porque é uma reunião extraordinária, pelas Propostas de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para o deixar ler o artigo 14.º, do Código do Procedimento Administrativo. Aquilo não pode ser assim. O Senhor Presidente começa uma reunião logo desta forma, estavam bem arrumados. Leu o seguinte: São deveres e poderes de todos os membros colegiais, o seu estatuto seguinte, o direito de investidura no próprio Órgão, o direito de requerer a inclusão de assuntos na Ordem do Dia das reuniões, o direito e dever de assistir às reuniões para que tenha sido convocado e o direito de apresentar propostas, ou requerimentos. Isto decorre da Lei, não era ele, Vereador Dr. Manuel Marques, que estava a inventar. Aquilo é uma anotação ao Código do Procedimento Administrativo. Se o Senhor Presidente quer já começar a reunião sem sujeitar as propostas ao Órgão, ser só o Senhor Presidente o indivíduo que manda nesta casa quando todos foram eleitos democraticamente como o Senhor Presidente foi. Não pode estar de boa-fé numa reunião destas. Depois o Senhor Presidente quer consensos quando lhe foi feita uma proposta e o Senhor Presidente não as aceita. A lei do Senhor Presidente deve ser





## Reunião de 21/11/2016

diferente da sua, Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente. Afirmou que simpatizava com a proposta e pensa que a ideia do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques era, de facto, evitar que esta reunião fosse outra vez partida como aconteceu no dia 21 e deixar para o final, eventualmente, o ponto mais delicado da agenda. Simpatiza com a ideia embora tenha alguma reserva em fazer alterações. Já ali fizeram várias alterações à Ordem da Agenda e penso que isso também seria um motivo justificável para isso. Se o Senhor Presidente entender aceitar o requerimento e pô-lo à votação ele votara-o favoravelmente, embora não lhe pareça uma questão de vida ou de morte, mas parece-lhe uma questão pertinente. Queria chamar à atenção para um aspeto formal, era só mesmo um aspeto formal que pode não ter importância nenhuma. Esta reunião foi determinada para dar continuidade ao ponto da Agenda da Reunião Extraordinária do dia 21, que era – Aprovação do Orçamento e Plano de Atividades. A reunião depois foi interrompida num outro ponto. Pergunta, se a reunião foi interrompida por falta de quórum, deveria dar origem a convocatória de uma nova reunião. Acha muito bem que se aproveite, até porque eles têm coisas a fazer e ele até acha bom que se juntem as duas. Pessoalmente não se opõe. Mas parece-lhe que houve ali uma formalidade que deveria ter sido feita, que era fazer convocatória da continuação da reunião no ponto em que foi interrompida sem quórum. Não sabia se estava a baralhar as coisas. Era uma dúvida. Pessoalmente, não se opõe a que seja feita a reunião de todo e discutir todos os pontos que falta discutir. Mas parece-lhe que houve ali, de facto, uma questão formal que não foi acautelada. Já agora, antecipa-se até aquilo que iria pedir a seguir. Parece-lhe que houve ali alterações no Orçamento. Não teve acesso àquele mapa, depois o Senhor Presidente fará o favor de fazer um intervalo de 10 minutos, ou um quarto de hora, para se poder apreciar esse mapa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, em relação a essa questão de ordem formal, ficou referenciado na interrupção da reunião que a Ordem de Trabalhos continuaria hoje com a mesma Ordem de Trabalhos, portanto, considerou feita a convocatória naquela altura e ditou para a ata que continuaria a reunião hoje com a mesma Ordem de Trabalhos. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que não se tinha apercebido disso. Se foi assim, não se apercebeu disso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente às Propostas de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, foram tidas em conta uma série de alterações propostas por todos os Senhores Vereadores, o corte nas rubricas da Receita e consequentemente também nas rubricas da Despesa, quer de Correntes, quer de Capital, e naturalmente que aquilo levou um ajustamento das Grandes Opções do Plano e do PPI, que o Executivo teve, necessariamente, que fazer e estão vertidas aí nas Despesas de capital. O Executivo teve que reduzir todas as despesas em consequência da diminuição da receita, o que levou a que esteja uma nova proposta, digamos que, quase em sintonia com as apresentadas pelos Senhores Vereadores Adelino Amaral e Artur Jorge, subscritas pelos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, na medida do que foi possível ajustar a receita e a despesa para manter o funcionamento da Câmara com segurança e qualidade e também para salvaguardar a continuação, por um lado do acompanhamento da concretização de todos os projetos do PT 2020 nas suas várias modalidades e cuja listagem o Senhor Vereador Adelino Amaral pediu e foi-lhe enviado o estado em que os processos estão e que



## Reunião de 21/11/2016

implica, sem financiamento, portanto, toda a parte não participada e, portanto, grosso modo, os 15% por parte da Câmara Municipal, que têm que acompanhar esses processos e, felizmente, são muitos. Na listagem que foi enviada ao Senhor Vereador Adelino Amaral pode verificar-se que em termos de investimento, nestes 3 anos, a Câmara de Nelas já garantiu um valor próximo dos 8 milhões de euros de investimento. Nestes 8 milhões de euros, incluindo 1.221.000,00 euros do QREN, portanto, a ETAR de Canas de Senhorim, a Eficiência Energética, o que implica o recurso, naturalmente, às verbas de capital para fazer face a estes projetos. Queria dizer também aos Senhores Vereadores que ainda hoje mesmo veio deferida a aprovação da ETAR de Casal Sancho, portanto, um investimento que o Executivo ainda introduziu, quer na ótica da Receita, quer na ótica da Despesa, naturalmente também com a componente que a Câmara tem que suportar e, portanto, um investimento de 194.000,00 euros, portanto, veio a primeira, das 6 que foram candidatas, começaram a chegar as aprovações. Além de que também uma outra questão que foi levada em consideração é que o Executivo já tem um contrato no âmbito das áreas de reabilitação urbana, no PARU, assinado com a CCDR e que resultou da aprovação ali em Câmara das ações de reabilitação urbana que levou até à segunda revisão orçamental onde estão inscritas todas as verbas, portanto, relativamente àquela questão que foi levantada pelo facto de só haver ações de reabilitação urbana na sede do Concelho. Não podemos deixar de as aproveitar. Os Senhores Vereadores compreendem, naturalmente, o esforço que o Executivo teve que fazer ao fim de 3 anos de gestão passando para o 4.º ano. O Executivo não está a começar a gestão do zero. A própria Lei dos Compromissos agora implica o balanceamento de compromissos de 6 meses, implica que houve alguns compromissos assumidos já pela Câmara na ótica do quadriénio, e portanto há ali compromissos que estão já assumidos, como pagamentos de terrenos, contratos de prestações de serviços. Mas, portanto, o que foi possível salvaguardar e ele, Senhor Presidente, pedia agora à Senhora Vice-Presidente, eventualmente, alguma explicação mais fina, mas foi, se os Senhores Vereadores virem, dava esta explicação e depois dava os 15 minutos, meia hora, que os Senhores Vereadores necessitam para verificar aquilo que o Executivo fez. De facto, o Executivo fez ali um grande esforço para que, do ponto de vista do funcionamento da Câmara, ela continue sem sobressaltos, quer do ponto de vista do Pessoal, quer do ponto de vista da compra de bens e prestação de serviços. Por outro lado, como já explicou, os projetos do PT 2020, do COMPET, do POISE, do PO SEUR, do Centro 2020, tudo isso tenha aplicação concreta, com toda a normalidade e ainda mantendo, em termos do PPI, o mínimo de garantia, por exemplo, para que os cemitérios tenham algum incremento, não aquele que o Executivo desejava, porque não há milagres, não havendo receita não se pode pôr na despesa, tem que se cortar na despesa. O Executivo tinha lançado, na ótica da receita, uma série de projetos candidatados a fundos comunitários. Portanto, correspondendo democraticamente às solicitações que foram feitas pelas pessoas, particularmente, que ele, Senhor Presidente, já referenciou, o Executivo fez uma redução do Orçamento dos 16 milhões de euros para os 13,5 milhões de euros, pouco passa, sendo certo também que mantém a trajetória, estando limitado por essa questão, em termos de gestão, do exercício de 2017, que é o facto de continuar a ter que pagar, a amortizar os empréstimos anteriores à chegada do atual Executivo à Câmara Municipal e que só de amortização é mais de 1 milhão de euros, e de juros são 350.000,00 euros. O Executivo tem uma previsão, só de dívida de médio e longo prazo, consolidada nos bancos, uma redução que se espera, no



### Reunião de 21/11/2016

próximo exercício, de cerca de 40% do valor da dívida e pela indicação que tem e irão discutir depois, ou a Câmara se livra destes empréstimos, contraídos em 2012, ou tem que ter impostos máximos nos próximos anos, até 2032. Não pode contrair, sequer, um empréstimo, nem utilizar a margem de endividamento que, entretanto, já criou em que podia contrair um empréstimo de 300.000,00 euros para fazer uma obra qualquer numa Freguesia. Portanto, a Câmara, com esta trajetória, tem, manifestamente, do ponto de vista de investimento e de reposição das amortizações, a todos os níveis, dificuldades que só pondo fim ao Plano de Ajustamento Financeiro, nas duas vertentes a que está vinculado, que é o PAEL e a reestruturação financeira, é que conseguirá fazer alguma coisa de jeito particularmente ao investimento e também, no essencial, na decisão aonde é que tem de o fazer. Portanto, o Município de Nelas tem uma margem de endividamento máximo de 12,8 milhões de euros, já, por causa da média das receitas correntes dos 3 últimos anos e no final deste ano de 2016 já deverá à volta de 10,5 milhões de euros, sendo certo também que por força da regra do equilíbrio, a receita corrente tem que ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações. É este exercício que o Executivo fez ali nos Serviços, com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia, com todo o rigor, no sentido de que a Câmara Municipal continue, como o Executivo julga que está a prestar, ainda que nesta redução orçamental, um bocadinho naquelas faladas obras de proximidade, poderá sair prejudicada a atividade municipal, mas o Executivo quer continuar a apoiar as associações com o vigor com o que o tem feito, com a rede de autocarros com que tem sido possível fazê-lo. Por isso, o Executivo fez democraticamente este ajustamento e conta que os Senhores Vereadores, compreendendo esta situação e a dificuldade da gestão decorrente destas amarras que vieram agora confirmadas pela Secretaria de Estado da Administração Local permitam ao Executivo continuar a gestão da Câmara até setembro do ano que vem e garantir o futuro do Concelho. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria intervir já. Se não, ele, Senhor Presidente, concede o tempo que for necessário para essa análise quando entenderem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que queria, desde já, agradecer ao Senhor Vereador Adelino Amaral e ao Senhor Presidente da Câmara, ter reduzido o valor do PO SEUR, que era de 4 milhões de euros, para 2 milhões de euros, porque o Senhor Presidente estava ali a fazer um Orçamento fictício, um Orçamento irreal. Aliás, a Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, diz que as importâncias relativas às Transferências de Capital só podem ser consideradas no Orçamento desde que estejam com efetiva atribuição, ou aprovação, pela entidade competente. O Senhor Presidente lançou ali projetos que nem sequer estavam aprovados, projetos que nem sequer estavam candidatados. E depois temos ali outra vez a Lei n.º 5-A, que diz o mesmo. Para serem sérios e para estarem ali a discutir aquilo com alguma seriedade em relação a porque é que o Senhor Presidente está ali a dizer que não vai fazer as obras de proximidade porque os malandros dos Vereadores lhe retiraram ali a parte do QREN, queria dizer ali aquilo que o Senhor Presidente disse exatamente no dia 09/12/2008: O Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva afirmou que o Senhor Vereador Dr. Osvaldo Seixas, na explicação que tinha dado sobre os documentos em análise, tinha acabado de confirmar que o Orçamento não era verdadeiro visto haver uma receita ficcionada de 3 milhões de euros e as contas do Orçamento não batiam certas. O Senhor Presidente da Câmara, em 208, diz exatamente o mesmo, que o Orçamento era empolado, que o Orçamento era ficcionada uma receita de 3 milhões de euros e vem



### Reunião de 21/11/2016

exatamente fazer a mesma coisa em 2016. Que o Senhor Presidente dissesse lá em que é que ficam. Como é que o Senhor Presidente gosta de gerir esta casa? Gosta de gerir esta casa ficcionadamente com a tal almofada que o Senhor Presidente estava ali a arranjar para depois dar um prejuízo substancial nas contas do Município no exercício, como já vão no ano de 2016 com um prejuízo de 1,5 milhões de euros? O Senhor Presidente comprometeu-os com despesas em que não tem receitas para as pagar. O resultado do exercício de 2016 da Autarquia é negativo no valor de 1,5 milhões de euros. Se o Senhor Vereador Adelino Amaral não levanta este incidente, que sabe de contas, depois ele, Vereador Dr. Manuel Marques, foi-se informar, o Senhor Presidente, ao fim do seu mandato chegaria com 4 milhões de euros, ou 5 milhões de euros, dumas contas fictícias, aliás, correndo já o sério risco daquilo que fez quando pediu a antecipação de receitas todas do IMI e do QREN de 2017. O Senhor Presidente pediu e quem ganhar as eleições em 2017 não tem o dinheiro do IMI porque o Senhor Presidente já o pediu. Mais, o Senhor Presidente fez outra questão que foi fundamental, é que o Senhor Presidente pede o IMI e em vez de resolver o problema do IMI com o PAEL, que é assim que determina a lei, não, alocou-o à III ETAR. Que o Senhor Presidente visse o que é que estava para ali a fazer. O Senhor Presidente apenas quer pagar 38.000,00 euros, o tal famigerado empréstimo que não deixa baixar o IMI, tem previsto nas contas apenas pagar 38.000,00 euros no ano de 2017. Aí está a vontade do Senhor Presidente em resolver o problema do PAEL. Mas não se quer alongar mais porque o Senhor Vereador Adelino Amaral apresentou uma proposta que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pensa que o Senhor Presidente da Câmara deve sujeitar a votação, para interromper a reunião, porque não é agora um Orçamento com o volume de contas e o volume que o Senhor Presidente ali tem, que não é agora em cima da mesa que os Senhores Vereadores conseguem resolver isto. Aliás, ele, Vereador Dr. Manuel Marques recordava mais uma intervenção do Senhor Presidente a dizer que havia uma almofada escondida de cerca de 3 milhões de euros, que havia um emolumento de verbas das vendas dos terrenos a Famílias de 1 milhão de euros. o Senhor Presidente levantou estes incidentes todos e agora vem fazer, rigorosamente, a mesma história. E que já iam depois ao Mapa de Pessoal para ver o que o Senhor Presidente diz, que arregimentou para ali aquelas pessoas que estavam na sala, já iam ver o que é que o Senhor Presidente fez no Mapa do Pessoal no tempo em que o Senhor Presidente se tornou Oposição à Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e ao anterior Executivo, já lá iam, que é para as pessoas que estavam na sala saberem a dupla personalidade do Senhor Presidente e a sua dupla forma de gerir esta casa. Tem uma opinião quando está na Oposição, e tem uma opinião quando está no Poder e infelizmente andou a violentar as consciências das pessoas humildes que estão na sala. Quer que os Serviços que estão a secretariar esta reunião retirem os nomes dos Funcionários que cá estão, por uma razão, o Senhor Presidente sabe que constitucionalmente os concursos públicos são imparciais. Eles sabem, à partida, que não o são. Mas, declaradamente, o Senhor Presidente fazer sentar pessoas na sala que estão numa situação precária, que algumas ainda vêm do anterior Executivo, e que algumas que o Senhor Presidente criou já no seu poder, é humilhante para as pessoas que estão na sala porque as pessoas sabem o que é que dirá uma pessoa qualquer que vem concorrer de Lisboa, de Coimbra, de Senhorim, de Canas de Senhorim, de Moreira, para concorrer a um concurso quando o Senhor Presidente já demonstrou ali que o concurso é fictício. Aquilo é uma vergonha e envergonha e humilha as pessoas que estão na sala, porque ele, Vereador Dr.



## Reunião de 21/11/2016

Manuel Marques, sabe que quando fez essa asneira por um Senhor que está ali dentro da sala esteve 8 horas a ser ouvido pela Polícia Judiciária. Felizmente, não o conseguiram apanhar. Senão ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tinha graves problemas. E o Senhor Presidente está a denunciar exatamente para quem são aqueles lugares. Isso é uma vergonha. É uma coação. E é uma humilhação a quem, de uma forma séria e honesta trabalha nesta casa. Isso é vergonhoso. E não sabe com que cara é que o Senhor Presidente vem resolver isto a um mês das eleições quando as pessoas irem ao concurso. Não sabia como é que o Senhor Presidente ia resolver aquilo. Requer, desde já, que os Funcionários que estão ali avençados conste o nome deles na ata sob pena de ter que o fazer ele, Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Adelino Amaral, em matéria, quer de contas e de dívida da Câmara, quer em matéria de utilização de Trabalhadores e concursos relativamente a Trabalhadores o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques devia ser a primeira pessoa a estar calado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente utilizou os Bombeiros para fazer obras à sua porta, compra terrenos de manhã e vendo-os à tarde pelo triplo do prelo, que ele, Vereador Dr. Manuel Marque, não recebe avenças de escritórios de indústrias e empresas e saiu limpo desta sala. Aliás, as vezes que o Senhor Presidente o obrigou a ir responder ao Tribunal assim o demonstrou. Ainda agora na artimanha que o Senhor Presidente fez no processo do Pingo Doce. Teve azar. Compra terrenos de manhã por 39.000,00 euros e vai vendê-los à tarde a Gois por 90.000,00 euros. Aí é que se vê quem é o sério nesta questão. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que se permitia iniciar esta intervenção com um apelo à calma do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, embora compreenda as razões. Pensa que, pelo menos uma parte daquilo que eram as preocupações de todos Senhores Vereadores, que era terem um Orçamento diferente, pensa que nessa parte irão chegar a acordo e como tal, pelo menos, por aí, há motivos para se manterem calmos e serenos e tranquilos, não dizia felizes, mas de alguma forma satisfeitos e com a consciência do dever cumprido. Mas antes de entrar na questão do Orçamento quer manifestar o seu desacordo em relação àquilo que foi a intervenção do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques relativamente à presença de tantas pessoas ali na sala. São Cidadãos, são Municípios e têm todo o direito de exercer a sua cidadania e muito bem estarem ali presentes para discutir e para assistir à discussão e participar, infelizmente, não podem porque a participação na discussão destas matérias deveria e poderia ter sido feita previamente em sede de discussão pública, ou de consulta às populações, ou de outra forma qualquer e ele já o lamentou e volta a lamentar hoje que este ano não foi possível fazer esse tipo de preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, ouvindo as pessoas, ouvindo as populações, fazendo consultas públicas, o que seria de todo, enfim, justificável e razoável e louvável. Não foi possível. Espera que no futuro isso seja possível e a participação das pessoas não se limitará a ouvir as intervenções dos Senhores Vereadores e as razões de cada um deles, mas as pessoas poderão participar ativamente na feitura e na elaboração destes documentos. É louvável, do seu ponto de vista, que haja pessoas na sala e que se interessem por esta matéria. Ele, Vereador Adelino Amaral, faz um reparo e discorda profundamente daquilo que disse o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques neste ponto. Vão discutir também, em princípio, questões que têm a ver com o Mapa de Pessoal. É prática deste Órgão, é prática de todos os Senhores Vereadores, quando





### Reunião de 21/11/2016

há um assunto em discussão que tem a ver diretamente com eles, ou com familiares diretos, é prática ausentarem-se da reunião. Espera e recomenda e sugere, naturalmente ninguém é obrigado a fazer isso até porque ele não é ninguém para dar ali ordens, mas a sua sugestão, o seu reparo, a sua ideia, é que no ponto em que vão discutir o Mapa de Pessoal as pessoas que estão na sala que têm a ver diretamente com esse assunto, ou seja, que poderão eventualmente, ser objeto, ou ser alvo daquilo que são as opções que estão expressas no Mapa de Pessoal, pedia, por favor, para não criarem constrangimentos nas decisões que vão ser tomadas e para se retirarem da sala nesse ponto. É uma recomendação é uma prática que tem sido seguida neste Órgão, sempre que se discute ali um assunto que tem a ver com eles, ou com uma instituição à qual eles estão ligados, a prática que tem sido seguida é não participar nesse ponto da discussão. Faz a sugestão para que os estimados Concidãos se alguém, não estava a dizer que estão todos nessas condições, mas se alguém se sentir ligado diretamente àquilo que vai ser discutido nesse capítulo, ele, Vereador Adelino Amaral, recomendaria que saíssem da sala para não criar constrangimentos ali à Câmara. Em relação ao Orçamento e de forma muito breve, queria só, em primeiro lugar, saudar vivamente a abertura manifestada pelo Senhor Presidente de Câmara e pensa que pela Senhora Vice-Presidente em fazerem algumas das retificações, ou a maior parte delas, que foram sugeridas pelos Senhores Vereadores. Não são ideia sua. Não são objeto seu, nem tão pouco do Senhor Vereador Artur Ferreira, elas foram ali explanadas na reunião anterior. Ficou ali a ideia de quais é que seriam as áreas onde se poderiam, de facto, alterar qualquer coisa e ele, Vereador Adelino Amaral, louva a abertura demonstrada para, seguindo o princípio de que todos os Senhores Vereadores querem votar e aprovar o Orçamento, portanto, o Orçamento terá que ser feito de acordo com a vontade expressa da maioria da Câmara, o que parece-lhe que está a acontecer. É evidente que um Orçamento que é reduzido em 3 milhões de euros não é o melhor Orçamento. Portanto, não podem cantar vitórias e dizer que este Orçamento é melhor do que a proposta que tinha sido feita. Não é o melhor. É evidente que um Orçamento quanto mais dinheiro tiver, quanto mais elevado for, melhor porque mais opções deixa. Mas é um Orçamento mais realista, mais adequado à realidade, mais adequado àquilo que é a execução prevista da Despesa e da Receita para o ano de 2017. E nessa matéria vai permitir, pelo menos, algum alívio de consciência de que não estão a contribuir para aquilo que poderia ser um instrumento de desnorte, de desorientação e de desequilíbrio das contas. Já viram no passado, pensa que em 2010, 2011 e 2012, o Executivo anterior apresentou propostas inverosímeis de Orçamentos com valores elevados, aliás, semelhantes àquele dos 16 milhões de euros. Não foi, propriamente, a existência do Orçamento que deu origem ao desequilíbrio mas foi porque o Orçamento foi feito para acautelar situações que não eram exequíveis no andamento normal das Receitas, ou dos recebimentos e dos pagamentos da Câmara e, portanto, essa situação é que provocou a ruína financeira e o desequilíbrio financeiro. Ele, Vereador Adelino Amaral, acha que é bom que o Orçamento seja mais realista e seja mais adequado àquilo que é a realidade económica-financeira da Autarquia porque há uma máxima que ele vai ali repetir que é, nós não podemos criticar os Executivos quando estamos na Oposição, como foi o seu caso, e depois quando chegam ao Poder fazer exatamente o mesmo que os outros fizeram e dizer que, eles faziam, nós também fazemos e afinal de contas depois o Povo tem razão e diz que isto é tudo a mesma coisa e os políticos são todos iguais e querem todos é tacho. E ele, Vereador Adelino Amaral, contesta vivamente essas afirmações que são



### Reunião de 21/11/2016

feitas e acha, com toda a sinceridade e com toda a força daquilo que é a sua consciência, acha que quando nós estamos no Poder e está a falar em termos indefinidos, como é evidente, quando se está no Poder tem que se ter um comportamento diferente daquele que criticamos quando se está na Oposição. E a retificação que foi feita ao Orçamento, de facto, corporiza esse princípio e ele, mais uma vez, saúda. É evidente que na situação financeira em que o Executivo anterior deixou a Autarquia não há grande margem para fazer grandes flores. O Orçamento, aliás, da parte da despesa do investimento, da despesa de capital, vive quase exclusivamente à custa daquilo que serão verbas comparticipadas em vários projetos, em várias áreas, desde a ETAR até outras infraestruturas e esse Orçamento vive muito à custa disso. O Mapa que os Serviços fizeram o favor de lhe facultar, que ele, desde já, também agradece, pena é não terem vindo um pouco mais cedo e ele, Vereador Adelino Amaral, também confessa que poderia os ter pedido logo ali na reunião e não pediu, mas, de facto, permitiram, pelo menos, avaliar contas feitas por alto que as verbas previsíveis de candidaturas aprovadas rondarão os 3 milhões de euros, a receber num todo em 2017, parece-lhe que estes 3 milhões de euros estarão ali, foi alterada a parte do Orçamento que estava previsto em 6.130.000,00 euros nas Transferências de Capital, passou para 3.770.000,00 euros, o que lhe parece, de todo, adequado, embora lhe pareça que há ali ainda um valor um bocadinho elevado, mas também terá que ficar alguma folga no Orçamento até para poder fazer revisões e alterações no futuro. E desde já e até antes de depois analisar o Orçamento mais em pormenor, quer deixar ali expresso o seu compromisso de que, no futuro, se houver reforços e Deus queira que haja e muito, nas verbas conseguidas pelo Município nas várias candidaturas a que o Município vai recorrendo, naturalmente está completamente aberto a aprovar as revisões orçamentais que forem necessárias para enquadrar esse reforço de fundos, portanto, não é por aí que a Câmara e que a Autarquia terá constrangimentos. Para já era só isso que queria dizer. Só dizer, para as pessoas também ficarem a saber, que as áreas onde foram propostas alterações foi, principalmente, no total dos Impostos Municipais cobrados, acabou por ser reduzido apenas 150.000,00 euros e foi nas Transferências de Capital na parte dos projetos comparticipados em que, como disse há pouco, estava previsto um total de 6.130.000,00 euros nas Transferências de Capital e agora fica em 3.772.000,00 euros. Basicamente foi o que foi feito. Tinha sugerindo ainda uma redução no valor da recolha de resíduos. Compreende e porque não tem os dados corretos para poder fazer uma proposta em concreto, e também, porque não tem problema nenhum em dizê-lo, também sugeriu ali o corte, que foi atendido, até mais do que aquilo que ele sugeriu, em Transferências Correntes para Instituições e Famílias. E fê-lo porque o valor que estava orçamentado, que eram 400.000,00 euros e 260.000,00 euros, estavam a falar só de Transferências Correntes, pareceu-lhe um valor exagerado, não que as Instituições do Município não o mereçam, merecem concerteza este valor e muito mais, mas porque há Transferências de Capital também previstas para as Instituições no valor de 110.000,00 euros, o que perfaziam cerca de 900.000,00 euros no total de Transferências Correntes e de Capital para Instituições e Famílias. Pareceu-lhe que esse valor era exagerado tendo em conta os constrangimentos financeiros que o Município atravessa. E como tal assume isso de corpo inteiro que tinha sugerido que esse valor fosse reduzido, naturalmente, sem prejudicar projetos que as Instituições tenham e que poderiam depois ali ser analisados em pormenor. E esta proposta de redução é feita com base em dois princípios que ele, Vereador Adelino Amaral, acha que



### Reunião de 21/11/2016

deveriam nortear a política de concessão de subsídios da Autarquia, que era no início do ano e era agora a altura, de ser definida uma grelha com critérios e até com valores objetivos de subsídios a distribuir pelas várias Instituições, que era para cada Instituição saber qual é o valor com que conta para o próximo ano. E esse levantamento, e esse estudo não foi feito. Acha que podia ter sido feito. Por outro lado, também a Câmara deve garantir que os dinheiros que saem a título de subsídio para as várias Instituições sejam bem aplicados e só há uma forma de o fazer, é verificar depois as contas das Instituições. Admite que as várias Instituições tenham entregue ao Senhor Presidente de Câmara os Relatórios de Contas dos anos que têm passado, mas à Câmara, pensa que chegou só um, ou dois, durante este tempo todo, o que, manifestamente, é pouco. Portanto, a definição da política de concessão de subsídios devia ter sempre estes dois princípios subjacentes: Primeiro, definir no início de cada ano qual é que é a política de subsídios e quais são os valores concretos com que cada Instituição irá receber. E em segundo lugar, serem prestadas contas também à Câmara porque é daqui que sai o dinheiro e a Câmara não pode dar-se ao luxo de pôr nas Instituições 800.000,00 euros, ou 900.000,00 euros por ano e depois não querer saber onde é que esse dinheiro é aplicado. Parece-lhe que esse princípio também deveria ser seguido. Basicamente era aquilo. Ele, Vereador Adelino Amaral, também foi tentado a reduzir ali os valores, além do saneamento e da água, para dar uma ideia de que a Câmara não tinha a mínima intenção de aumentar as taxas, nem o preço da água. Isso está também garantido. Pensa que não irá acontecer. Queria dar uma ideia mas, de facto, os valores que foram calculados pelos Serviços pensa que estão corretos e como tal aceita-os como bons. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que também queria saudar todos os presentes e lamentar que não sejam mais as vezes em que a plateia está mais composta porque, efetivamente, é ali à mesa onde se sentam 7 pessoas, discute-se a vida de todos nós, de alguma maneira, pelo menos na parte que está cometida à própria Câmara e, portanto, é bom que o acompanhamento seja próximo até para que isso possa contrariar eventuais propagandas e algumas informações do que se passa ali, que não correspondem, minimamente, à verdade, nomeadamente e já agora e respondendo àquilo que foi feito ali relativamente ao Orçamento e às obras de proximidade, para que, por exemplo, não se diga que foi devido aos Vereadores da Câmara que não havia obras referentes à Barragem de Girabolhos quando, efetivamente era exatamente o contrário e se houve algumas obras de proximidade e houve uma distribuição mais justa por todas as Freguesias, deveu-se, efetivamente, a alterações que o Senhor Presidente foi obrigado a fazer à proposta que tinha inicialmente feito à Câmara e que a sujeitou até, apenas e só, a ratificação e que nem sequer a pôs ali a discussão. Relativamente ao Orçamento, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, concorda, genericamente, com aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Adelino Amaral e também lhe parece que as verbas que estavam inicialmente propostas na Receita aproximam-se daquilo que é, efetivamente, expectável. Também lhe parece que se houver alguma alteração substancial, fruto de alguma anomalia e que isso possa refletir um aumento extraordinário da Receita, está, efetivamente, na mesma posição que o Senhor Vereador Adelino Amaral expressou e isso era ótimo que acontecesse e que, em vez de 16 milhões de euros houvesse aí alguma coisa extremamente excepcional que permitisse que isso acontecesse. Agora, efetivamente, relativamente aos dados que os Senhores Vereadores têm neste



### Reunião de 21/11/2016

momento, acha que, e é isso que os leva a construir este Orçamento, parece-lhe que este valor é muito mais adequado. Quando o Senhor Presidente diz que esta redução poderá implicar a redução das obras de proximidade, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, até acha engraçado esse argumento porque senão vejamos: O Senhor Presidente reduz em 135.000,00 euros, salvo o erro, ou à volta disso, o valor do Imposto Municipal sobre Imóveis, não por culpa da Câmara, mas, efetivamente, a taxa máxima de IMI baixou de 0,5 para 0,45 e, portanto, não é expectável que o valor cobrado fosse maior do que o do ano passado, dado que a taxa reduz. Mas, depois, a única coisa substancial que se reduziu foi um valor que antigamente, ou na semana passada, ou no início desta semana, na segunda-feira, era de 4 milhões de euros de verbas expectável para entrar de Receita, de 4 milhões de euros e passou para 2 milhões de euros. Então, quando isto acontece, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que é a assumpção clara de que o Senhor Presidente tinha 2 milhões de euros distribuídos por rubricas que nem sequer existiam na parte da Despesa porque, efetivamente, as obras de proximidade continuam a estar exatamente na mesma. Aquilo que, eventualmente, pode ter desaparecido eram obras de proximidade que o Senhor Presidente ia financiar de forma irreal, com verbas do PO SEUR que só vêm com obras aprovadas. Portanto, o Senhor Presidente não podia candidatar ETAR,s, ou dizer, temos candidaturas, ou intenção de candidaturas para 4 milhões de euros para ETAR,s, para um depósito de água que nem sequer existia a rubrica inscrita nas despesas e depois gastar esse dinheiro noutras coisas que não aquilo que diz que se vai candidatar. E era isso que se estava ali. Era, de alguma forma, demagogia pura, ter 2 milhões de euros de receita inscrita, que depois iria distribuir a seu belo prazer por aquilo que lhe apetecesse, quando não pode porque as regras dos fundos comunitários assim não o permitem. Portanto, se da parte do Governo abrirem candidaturas extraordinárias para que se possa fazer senão aquilo que está, ótimo. Com aquilo que temos agora, parece-lhe que sobre esse ponto de vista e também com a análise muito superficial e sem o aconselhamento técnico do Senhor Vereador Adelino Amaral, que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, fez enquanto ouvia o Senhor Presidente, parece-lhe que é um Orçamento muito mais realista e que, no fundo, ajuda a Câmara e o Município, a ter contas, efetivamente, mais saudáveis para que não se faça como no passado que em ano de eleições se deite tudo a perder para os próximos anos. Portanto, acha que o trabalho que foi feito de segunda-feira para hoje, aparentemente foi um trabalho que foi bem feito e foi feito pela Câmara, pelo Presidente e pelos Funcionários que ali estão, tendo em conta as sugestões dadas por todos os Senhores Vereadores, aliás, como devia ser feito relativamente a isto e tudo o resto. -----

---- **O Senhor Presidente interrompeu a reunião durante 15 minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente afirmou que tinha pedido a palavra o Senhor Vereador Artur Ferreira e concedeu-lhe o uso da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmo que em relação ao Orçamento só queria dizer também duas coisas. Também acha que é de louvar a atitude de inserir nas propostas que os Senhores Vereadores fizeram, ou algumas delas, mais o Senhor Vereador Adelino Amaral do que ele, Vereador Artur Ferreira, só pode ser por ordem alfabética a d, Artur, portanto, a seguir seriam as suas propostas, para o próximo ano poderá ser que sejam as suas propostas. No entanto, aquilo que se fez de propostas, juntamente com a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, gostava muito mais também de ter e só dizer que também



### Reunião de 21/11/2016

essa situação dos cemitérios. Portanto, em relação aos cemitérios, ele tinha proposto mais umas verbas para os cemitérios, foi reduzido algum valor também nessa rubrica. Espera bem que isso não ponha em causa essas obras que são necessárias. E um ponto que também tinha falado que era, até por causa do IMI, o valor que têm ali, em termos de receita, parece-lhe um bocado ainda irrealista. Acha que havia de ser ainda sensivelmente menos 200.000,00 euros fruto também da diminuição de taxa que poderá haver, isto se for a taxa de 0,45, se for outra taxa ainda seria menor. E aproveitava também para dizer que uma das propostas que eles tinham feito era de amortização do capital em dívida do PAEL para que não tenhamos problemas, quer em termos de taxas de IMI, quer em termos de contratação de Pessoal, quer em termos de receitas da Câmara e trabalhar como se pode trabalhar e uma Câmara deve trabalhar. Eles tinham proposto que fosse amortizado totalmente o valor do PAEL durante o ano que vem, 2017. Não foi aceite essa proposta. Ele, Vereador Artur Ferreira, considera que era importante isso até para não terem os constrangimentos que vieram a ter durante este tempo todo. Depois, queria dizer que pensa que nas obras de proximidade e o Senhor Presidente também falou nisso, acha que não foram afetadas e pela leitura breve que fez das obras, acha que também não foram afetadas. Acha que estão lá todas, ainda que algumas com valores mais reduzidos. Gostava que o valor que está ali referido para a Feira do Vinho, que são cerca de 70.000,00 euros, acha que é insuficiente. Na altura não tinha proposto porque não estava lá, mas a sua ideia era proporem cerca de 100.000,00 euros. Acha que a Feira Medieval de Canas de Senhorim também merecia mais um bocado de valor. Se se poder lá chegar depois nessas rubricas. Outra coisa que ele, Vereador Artur Ferreira, não concorda, e por isso também fez essa referência, não estava referenciado na proposta mas era isso, é a questão da PARU. Sabe que o Senhor Presidente e acha que todos os Senhores Vereadores gostam de aproveitar os fundos comunitários e aproveitar as obras que sejam necessárias mas ele é, Vereador Artur Ferreira, é mais prudente e é mais cauteloso. Acha que há valores no PARU para Nelas, que é mesmo para Nelas, não é para o Concelho de Nelas, apesar de ficarem no Concelho de Nelas é para a sede do Município, principalmente em duas obras que ele não considera que sejam necessárias, que é na requalificação da Praça do Município, a não ser que seja para fazer o parque subterrâneo como já pediu ao Senhor Presidente, mas acha que não é necessário. Acha que a Praça do Município não necessita de obras, do seu ponto de vista. E mesmo a parte da requalificação do Largo ao pé da Igreja Matriz, pensa que também não são necessárias essas obras. Acha que nesses valores aí, podiam afetar esses valores, não podiam afetar, mas a parte da Câmara, que não é muita, mas é alguma, podia ser afeta a outras obras mais necessárias, do seu ponto de vista. Para já era só. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que queria intervir mais até para responder ao Senhor Vereador Adelino Amaral, quando diz que o Orçamento não dá para fazer flores. Então quem gasta 300.000,00 euros numa Festa do Vinho não dá para fazer flores? Então e agora quem gastou 24.000,00 euros na Norma Point, que é um Senhor que está aí a ver os impactos de Girabolhos, não dava para fazer flores? Quem gasta na Plataforma Jurídica para ver a prestação de serviços de assessoria e a imagem do Senhor Presidente da Câmara, 14.000,00 euros, não dá para fazer flores, em obras de proximidade? Quem gasta na Áudio Globo – Mobiliário, Unipessoal, 11.660.00 euros, não dava para fazer uns passeios? Quem gastam, numa hora e meia, nos Diabos na Cruz, a atuar ali, 15.000,00 euros, não dava para fazer passeios? Quem dá 60.000,00 euros, por meio ano, ao PARU, para acompanhar os





## Reunião de 21/11/2016

processos ali da PARU, não dava para fazer flores? Quem paga à MOTRIZ para calcular os fundos disponíveis, 12.000,00 euros, ou 13.000,00 euros, por ano, não dava para fazer flores? Isto são uns 4, ou 5. Porque se forem à base de dados vê-se uma cataplasma de avenças externas que davam para fazer flores. Porque, sejamos, temos Pessoal competente na Câmara. Mesmo, quanto à história da revisão, obviamente que nunca votará contra a revisão, mas o Senhor Presidente da Câmara que sabe melhor de contas que ele, Vereador Dr. Manuel Marques e a sua Vice-Presidente da Câmara, bastava no Orçamento de 2017 ter lá calculado financiamento não definido, que eram os eventuais projetos que estavam em aprovação, ou que seriam candidatáveis e se lá estivesse isso, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, não era preciso fazer as revisões. Só que o Senhor Presidente da Câmara arrumou com estes projetos para o ano de 2017, para os inflacionar, para ter uma almofada, para gastar sem receitas. Esses é que são os factos. Não vale a pena estarem ali a escamotear a verdade. Foi isso que aconteceu. A Oposição não é nenhum papão. Estão ali para colaborar quando os assuntos são tratados de uma forma séria e de uma forma honesta. Agora arrumar-lhe um bocado de fardo de palha para ele comer, embora lhe chamem jerico, mas não a come. Mas mais grave, indo á ETAR e ao Sistema Intercetora, o cronograma da obra é 567 dias. Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara como é que ele vai receber a totalidade da ETAR e do Sistema Intercetor no ano de 2017 quando ele se prolonga, mais de metade, para 2018. Isto foi para o Senhor Presidente fazer o que já fez, que já gastou 1,5 milhões de euros sem ter receitas para os pagar. Com esta habilidade que estava a ser feita, com esta artimanha que estava a ser feita, ao fim de 2017, o Município de Nelas tinha 5 milhões de euros de dívida sem receitas. Esses é que são os factos e tem que ser diro. Ainda outra questão, queria agradecer com toda a sinceridade, ao Senhor Presidente e muito obrigado por ter posto uma obra que não constava no Plano de 2017, embora com 1 euro, abriu a rubrica, que não tinha feito no outro Orçamento, para o Lar e Centro de Dia da Misericórdia de Santar e assim temos possibilidade, sem revisão, com uma alteração, de poder ali contemplar este Lar da Misericórdia de Santar, que bem merece. Mas quanto aos lares o Senhor Presidente continua a só pôr 1 euro, prefere gastar o dinheiro nas festas e nestas avenças que nem sabe quem as pessoas são. Mas devem ser da confiança técnica do Senhor Presidente. Considerando que o Senhor Presidente da Câmara fez ali algumas alterações, demoveu-o de votar contra o Orçamento e vai-se abster. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, muito simplesmente, diria que sim, que dá para fazer flores, mas são flores de papel, se calhar de plástico, que são mais baratas. E nessa matéria e em práticas de orçamentação, enfim, os maus exemplos dados pelo Executivo anterior, que não foram seguidos nos anos 2014, 2015 e em parte de 2016, estariam ali a correr o risco de, diria o Povo lá da sua terra que deixaram cá os livros, quem cá esteve antes deixou os livros, mas não, mas não, porque em anos anteriores a prática seguida foi diferente e com estas alterações que foram feitas também se reduziu um pouco essas más práticas. Ia pedir o favor ao Senhor Presidente de Câmara e ia repetir a proposta que fez na reunião anterior. Ela foi acrescentada em alguma coisa e foi formalmente feita. Esta proposta não é para considerar. Ele próprio desclassifica a proposta, mas porque ela expressa qual é a sua posição e a do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges em relação a alguns assuntos, vai lê-la e agradecia que ela constasse em ata, embora, naturalmente, ele a desclassifique, portanto, não será para submeter à votação visto que há alterações que foram feitas e que



## Reunião de 21/11/2016

foram feitas por forma a poderem tomar uma decisão, portanto, sem haver necessidade de aprovar esta proposta e ele, Vereador Adelino Amaral, tinha proposto o seguinte: -----

---- *“Considerando que -----*

---- *- Algumas verbas inscritas no Orçamento da Receita para o ano de 2017 estão claramente sobreavaliadas, empolando assim o total dos valores das Receitas Correntes e de Capital para 10.014.012,00 euros e 6.152.225,00 euros, que perfazem 16.166,237,00 euros para o total da Receita. -----*

---- *É o caso das receitas previstas no Capítulo 01 – Impostos Diretos, que no seu todo correspondem a 2.948.251,00 euros, cerca de 600.000,00 euros a mais do que a melhor receita expectável, tanto mais que a taxa máxima de IMI foi reduzida em 10% por decisão do Governo. -----*

---- *É igualmente o caso das verbas inscritas nos vários programas do Portugal 2020, que totalizam cerca de 5.680.000,00 euros, sem que estejam explicitadas e garantidas as respetivas candidaturas e inscritas no Orçamento as despesas, ou as rubricas correspondentes.-----*

---- *- Não é uma boa prática a sobre-orçamentação das Receitas permitindo incluir verbas no Orçamento da Despesa que podem dar origem a expetativas e compromissos, provocar desequilíbrios nas contas e agravar a situação financeira da Autarquia. -----*

---- *- Na proposta do Presidente da Câmara prevê-se um aumento brutal, em cerca de 1.000.000,00 euros, no capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, no Orçamento da Despesa, em Despesas Correntes. -----*

---- *Propõe-se que as verbas do Orçamento para o ano de 2017 sejam reajustadas, tendo em conta o que atrás ficou dito, muito em particular nas Receitas de Impostos Diretos e de Programas do Portugal 2020, do lado da Receita e a Aquisição de Bens e Serviços, do lado da Despesa Corrente. -----*

---- *Não se questiona qualquer obra inscrita no Orçamento, muito embora seja recomendável uma avaliação mais criteriosa das prioridades e da distribuição dos investimentos pelas várias Freguesias. -----*

---- *Neste capítulo sugerimos, dados os prazos estabelecidos de 24 meses para a execução dos programas de reabilitação urbana e a existência de quatro áreas de reabilitação urbana (ARU), que os valores adstritos a estes investimentos sejam repartidos por todas estas quatro ARUs, deixando para 2018, e anos seguintes, os restantes investimentos. -----*

---- *Sugerimos igualmente que sejam reforçados os valores previstos para Segurança e Proteção Civil, nomeadamente nos apoios prestados às Associações de Bombeiros Voluntários de Nelas e Canas de Senhorim, e à Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Santar. -----*

---- *Sugerimos também que seja previsto apoio para a Santa Casa da Misericórdia de Santar, por forma a apoiar a construção do Lar de Idosos, que já decorre. -----*

---- *Recomenda-se que, no mais curto espaço de tempo possível, possam ser elaborados e aprovados pela Câmara, projetos na área da habitação social, não contemplada neste Orçamento, mas que possam vir a ser incluídos numa futura revisão. -----*

---- *Lamenta-se que neste Orçamento não seja prevista nenhuma rubrica relacionada com Orçamento Participativo e que a elaboração desta proposta não tenha sido apreciada com tempo e não tenha resultado de qualquer consulta às populações.”-----*



## Reunião de 21/11/2016

---- De seguida afirmou que, como se acabou de ver esta proposta está desfasada em relação àquilo que foi a alteração da proposta do Orçamento e ele fez questão de a ler e faz questão de a apresentar, embora, como disse, não é para sujeitar à votação, mas é para, de facto, demonstrar que aquilo que foi ali reclamado, na sua maior parte, pelo menos naquelas rubricas com algum peso, foi atendido, o que, mais uma vez, enaltece. Só queria colocar uma questão e se a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares lhe poder dizer, se o Senhor Presidente lhe permitir, o valor das amortizações é 1 milhão de euros. Portanto, ficará, de facto, uma folga grande entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente, o que é, de facto, um bom indicador. Em termos de Orçamento, pensa que estão, mais ou menos, falados. Parece-lhe que os 13,5 milhões de euros é um valor exequível, portanto, era bom que fosse bastante mais e se o for cá estarão e a sua disponibilidade total para aprovar as revisões orçamentais que forem necessárias para enquadrar esses valores. Queria deixar uma nota em relação a algumas críticas que, de forma justa e pertinente, o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges faz em relação à distribuição das verbas das Grandes Opções do Plano. Ele tem toda a razão. As verbas de investimento das Grandes Opções do Plano têm uma distribuição profundamente injusta. Ele, Vereador Adelino Amaral, compreende e por isso votará favoravelmente o Orçamento, compreende que muitas destas rubricas de investimento são condicionadas pelas participações dos vários programas. Portanto, nós não podemos candidatar uma ETAR e depois com o dinheiro que vem da ETAR ir fazer um campo de futebol. Portanto, os constrangimentos financeiros da Câmara implicam que muitas vezes muitos dos investimentos da Câmara sejam orientados não pelas decisões da Câmara mas pelos dinheiros que há disponíveis e aos quais a Câmara pode concorrer. E vão ter ali situações, do seu ponto de vista, quase aberrantes. Por exemplo, prevê-se ali umas centenas de milhares de euros para fazer a requalificação da Praça do Município. A Praça do Município, ok, podemos requalificá-la, podemos sempre fazer qualquer coisa mais bonita, pode ser melhor. Mas, com toda a franqueza, alguém acha que a Praça do Município de Nelas necessita de uma requalificação urbana por estar degradada, ou por ser uma coisa feia, ou por ser uma coisa asquerosa? Não é. Portanto, parece-lhe que é um desperdício de dinheiro, parece-lhe que é uma coisa, de facto, se há dinheiros disponíveis, se há fundos disponíveis para fazer essas obras, pois é obrigação da Câmara, é obrigação do Presidente de Câmara tentar receber esses dinheiros e muitas vezes os investimentos não são aqueles que deveriam ser e são criticáveis e são condenáveis. Mas, muitas vezes e por isso é que ele, Vereador Adelino Amaral, diz que muitos investimentos são dirigidos de fora, são comandados de fora e têm a ver com os programas que há disponíveis. A distribuição, de facto, dos investimentos e então se forem ver a distribuição por Freguesias é uma coisa, de facto, arrepiante. Não é só injusto. Não estão ali contempladas as verbas das obras que resultam do Acordo com a Hidromondego, de Girabolhos, porque não fazem parte do Orçamento Municipal. Mas também não têm que fazer porque, de facto, aquilo é uma compensação que é dada, do seu ponto de vista, que deveria ser, exclusivamente, ou quase exclusivamente, investido em Senhorim, a Câmara decidiu de outra forma e ele, Vereador Adelino Amaral, aceita e também subscreveu essa proposta. Mas, de facto, tirando, ou não contando com isso, há, de facto ali e ele estava a analisar o Orçamento que tinha antes e não o que está agora feito, porque tinham ali um total de 7.400.000,00 euros de investimento em Grandes Opções do Plano, ou de atividades no Plano de Atividades, e agora passam a ter 5.890.000,00 euros, houve ali 1,5 milhões de euros de redução por via do ajustamento do



### Reunião de 21/11/2016

Orçamento. E naquele mapa vê-se uma coisa, enfim, que é um vício de há muitos anos nesta Autarquia e contra o qual ele também se tem insurgido. É que estes 7.400.000,00 euros têm uma distribuição geográfica completamente injusta e desequilibrada. São aplicados na Freguesia de Nelas 3.840.000,00 euros em serviços gerais, em projetos de carácter geral, que têm as chamadas rubricas saco, que é para todo o Concelho, obras em todo o Concelho, são 2.132.000,00 euros. Depois, na Freguesia de Canas de Senhorim são 32.000,00 euros. Na Freguesia de Santar/Moreira são 457.000,00 euros. Na Freguesia de Carvalhal Redondo são 246.000,00 euros. Em Lapa do Lobo 7.400,00 euros. Em Senhorim 135.000,00 euros. E em Vilar Seco 260.000,00 euros. Por exemplo, Senhorim, tirando a ampliação do cemitério não tem praticamente nada. Em termos percentuais, Nelas e os serviços gerais, totalizam, acha que tem vergonha de dizer este número, mas totalizam 80%. A Freguesia de Nelas e as rubricas de carácter geral totalizam 80%, não do Orçamento, mas da parte do investimento do Orçamento, da parte das Grandes Opções do Plano. A Freguesia de Santar, que é a segunda beneficiada muito por força do Projeto CAVE, que agora tem uma pequena redução, tem 6,2%. Canas de Senhorim está em terceiro lugar e tem 4,3%. Vilar Seco tem 3,5%. Carvalhal Redondo /Aguieira tem 3,3%. E depois tem destacadíssimas, Senhorim com uns miseráveis 1,8%. Atenção que Senhorim era até há pouco tempo a segunda maior Freguesia, pensa que agora é a terceira e tem 1,8%. E a Lapa do Lobo, em definitivo, acha que foi excluída porque tem 0,1%. Iria dizer que Senhorim, ele, Vereador Adelino Amaral, compreende e não quer gerar ali nenhum tipo de polémica, mas, ele, de Senhorim até compreende porque Senhorim é uma Freguesia que sempre foi mais, ou menos ostracizada, mais ou menos esquecida, mais ou menos ignorada, mais ou menos vilipendiada. Agora, o que ele lamenta é que este Executivo tem ali quatro pessoas com ligação a Senhorim. Portanto, se os Vereadores que têm ligações a Senhorim fizessem ali um hobby, aquilo só podia dar origem a uma revolução, ou a uma hecatombe porque, de facto, dar 1,8% a uma Freguesia que tem 4 Vereadores não se pode dizer que estão ali a puxar a brasa à sua sardinha, concerteza. E em relação à Lapa do Lobo, 0,1% é zero. Para concluir, ele, Vereador Adelino Amaral, na última reunião também referiu que, para além destes desequilíbrios, aquilo era a proposta anterior, que em termos percentuais pensa que não terá uma grande disparidade. Pode ter havido ali alguns cortes. Não houve, infelizmente, cortando do lado da Receita não se pode aumentar do lado da Despesa. Houve, de facto, ali uma redução que era uma questão política importante, que ele defendeu, uma redução de cerca de 1 milhão de euros em despesa corrente e isso foi feito. E isso é um bom sinal. Também houve necessidade de reajustar os valores do investimento. Só para terminar, ele referiu na última reunião e agradece também a menção que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez e a sugestão que foi o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges que o fez, não foi ele, Vereador Adelino Amaral, de incluir na proposta que ele e o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges fizeram, incluir uma referência à Santa Casa da Misericórdia de Santar e à Cruz Vermelha Portuguesa, como estava a dizer, as Grandes Opções do Plano tinham, do seu ponto de vista, algumas lacunas e essa era uma das grandes lacunas. Portanto, há ali projetos, alguns deles abertos com 1euro, mas é a principal Instituição de Apoio Social do Concelho, sem dúvida nenhuma e a principal obra, a maior obra em curso neste momento no Concelho de Nelas estava e ainda está, pura e simplesmente, ignorada neste Orçamento. Está inscrita com 1 euro. Esperemos que esse valor depois possa ser retificado. E isso é uma coisa que só lhes pode incomodar. Não há nenhum Vereador da Câmara, nem nenhum Presidente



## Reunião de 21/11/2016

de Câmara que se possa sentir orgulhoso de, estando em curso uma grande obra de uma grande Instituição e a Câmara não ajuda nem com um cêntimo. É uma coisa que só os pode incomodar e só os pode deixar ficar tristes e ele, Vereador Adelino Amaral, só pode lamentar. Da mesma forma que também os Bombeiros e ele repetia, foi o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges que fez menção a isso, os Bombeiros têm, de facto, verbas previstas com protocolos e a Cruz Vermelha Portuguesa de Santar também foi ignorada e todos eles sabem que, á sua dimensão, a Cruz Vermelha Portuguesa de Santar também presta um serviço meritório às populações. Portanto, eram estas as grandes lacunas deste Orçamento, bem assim como a ausência de investimento em habitação social. O nosso parque habitacional é degradado nas aldeias, nas vilas, e este Orçamento também não prevê investimento nenhum em habitação social. Espera que isso possa ser corrigido, de alguma forma, durante o ano e se for durante o ano, pelo menos, de futuro, essa situação possa vir a ser alterada. E também a questão ambiental que ele, Vereador Adelino Amaral, referiu como sendo uma grande lacuna, embora haja projetos e candidaturas aprovadas e ainda bem, para resolver de vez o problema ambiental de todo o Concelho, mas a realidade é que neste momento ainda há esgotos a correr a céu aberto. É evidente que Roma e Pavia não se fizeram num dia. Num ano, em dois, ou três, não se podem resolver os problemas todos, mas, de facto, não se pode dizer que está tudo bem em termos ambientais. Portanto, há candidaturas, há projetos, ainda bem. É uma realidade que está a ser combatida, ainda bem, mas ainda não temos em todo o Concelho resultados palpáveis e isso também é de lamentar. E era só isso. Posto isto, repete, o Mapa que os Serviços lhe deram tem pena não o ter tido antes para poder até dar algumas sugestões ali nos vários pontos. Aquilo é mais projetos do que, propriamente, obras, mas também tem ali algumas obras. Mas, de facto, ele é esclarecedor porque tem ali um valor, como ele, Vereador Adelino Amaral, referiu há pouco, dos 3.100.000,00 euros, dos quais, eventualmente, em 2017, a Câmara receberá dois milhões e pouco de euros, o que vai de encontro àquilo que foi proposto e que espera venha a ser aprovado. E diz em voz alta, sem problema nenhum, em relação às preocupações do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, que ele, Vereador Adelino Amaral, subscreve na íntegra e que demonstrou ali de forma clara, acha que isso não deve ser motivo impeditivo para que o Orçamento seja inviabilizado porque poderão, havendo rubricas abertas, se houver condições durante o ano, poderão fazer ali alguma alteração orçamental por forma a poder contemplar mais algumas obras nas várias Freguesias e também na Freguesia de Canas de Senhorim, que pensa que era essa que preocupava em primeiro lugar o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, mas nas outras Freguesias que também não estão a ser contempladas e ele, Vereador Adelino Amaral, diz com toda a franqueza, e repete que dos programas que estão a ser feitos, das candidaturas que estão a ser feitas nas áreas de reabilitação urbana, choca-o que possa ser investido um milhão de euros, ou mais, em obras de requalificação, por exemplo, da Praça do Município. E ele, se poder evitar isso, sem houver uma forma de distribuir de uma forma mais justa esse valor, ele viabilizará essa forma e lutará para que isso seja possível e viável. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que queria voltar à questão que o Senhor Presidente referiu, há pouco, de que o PPI que se ressentia do corte da Receita do PO SEUR, para dizer ao Senhor Presidente que eles tinham de receita, essencialmente e têm a Grande ETAR de Nelas, um grande depósito que é necessário para reforçar o abastecimento de todo o





### Reunião de 21/11/2016

Concelho, a construir, salvo o erro, ali na zona da Quinta da Cerca, ou naquela zona e que contabilizou como receita, mas que depois não tinha como despesa e tinha um conjunto de outras coisas como, por exemplo, a elaboração do cadastro, que se mantém e um conjunto de outras ETAR,s. Era, essencialmente, isso. Não sabia se se estava a esquecer ali de alguma coisa. E depois tem 1.300.000,00 euros da reabilitação urbana que, neste momento, é apenas financiado, ou cofinanciado, se for feito na sede do Município e isso a responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas sim da CCDR Centro, para que não restem dúvidas que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não está ali a dizer que a Câmara não quer fazer investimentos só em Nelas porque sim. Neste momento aquilo que a CCDR defende é que só na sede do Concelho é que é cofinanciado. Agora, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, tem uma perspetiva diferente do como fazer isto, exatamente para contrariar esta discrepância que ele acha pornográfica de terem 52% do investimento, ou tinham, admite quem isto seja ligeiramente diferente, na sede do Concelho, e depois nas outras Freguesias, quando muito chega a 6%. Não pode estar de acordo com isto. Não pode. Até ao dia em que se cobre impostos nesta proporção às pessoas que habitam no Concelho, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não está de acordo com isto. A partir do momento em que as pessoas de Santar pagarem 6,2% dos impostos, ou houver uma proporção e o investimento for feito desta maneira, ele não consegue compreender isto porque quando é na altura de cobrar somos todos iguais. Portanto, se somos todos iguais e como a Câmara Municipal é de todo o Concelho, está em Nelas mas é de todo o Concelho, ele não pode concordar com esta forma de agir. Nunca concordou e não é agora que vai concordar. Não concorda. Mas voltando à história do PPI, ou das Grandes Opções do Plano, depois o Senhor Presidente queixa-se que as obras de proximidade são cortadas. Portanto, nós temos de Receita 2 milhões de euros que são para estas obras de ETAR,s, de um depósito e da Grande ETAR de Nelas e depois vamos ver onde é que foram feitos os cortes, coisas que não são financiadas e, portanto, não precisavam de ser cortadas. O problema é que as Grandes Opções do Plano originalmente apresentadas, nomeadamente às Juntas de Freguesia, eram um exercício de pura demagogia, de pura demagogia, porque estavam a transferir verbas de forma que não era possível, que não era legal, a não ser que depois fossem contrair dívida e, portanto, como é que nós podemos depois cortar coisas que não têm absolutamente nada a ver como por exemplo Construção de apoios em obras para extratos sociais desfavorecidos, 30.000,00 euros, Recuperação de edifícios de habitação social, 7.500,00 euros, menos 20.000,00 euros na requalificação do espaço da Raposeira, em Canas de Senhorim. Então, mas isto era financiado com fundos comunitários? Ele até acha piada porque há ali coisas que, no fundo, não estão a tirar nada porque, por exemplo, só ali têm - Requalificação do eixo Rua Keil do Amaral à Rua do Paço, em Canas de Senhorim, tinha uma inscrição de 20.000,00 euros, tem 1 euro. Acha o princípio errado, mas também sabe que com 20.000,00 euros não iam fazer requalificação nenhuma, como tem ali, por exemplo, tiraram 10.000,00 euros de Abertura da Rua que liga a Rua do Paço à Escola, tinha uma inscrição de 10.000,00 euros, portanto, se lhe conseguirem fazer alguma coisa com 10.000,00 euros ali, então podem fazer muita coisa. Tinham ali montes de inscrições que mais não eram do que estar lá 1 euro, ou estar lá 10.000,00 acabava por ser a mesma coisa. Construção do Parque Urbano do Cônsul, em Canas de Senhorim, menos 47.500,00 euros. Requalificação Urbana no Concelho, menos 17.500,00 euros, tudo coisas que não tinham contrapartida de financiamento. Instalação subterrânea de contentores do lixo



## Reunião de 21/11/2016

das Freguesias de Nelas, Canas de Senhorim e Santar, menos 30.000,00 euros. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, calcula que isso tenha a ver com o grau de execução e, portanto, não será todo executado em 2017. Mas, portanto, por exemplo, tiram ali 20.000,00 euros à Feira Medieval em Canas de Senhorim. Perguntou se isto vinha do PO SEUR, ou vinha de onde. Menos 200.000,00 euros na Construção e Beneficiação de Parques Infantis e Séniores do Concelho. Também não sabia de onde é que vinha este financiamento. E que, nós, de impostos só tiramos 100.000,00 euros e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, já está ali a meter muito mais. Menos 30.000,00 euros na Ligação à E.N. n.º 234 à Radial da Urgeiriça, em Nelas. Construção e manutenção de águas de redes pluviais no Concelho. Menos 17.500,00 euros na Beneficiação da Av.<sup>a</sup> Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo, que também tinha 20.000,00 euros. Portanto, coisas que foram prometidas às Juntas de Freguesia com a clara intenção de não serem feitas. Ou, então, não estava a perceber como é que as iam fazer. Portanto, estar lá um euro, ou não estar lá nada, acaba por ser a mesma coisa. Portanto, acha que ficou ali demonstrado que o processo foi, como noutras coisas, tentou-se enganar quem quis ser enganado. Mas ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, relativamente às áreas de reabilitação urbana, ao contrário do que disse o Senhor Vereador Adelino Amaral, ele tinha ali, efetivamente, um problema. O Quadro Comunitário de Apoio acaba em 2020 e ainda tem 2 anos para poder ser feita a execução de qualquer tipo de obra que seja aprovada até final de 2020. Nós temos o Concelho de Nelas com candidaturas para a requalificação urbana, salvo o erro, de 1.300.000,00 euros. Não sabe se essa verba poderá ser reforçada, ou não, mas ele acha que desde já isto devia ser, até porque o Senhor Presidente prometeu em todas as sessões que fez junto das Freguesias que se não houvesse financiamento que alguma coisa seria feita com fundos próprios da Câmara. Foi isso que foi dito por diversas vezes, algumas, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, ouviu. Portanto, o repto que ele lançava ao Senhor Presidente, novamente, era que cumprisse a palavra que deu às populações e aos Autarcas, até porque não está a inviabilizar absolutamente nada do que já foi aprovado porque mesmo as obras que o Senhor Vereador Adelino Amaral referiu como ali o Largo do Município, ele acha que se não houver mais onde gastar o dinheiro, pois muito bem, ponha-se melhor. A questão não é essa. Agora, ele acha que se deve tentar é onde é mais preciso. Portanto, se há sítio onde a requalificação urbana faz menos sentido no panorama geral do Concelho é a sede do Concelho, fruto, exatamente do desinvestimento que foi feito nas restantes Freguesias ao longo dos anos. Portanto, acha que não é nenhuma originalidade, praticamente toda a gente tem feito isso. Portanto, aquilo que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, sugere mais uma vez, até porque a Câmara de Nelas não vai acabar em 2017, acha ele, pelo menos assim o deseja, a não ser que criem o Concelho em Canas de Senhorim e ele aí terá que vacilar na sua posição, não sabia exatamente o que é que sentiria, mas como o Concelho de Nelas não vai acabar e como eles vão ter Orçamento em 2018, e como vão ter Orçamento em 2019, e como vão ter Orçamento em 2020, o que ele acha e como podem executar estas obras de requalificação urbana, que já estão aprovadas, em 24 meses, portanto, podem acabá-las em 2019, o que ele sugere mais uma vez é que se reparta parte deste investimento, obrigatoriamente não poderia ser muito significativo, quer pelas Caldas da Felgueira, quer por Canas de Senhorim, quer por Santar e que aquelas obras que o Senhor Presidente quer fazer todas em 2017, parte delas sejam feitas em 2018 porque têm o financiamento assegurado, poderão ser feitas em 2018 e libertará recursos para que possa ser feita alguma coisa, desde já, em todas as Freguesias. -----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente tornou público, através da imprensa, que o Município de Nelas iria ser contemplado em 10 milhões de euros para as zonas industriais. Por acaso, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, no Plano e Orçamento não viu nada disso. Perguntou se já não há financiamento de 10 milhões de euros, se já voltou para trás, como é que era. O Senhor Presidente disse isso. Está escrito. Então estava em valor não definido. Pronto, então estava respondido. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, afirmou que, relativamente a essa questão das áreas de reabilitação urbana, o Senhor Vereador sabia que ele, Senhor Presidente, estava de acordo com ele. Este é um Orçamento para o ano 2017. No ano de 2017 o que vai ser, efetivamente, executado terá a ver com aquilo que está contratualizado, que deu lugar a uma revisão orçamental, ali na Câmara Municipal e sob pena de estar a pôr em risco um conjunto de verbas que estão destinadas ao Município de Nelas e que o Executivo indicou e que o contrato já está assinado. Veio à reunião de Câmara a segunda revisão orçamental, em setembro, este conjunto de obras que ali estão e que foram aquelas que foram aceites pela CCDR e que têm financiamento, cujo contrato, ao abrigo dessa revisão orçamental, também está assinado. Ele, Senhor Presidente, com franqueza, não vê que se possa, sem pôr em risco, o próprio financiamento, eventualmente, aconteceu e o Executivo está a lutar também por isso e no caso de haver uma reprogramação, o Senhor Secretário de Estado já disse que também é contra esta regra da centralidade das sedes do Município, caso haja uma reprogramação, depois pode muito bem vir a reunião de Câmara e, naturalmente, para 2018 a Câmara também tomar opções relativamente à requalificação urbana. Fala-se também que está a ser preparado um estudo de reprogramação dos próprios fundos comunitários e até com um reforço de verbas e, portanto, ele, Senhor Presidente, não vê tecnicamente, sem pôr em risco aquilo que já está contratualizado com a CCDR, de corresponder àquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges referenciou. Quanto ao resto, também não podem esquecer, na explanação que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges fez, há uma parte nos fundos comunitários, nos apoios comunitários, que não são financiáveis, que têm financiamento da Câmara Municipal. Portanto, esses 15% da ETAR, do cadastro e de outros projetos, incluindo o do PARU, têm que sair do Orçamento Municipal. Saindo do Orçamento Municipal, não ficam libertos para financiar outras obras, naturalmente. O Senhor Vereador Adelino Amaral referenciou, e bem, o Executivo está a tentar conseguir encaixar uma obra em Santar que é, utilizando o mecanismo de mercados no âmbito do ADD, que financia investimentos até 200.000,00 euros, 50%. Portanto, seria uma das maneiras de conseguirem fazer avançar a CAVE, o Museu do Vinho, um Wellcome Center para Santar. É verdade que, relativamente a algumas Freguesias, em termos de Orçamento, ele, Senhor Presidente, confessa que não olhou muito à divisão, fefização, em termos de Município. Olhou e a sua preocupação em termos da gestão até agora é aonde é que se coloca a oportunidade do Executivo ter de acorrer e, portanto, verificou-se, por exemplo, em Canas de Senhorim, no QREN, foi possível aprovar uma ETAR de 1 milhão de euros e foi em Canas de Senhorim que se fez uma ETAR de 1 milhão de euros e que foi logo concretizada. Foi em Canas de Senhorim que se gastaram quase 400.000,00 euros na Zona Industrial da Ribeirinha. Na Lapa do Lobo está candidatada a construção de uma ETAR, que tem o parecer positivo da APA, e, portanto, vai ser feita assim que for aprovada a ETAR, será feito um investimento, que é o grande investimento que é preciso fazer na Lapa do Lobo. Como é o grande



### Reunião de 21/11/2016

investimento que é preciso fazer na Lapa do Lobo a infraestruturização e pavimentação da Rua do Castelão. Evidentemente, também, neste desenvolvimento destes 4 anos e na ponderação das Grandes Opções do Plano, Girabolhos e as compensações de Girabolhos, negociadas por ele, Senhor Presidente e também complementadas com a participação dos Senhores Vereadores, também entram nesta geometria das Freguesias. Portanto, há obras, todas as obras que estão em Girabolhos e que são, diretamente, entre 1,5 milhões de euros e 2 milhões de euros, têm muitas obras em Senhorim, algumas acrescentadas na negociação que em sede de Câmara foi possível fazer, mas também têm obras da Rua da Soma, em Santar, na primeira fase da Estrada Moreira – Nelas, na Variante da Agueira, na Rua do Castelão. Vem à próxima reunião de Câmara a assinatura de um contrato de 125.000,00 euros, com os Irmãos Almeida Cabral, que a Hidromondego fez, para requalificar 31 fossas por todo o Concelho, 19 em Senhorim. Portanto, é possível, para pequenos aglomerados, requalificar as fossas e elas ficarem a funcionar com um contrato, depois, de manutenção. E vai chegar a todo o Concelho, desde Senhorim, às Fontanheiras, à Póvoa de Santo António, ao Pisão e, portanto, é uma obra que nos próximos 60 dias vai ser também executada. Portanto, o Executivo tem ocorrido a tudo aquilo que é necessário. O Executivo tem, também, de facto, esta grande obra que se expressa bem no Orçamento e vai ser uma preocupação nos próximos dois anos, que é a Grande ETAR e Sistema Intercetor e que é uma obra que ele, Senhor Presidente, não pode deixar de considerar que é uma obra do Concelho porque vai dotar de tratamento de esgotos industriais pré-tratados a Zona Industrial 1 de Nelas, a Zona Industrial do Chão do Pisco e toda a Freguesia de Nelas. É uma infraestrutura que melhora, e muito, a atratividade do território, é um grande investimento e ele próprio também consome grande parte das verbas. Por outro lado, temos, como o Senhor Vereador Adelino Amaral também referenciou, nessa geometria toda, a obrigação de neste período, neste mandato, o serviço da dívida da Câmara, um milhão de euros por ano, só de amortização, 350.000,00 euros, em média, de juros, mais as três amortizações extraordinárias que ocorreram. Portanto, o serviço da dívida andou, seguramente, em mais de 6 milhões de euros. Vai andar, seguramente, em mais de 6 milhões de euros, o serviço da dívida. Portanto, este é um mandato condicionado naturalmente por estas condicionantes inquestionáveis, porque está espelhado nas contas, pelo menos, 1 milhão de euros de amortização da dívida e pelo menos 350.000,00 euros de juros que também está ali no mapa do Orçamento, mais as duas amortizações extraordinárias que houveram, uma de 250.000,00 euros e outra de 400.000,00 euros. Portanto, ele, Senhor Presidente, relativamente aos contributos que todos os Senhores Vereadores deram, naturalmente, com também, o que se colocou na Câmara e num documento tão importante como o Orçamento e como outros, ele, Senhor Presidente, não pode deixar de agradecer e de solicitar os contributos dos Senhores Vereadores e na medida do possível, no equilíbrio e segurança, que são necessários na gestão da Câmara, de os levar em consideração e por isso também agradece todos os contributos dos Senhores Vereadores, as suas preocupações, que também são as preocupações do Executivo. Portanto, relativamente ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, como é que tecnicamente se poderia alio fazer sem pôr em perigo os investimentos que já estão contratados, mas fica expressa a sua opinião. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, se o Senhor Presidente lhe permitia, era assim: Não tem vontade nenhuma, até porque, além de mais, também tem que ser realista, não tem vontade nenhuma que a Câmara não tenha Orçamento.



## Reunião de 21/11/2016

Queria que a Câmara tivesse um bom Orçamento para toda a gente e acha que isso que ajuda o Senhor Presidente, ajuda-o a ele, Vereador Dr. Alexandre Borges e ajuda toda a gente. Que o Senhor Presidente acreditasse naquilo que ele lhe estava a dizer. Quando lhe diz que deve fazer mais obras em Canas de Senhorim, em Santar, na Felgueira e nas outras Freguesias, no fundo está a zelar pelo bem do Senhor Presidente. E pelo bem do Concelho. Não está a zela pelo seu bem. Está a zelar muito mais pelo bem do Senhor Presidente do que pelo seu. Portanto, aquilo que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha é que o Senhor Presidente devia, efetivamente, dar um sinal, pelo menos manifestar essa abertura, porque aquilo que disse é verdade e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também já teve oportunidade, obviamente, com outra informação que não terá, nem de perto, nem de longe, a importância e a validade que aquela que o Senhor Presidente acabou de transmitir que, efetivamente, deve haver uma requalificação urbana onde ela é, efetivamente, mais precisa. Volta a dizer que a Câmara não tem culpa, em absoluto, disto, mas o Senhor Presidente disse que haveria fundos próprios para o fazer e não há. Acha que esta programação de querer fazer tudo em 2017, que não é necessário, é isso que ele diz ao Senhor Presidente, não é necessário. O Senhor Presidente quer fazer tudo. Quer aproveitar o dinheiro todo que, eventualmente, pode vir para o Concelho de Nelas, porque depois o bolo não se divide só aqui. Divide-se também pelo País. Portanto, da maneira que ele diz ao Senhor Presidente que inscreve 10 milhões de euros para requalificar as áreas industriais do Concelho quando está previsto 30 milhões de euros para 100 Concelhos da Região Centro, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que isso não é exequível. Nós não podemos esperar ter um  $\frac{1}{3}$  do investimento de toda a Região Centro, o seu problema e o seu drama é apenas esse e só esse. Mesmo que haja uma reprogramação, mesmo que haja uma alteração das coisas, o que vai acontecer é que a verba que venha para o Concelho de Nelas já foi toda gasta na sede do Concelho, sem necessidade nenhuma, porque ela pode, eventualmente, a verba que estiver disponível pode ser alocada a outros projetos que podem vir a ser aprovados. Se não for, executam-se em 2018 e tudo muito bem. Era só isso que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, diz. O Senhor Presidente tem ali 1.300.000,00 euros para executar no Concelho de Nelas. Ótimo. Qual é a sua visão da coisa? Que deve ser repartida de forma mais igual por outras Freguesias. O Senhor Presidente acha que deve ser gasto tudo, logo de uma vez, numa corrida em 2017, na sede do Concelho. Estão em desacordo porque o Senhor Presidente acha que quer gastar 1.300.000,00 euros e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também quer, até quer gastar mais e o Senhor Presidente ainda há-de querer gastar mais do que ele, se houver financiamento. Também sabia que o Senhor Presidente vai tentar que isso seja possível. Não tem a mínima dúvida que o Senhor Presidente o vai tentar. Agora, o que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha é que à partida não deveria ser assim. Devia ser repartida. Devia ser mais dividida. Só isso. Em vez de fazer tudo, pôr tudo em obras, que faça alguma coisa em 2017 e que deixasse alguma coisa para 2018, porque depois pode, eventualmente, se não houver mais dinheiro, pode ser o mesmo dinheiro aplicado noutros sítios com financiamento. O Senhor Presidente disse que foi aprovada uma ETAR e que foi feita em Canas de Senhorim. Era verdade. Mas não foi aprovada uma ETAR, foram aprovadas duas. Foi aprovada uma para Canas de Senhorim e foi aprovada outra para Nelas. E o Senhor Presidente defendeu que uma das ETAR,s, concretamente a de Nelas, desistissem dela para utilizar esse dinheiro numa outra obra, portanto, é possível. Porque é que não fazemos o mesmo para as áreas de reabilitação urbana?





### Reunião de 21/11/2016

Era isso que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, diz. Era só e apenas isso que ele diz porque acha que não pode defender, não pode senão estaria a ser incoerente com aquilo que disse no passado e com aquilo que vai defender no futuro enquanto Cidadão, não estaria a ser coerente se concordasse, não podia concordar que a Câmara manifeste intenção de gastar 1.300.000,00 euros na reabilitação urbana, não tendo que os gastar todos em 2017, quando acha que devia haver ali uma repartição mais justa. Era só isso. Admite estar enganado e também não vai inviabilizar qualquer obra. Agora, apenas queria expressar a sua opinião. -----

---- O Senhor Presidente, em resposta ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, afirmou que em 2018, por exemplo, ali todas as obras do PARU de Canas de Senhorim, de Santar e da Felgueira, estão inscritas ali nas Grandes Opções do Plano e depois, se vir ali, a requalificação do Cine-Teatro, 700.000,00 euros, em 2018 e em 2019, portanto não estão gastos em 2017. E também, a mesma coisa, a requalificação do espaço envolvente. Aquilo ali pode ser alterado nas Grandes Opções do Plano do ano que vem. Pronto. Há outra coisa ainda que ele, Senhor Presidente, podia dizer ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges e assumir ali esse compromisso. A realização deste investimento nas Quatro Esquinas que o Executivo vai iniciar ainda este ano tem um multiplicador de 5%, o que significa 125.000,00 euros. Ele, Senhor Presidente, assume ali o compromisso de que esses 125.000,00 euros serão gastos não na sede do Concelho, mas noutra área de reabilitação urbana, a definirem. Portanto, ainda têm ali aquela margem de 1.400.000,00 euros nas GOP,s do ano que vem, em função também da evolução do entendimento da própria CCDR que possa vir a ter relativamente a esta questão e era evidente aquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges dizia. A sua abertura para fazer reabilitação urbana em todo o lado, assim haja financiamento para isso, é total. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, de forma muito rápida, reitera e comunga da opinião do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges e das suas preocupações, assim como tudo aquilo que foi dito anteriormente. Lamenta a forma como foram distribuídas as verbas das GOP,s e quer louvar o Senhor Vereador Adelino Amaral pelo trabalho metucioso que teve ao elaborar o mapa e, realmente, ao ver o mapa é que ela teve a verdadeira perceção de como eram distribuídas as verbas pelas Freguesias e como a maior parte se concentra em Nelas, sede e se esquece sempre completamente todas as restantes Freguesias do Concelho. Depois, queria dar os parabéns ao Senhor Presidente pela forma como aceitou e acatou as propostas dos Senhores Vereadores e também pela forma civilizada, democrática e com respeito pelos outros, como tem decorrido esta reunião. Afinal é possível que, em sete pessoas, todas tenham uma opinião, é possível partilhar opiniões com respeito e criar consensos. Isto para dizer ao Senhor Presidente que a forma como noutra dia acabou a reunião, que o Senhor Presidente, na altura, não aceitou propostas de alteração ao Orçamento, depois voltou atrás, ela, Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves acha que o Senhor Presidente fez muito bem, porque democracia é isso mesmo, é todos contribuírem, ainda mais num documento de extrema importância, que é o Orçamento Municipal e como o Senhor Presidente vê, o Orçamento será viabilizado. Todos os Senhores Vereadores apresentaram, ou de alguma maneira, contribuíram com sugestões que o Senhor Presidente, mais uma vez ela diz, desta vez, de forma democrática, aceitou e acatou. Ela, Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, vai abster-se na votação do Orçamento apenas porque o Senhor Presidente não contemplou a amortização do empréstimo do PAEL, que foi, basicamente, uma das propostas apresentadas por ela e pelo Senhor Vereador Artur Ferreira.



### Reunião de 21/11/2016

No entanto, mais uma vez queria frisar esta ideia, não há ali nenhuma ditadura da maioria. Os Senhores Vereadores não são uns mauzões que não deixam trabalhar o Senhor Presidente. Não, pelo contrário. Estão ali todos a lutar em prol do desenvolvimento do Concelho e do interesse dos Municípes. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria, em primeiro lugar, agradecer as palavras simpáticas, mas que, de todo, não são merecidas e dizer o seguinte: Era ele Membro da Assembleia Municipal e já na altura lutava não pela defesa dos interesses da Freguesia de Senhorim, mas lutava pelo tratamento mais justo e mais equilibrado das verbas para as várias Freguesias do Concelho. E houve um Senhor Presidente de Câmara que uma vez lhe disse e muito bem, a propósito da rede de águas e saneamento, que já estava instalada e a funcionar em todo o Concelho e em Senhorim ainda nem sequer tinha dado os primeiros passos. E esse Senhor Presidente disse-lhe: Tenha calma Senhor Membro da Assembleia que o Dia de São Senhorim há-de chegar. E ele, Vereador Adelino Amaral, achou que essa observação era pertinente porque em matéria de redes de água e saneamento e até de algumas infraestruturas rodoviárias o Dia de São Senhorim chegou, mas para o resto não. E agora interpreta, de uma forma diferente, essas palavras. É que, de facto, para Senhorim só mesmo com um santo e só mesmo com um milagre porque está visto que não há forma de se dar volta às mentalidades das pessoas que passam pelos Órgãos dirigentes deste Concelho, que têm de olhar, de igual forma para todo o Concelho e para todas as Freguesias e muito em especial para aquela Freguesia que tem sido mais esquecida, mais humilhada, mais mal tratada, que é a Freguesia de Senhorim. De facto, ele, Vereador Adelino Amaral, espera que o protocolo com a Hidromondego traga a Senhorim alguns benefícios, que as obras que estão programadas sejam feitas e bem feitas, que melhorem, de alguma forma, enfim, a qualidade de vida e a mobilidade da Freguesia de Senhorim e que, de facto, a Freguesia de Senhorim bem precisa. Ele disse ali numa reunião de Câmara, se quiserem fazer um check-up daquilo que existe nas outras Freguesias e não existe em Senhorim, pois é tudo. Senhorim não tem nada. O que existe nas outras Freguesias, em Senhorim, praticamente, não há nada. E sendo assim, e é um repto que fica ali de novo aos seus Caros Colegas Vereadores, que estão de frente, que todos eles têm alguma ligação, é que não desistam, nem deixem cair a bandeira, não é nenhum tipo de bairrismo balofo, é só uma questão de justiça, porque ele é oriundo de Senhorim, gosta muito da Freguesia de Senhorim, mas gosta muito da sede do Concelho, gosta muito de Nelas, vive em Nelas, gosta muito de todas as Freguesias e de todas as aldeias do Concelho. Desde muito cedo, desde muito novo que percorre todas as aldeias e quintas e lugarejos do Concelho de Nelas e gosta muito de todos os lugares e de todas as vilas e aldeias do Concelho. Portanto, o que está ali em causa não é puxar a brasa à sardinha de Senhorim. O que está ali em causa é uma questão de justiça e é uma questão de visão estratégica daquilo que deve ser o Concelho de Nelas. É um Concelho pequeno, mas que deve ser um Concelho unido, equilibrado, com um desenvolvimento em todas as suas vertentes, em todas as suas áreas geográficas, com bons acessos, porque não há razão nenhuma para não ter bons acessos porque as distâncias são curtas. Não há montanhas a separá-lo. Não há grandes cursos de água, porque os grandes cursos de água, um está de um lado, outro está do outro lado. Portanto, nós somos um bloco homogéneo em termos geográficos. Portanto, não há nenhuma razão para que não haja desenvolvimento equilibrado e distribuição equilibrada dos investimentos em todo o Concelho. Não há razão nenhuma. Dizer-se que a sede do Concelho tem que polarizar os



Reunião de 21/11/2016

investimentos para polarizar o desenvolvimento é um erro porque não há nenhuma sede do Concelho que se desenvolva se ao lado tiver bairros de lata e tiver periferias degradadas e sem qualidade de vida. A sede do Concelho é um polo de desenvolvimento onde devem ser feitos muitos investimentos, se calhar, a maior parte, o maior volume de investimento, mas não é tudo, tem que ser feita também alguma coisa nas Freguesias periféricas. E ainda bem que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges não olhou em pormenor ali para o mapa das GOP,s, porque senão então ia ali arrancar os poucos cabelos que lhe restam, porque se olhasse para as verbas totais que estão previstas para a ARU de Nelas, então, de certeza absoluta, que ficava arrepiado. Ele, Vereador Adelino Amaral, ia só dizer alguns: Requalificação da Praça do Município e envolvente – 640.000,00 euros; Requalificação da Praça da Igreja Matriz, em Nelas – 540.000,00 euros; Requalificação do Cine-Teatro - 1.400.000,00 euros e Requalificação da envolvente do Cine-Teatro – 364.000,00 euros. Portanto, só aqui em 4 rubricas são 3 milhões de euros. É evidente que isto não é para 2017. Mas está aqui previsto e isto, de facto, é escandaloso. Não é que ele, Vereador Adelino Amaral, não gostasse de ver a Praça do Município ainda mais bonita, revestida a ouro, cm tapetes vermelhos, com a maior ostentação e riqueza possível. Mas é quando nós tivermos o problema das Freguesias e o problema das carências das populações resolvidos e não temos. E isto muito por culpa dos 8 anos do Executivo da Coligação PSD/CDS, porque, de facto, sejamos claros, se não houvesse os constrangimentos financeiros que ficaram cá, naturalmente este Executivo podia encarar de outra maneira, de uma forma mais justa e equilibrada, a distribuição dos investimentos das verbas que agora se preveem vir a ser recebidas do Programa Portugal 2020. Este marcar passo a que estamos condenados nos próximos anos tem muito a ver com aqueles 8 anos catastróficos que tivemos aqui à frente do Executivo. E ele, Vereador Adelino Amaral, legitima ali a sua postura sempre de Oposição a esse tipo de coisas no Executivo anterior. Sempre alertou para que o caminho que estava a ser seguido do despesismo, das rotundas, dos muros e agora o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diz que é das lonas e pendões, se calhar também tem razão, esse caminho é o caminho da ruína. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que as obras ficaram, os muros ficaram, a Casa dos Senas ficou e os passeios ficaram. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que alguns passeios e alguns muros já foram cobertos pelos silvados e pelas ervas. Queria dizer que, de facto, não é contra nenhum tipo de obra e nem é contra obras até com alguma riqueza que possam ser feitas na sede do Concelho. O que ele é contra é as prioridades que são definidas e é priorizar esses investimentos em relação a outras carências que o Concelho tem e isso é que ele condena. E, por falar em Concelho e por falar em condenar, ele, Vereador Adelino Amaral, assume ali um erro que cometeu há pouco, que é, nós passámos a fazer uma análise de 7 Freguesias. Ele tem a esperança que este Governo, que está em funções, cumpra a sua palavra e que as duas Freguesias que foram integradas noutras no nosso Concelho venham a ser repostas e voltem a ter a sua autonomia e a sua independência e possamos ter de novo as 9 Freguesias, sendo Aguieira e Moreira com autonomia em relação às atuais. Mas, também, nesse aspeto este Orçamento também não ajuda muito porque, por exemplo, a Freguesia de Moreira tem ali mil eurinhos previstos, mil eurinhos previstos para a Freguesia de Moreira, o que é, de facto, um insulto às pessoas de Moreira e se nós lutamos para que Moreira deva ser uma Freguesia autónoma e com desenvolvimento e que só a sua autonomia é que, de facto, permite que



## Reunião de 21/11/2016

sejam lá feitos investimentos e que haja desenvolvimento não é com mil euros que, de facto, vão ajudar em nada esse desequilíbrio. Pede desculpa mas ali um Autarca ilustre e seu grande amigo de Moreira, dar-lhe também esta nota, de facto, ele, Vereador Adelino Amaral, lamenta, naturalmente subscreve as preocupações do Senhor Presidente. Isto é feito sempre com o constrangimento e vão sem sempre à boleia daquilo que são as oportunidades, mas, de facto, dotar uma Freguesia, como Moreira, com mil euros no Orçamento é o que é e é mau e ele não queria deixar de fazer esta nota também. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que nem estava com intenção de intervir. Mas, rapidamente, o Senhor Presidente continua a ter um azar com os números terrível. Ele é que não percebe nada de contas e o Senhor Presidente é que mistura os números. O Senhor Presidente fez para ali uma gestão terrível. Este Executivo pagou a dívida, 5 milhões de euros, mas nem é, o Senhor Presidente já dizia que a Câmara devia 20 milhões de euros enquanto andava na campanha. Verificou-se depois, mais tarde, que eram só 14 milhões de euros. O Senhor Presidente recebeu de IMI, de 2013, em relação ao contrato do PAEL, 300.000,00 euros. Recebeu em 2014, que o Senhor Presidente fosse somando, 1.100.000,00 euros em relação a 2012. Recebeu, em 2015, 1.100.000,00 euros a mais do que em 2012. Recebeu, da água de Mangualde, 720.000,00 euros. Baixou as despesas de Pessoal. Só isto dá 6 milhões de euros. Mas que raio, que gestão miraculosa e que números é que o Senhor Presidente faz? Se não fosse o aumento do IMI, de uma lei que estava na gaveta há 10 anos, que lhe apareceu depois obrigatoriamente em vigor em 2013, que foi a reavaliação dos prédios, o Senhor Presidente tinha esturrado esta Câmara como tem esturrado. Se não fosse aquela Senhora, que está ali atrás das suas costas, guardar o FEF quando vem de Lisboa, o Senhor Presidente chegava a pontos, um dia destes, não ter dinheiro para pagar vencimentos. Que o Senhor Presidente não olhasse para ele com essa cara de espantado porque era a verdade dos factos. O Senhor Presidente só diminuiu a dívida à custa do IMI e da redução da fatura da água de Mangualde e da redução do Pessoal. Que gestão miraculosa é que o Senhor Presidente fez? Que lhe dissesse. E já agora, que o Senhor Presidente falou, que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, também não era para falar, o Senhor Presidente diz que vai assinar um contrato, ou vem à próxima reunião um contrato para as 30 ETAR,s do Concelho, 30 fossas do Concelho e o Senhor Presidente inscreveu 150.000,00 euros. Para quem sabe de obras minimamente, reparar 30 fossas com 150.000,00 euros, não passa de limpar as lamas, não passa de cortar as ervas e fica tudo na mesma. Se o Senhor Presidente quer tapar os olhos com isso, enquanto Autarca não o vai fazer e para já, desde já lhe requer, embora seja uma reunião extraordinária, que na próxima reunião, o Senhor Presidente, antes da próxima reunião, melhor dito, mande para os Senhores Vereadores o caderno de encargos a que se refere este concurso, porque, se não, diz já e sem medo de o dizer publicamente, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, vota contra porque o Senhor Presidente apenas vai limpar as fossas, vai pôr uma rede em volta e ficamos na mesma e daqui a um ano está tudo na mesma. Não é isso que sem pretende para as populações. Nem é isso que a Endesa quer, porque o Senhor Presidente faz ali um Orçamento miserável, abstêm-se para o Senhor Presidente não dizer que ele é o mau, porque o Senhor Presidente põe verbas em 2018, verbas em 2019, dizendo assim: Votem em mim, que eu, em 2018, vou fazer essas coisas. Não. O Senhor Presidente não tem vontade de as fazer. O Senhor Presidente da Câmara tem vontade de ser eleito. Mas não vai ser porque com essas suas artimanhas, com essa sua estratégia de enganar as populações, de



## Reunião de 21/11/2016

enganar os eleitores, o Senhor Presidente da Câmara não vai ser eleito. Não vai ser o Senhor Presidente que vai pôr no quadro as pessoas que estão na sala porque o Senhor Presidente já não estará cá para o fazer. Aliás, a sua Vereadora e Vice-Presidente da Câmara disse que eles só iam tomar posse em agosto. É lamentável. Fazer um procedimento para as pessoas que estão na sala tomarem posse um mês antes das eleições é de todo lamentável, é a caça ao voto e vergonhoso. Mas, nessa matéria já iam falar no assunto do Mapa do Pessoal. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vice-Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, três abstenções, dos Senhores Vereadores, Dr. Manuel da Conceição Marques, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, e um voto contra do Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges, aprovar as propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra pelas razões que já anteriormente expressei porque considero este Orçamento e até por aquilo que o Senhor Vereador Adelino Amaral acabou por frisar, porque as intenções para os anos seguintes reforçam essa mesma tendência, de um investimento demasiado concentrado na sede do Concelho e por considerar que o Concelho de Nelas deve ter um desenvolvimento mais integrado e harmonioso em que todas as Freguesias sejam incluídas e que haja um investimento mais justo e mais efetivo em todas elas.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. A abstenção deve-se, essencialmente, também por aquilo que também já foi dito. Reconhecer o esforço do Senhor Presidente e dos Serviços em enquadrar as propostas que foram feitas, quer por nós, quer por os outros Vereadores. No entanto, como não foram todas aceites e todas enquadradas, por essa situação é que a gente se abstém.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. Numa primeira forma era minha intenção votar contra o Orçamento e as GOP,s para 2017. Considerando que, sob proposta minha, o Senhor Presidente da Câmara anuiu apenas algumas propostas por mim apresentadas designadamente a redução do valor das festas e a inscrição do Lar da Misericórdia de Santar, por as não ter considerado todas como, por exemplo, a habitação social, abstenho-me na votação dos dois documentos.”* -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, se o Senhor Presidente lhe permitisse, depois enviará assim que tiver oportunidade de a fazer, uma declaração de voto por escrito. De qualquer maneira, fica aqui dito que a justificação do seu voto deriva daquilo que foi discutido e daquilo que foi a apreciação dos documentos e das alterações que foram feitas e da abertura demonstrada pelo Presidente de Câmara em aceitar essas alterações. Portanto, e as razões do seu voto, embora um voto crítico mas tem a ver com as razões que ele invocou e a satisfação daquilo que era pedido na proposta que ele tinha apresentado. De qualquer maneira, ele, se tiver oportunidade depois formalizará esta declaração de voto por escrito. -----

---- Assim, posteriormente a esta reunião extraordinária de Câmara, no dia 5 de dezembro de 2016, o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral enviou, por e-mail, a seguinte





Reunião de 21/11/2016

declaração de voto: -----  
 ---- *“Reunião Extraordinária de 24 de Novembro de 2016 -----*  
 ---- *Ponto 1 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2017 -----*  
 ---- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----  
 ---- *Não poderia votar favoravelmente a primeira versão do Orçamento Municipal para 2016, proposta pelo Presidente da Câmara. -----*  
 ---- *Os vícios e as más práticas, característicos dos Orçamentos dos Executivos da Coligação PSD-PP, que esteve à frente da Autarquia de 2005 a 2013, e contra os quais sempre me insurigi, estavam bem presentes nessa proposta. -----*  
 ---- *A sobre-orçamentação das Receitas permite incluir verbas no Orçamento da Despesa, criando expectativas e cabimentando compromissos, para liquidação dos quais não há receita. Nos mandatos do anterior Executivo, as receitas tinham um grau de execução pouco superior a 70%, enquanto as despesas apresentavam um nível de execução muito superior, em especial as despesas correntes, que superavam os 85%. Essa má prática provocou desequilíbrios nas contas e o agravamento da situação financeira da Autarquia, que chegou ao ponto de rutura que sabemos. -----*  
 ---- *Na primeira proposta de Orçamento para 2017, as receitas, em especial as provenientes de fundos comunitários, Portugal 2020 e outros programas, eram estimadas em 5,7 milhões de euros, mais do dobro do valor que, no máximo e considerando as candidaturas apresentadas e a sua concretização, é expectável venha a ser realizado. -----*  
 ---- *Outro vício, que tem a ver não só com os custos de estrutura, mas também e principalmente com opções de gestão, é a ausência de rigor e controle da despesa corrente. Na proposta de Orçamento apresentada, a Despesa Corrente tinha um crescimento de mais de 1,1 milhões de euros, em relação ao valor orçamentado para 2016 e à média dos últimos anos, cerca de 7,2 milhões de euros. -----*  
 ---- *Estas duas questões fundamentais foram, de algum modo, retificadas e os valores da receita e da despesa ajustados, atendendo às opiniões da generalidade dos Vereadores, que também procurei incluir na proposta de alteração que apresentei. -----*  
 ---- *A previsão das receitas provenientes de fundos comunitários foi reduzida em cerca de 2,5 milhões de euros e ajustadas outras receitas, ficando o total das receitas estimado em 13,664 milhões de euros, valor bem mais próximo da realidade do que os 16,166 milhões inicialmente propostos. -----*  
 ---- *Nas rubricas da despesa corrente, antes previstas em 8,319 milhões de euros, também foram feitos ajustamentos de cerca de 1,2 milhões, totalizando agora os 7,127 milhões de euros, valor ainda assim elevado, mas ajustado à realidade e às necessidades. -----*  
 ---- *Assim, a proposta de Orçamento para 2017, ficou mais realista e adequada às condições económico-financeiras atuais do Município. -----*  
 ---- *Por isso votei favoravelmente. -----*  
 ---- *Obviamente, por força da redução das rubricas da receita, redução essa que não pode ser, na sua totalidade, refletida nas despesas correntes, o investimento também sofre uma redução significativa. -----*  
 ---- *Mas também neste caso, se pretende que o Orçamento e as GOPs sejam realistas e não apenas uma lista de promessas e de intenções que nada têm a ver com a realidade e que não terão execução, como aconteceu nos mandatos do anterior Executivo da Coligação PSD-PP,*



Reunião de 21/11/2016

*em que os Orçamentos para investimento eram executados, em média, em pouco mais de 50%. -----*

*---- Sabe-se que o Orçamento Municipal é fortemente condicionado pela situação financeira do Município herdada e que, por isso, os investimentos terão que ser orientados para as áreas em que é possível o recurso a fundos comunitários e a outros apoios externos. -----*

*---- Mesmo assim, a proposta das Grandes Opções do Plano, que agora totalizam 5,9 milhões de euros, merece algumas considerações. -----*

*---- No essencial, mantém as lacunas e desequilíbrios da proposta inicial, corrigindo uma ou outra lacuna, mas resultando numa proposta bastante mais desequilibrada e injusta, do ponto de vista de afetação dos investimentos nas várias freguesias. -----*

*---- Encontram-se falhas em áreas sensíveis como o ambiente, a habitação social e investimento em equipamentos sociais. -----*

*---- As áreas ligadas ao ambiente mobilizam a maior fatia do orçamento municipal, cerca de 3 milhões de euros, em tratamento de esgotos e cemitérios. As obras já realizadas, os projetos em curso e a apresentar no próximo ano, a que se junta o contributo proveniente do protocolo com a Hidromondego, são fundamentais para acabar com aquilo que é, ainda, a maior chaga do concelho, esgotos a correr a céu aberto, praticamente em todas as freguesias e povoações. -----*

*---- A introdução da ETAR II de Santar e a esperança que o protocolo Endesa possibilite uma intervenção eficaz na requalificação das fossas sépticas, são melhorias dignas de nota. -----*

*---- As Grandes Opções do Plano para 2017 não contemplam qualquer investimento em habitação social. É uma prática que vem sendo seguida nos últimos anos e que apenas posso condenar. Desde os Executivos do Partido Socialista anteriores a 2005, que não é feita qualquer obra, em matéria de habitação social, no Concelho. Doze anos sem qualquer investimento é muito tempo, conhecidas que são as carências e as condições degradantes em que vivem muitos munícipes. -----*

*---- Principalmente quando se valorizam e se dá especial relevo a investimentos em requalificação urbana, esquecer a habitação social é revelador de uma insensibilidade e falta de solidariedade, impróprios de executivos apoiados pelo PS. -----*

*---- Ressalve-se os 20 mil euros previstos para apoio a obras em habitação de famílias carenciadas, medida inovadora, mas insuficiente e que não dispensa a autarquia das suas responsabilidades. -----*

*---- Para além disto, o investimento em ação social resume-se a alguns programas de inclusão social e um pequeno apoio para Carvalhal Redondo. -----*

*---- É ignorada a obra que uma das mais reputadas instituições do Concelho, a Misericórdia de Santar, está a levar a cabo, já em execução, sem que a autarquia tenha, no passado ou previsto para o próximo ano, assumido qualquer apoio. A Câmara não se pode alhear, aliás esse envolvimento está previsto na lei, de participar no esforço que a instituição em causa está a fazer para concretizar um sonho antigo e uma necessidade actual, a construção de um lar de idosos, porventura a obra pública de maior relevo em curso no Concelho de Nelas. ----*

*---- Embora, a distribuição geográfica não tenha que ser um critério obrigatório, na afetação dos investimentos, para quem, como eu, defende e privilegia um modelo de desenvolvimento equilibrado e justo, são gritantes as desigualdades na distribuição dos investimentos pelas várias freguesias do concelho. -----*



Reunião de 21/11/2016

---- *As freguesias mais pobres e mais carentes são minorizadas, ignoradas algumas, e esta situação repete-se ano após ano, agravando ainda mais as assimetrias e as desigualdades e contribuindo para o êxodo e a desertificação das aldeias.* -----

---- *Na proposta aprovada das Grandes Opções do Plano para 2017, a freguesia da sede do Concelho e os serviços da autarquia de âmbito geral, mobilizam 85% do orçamento, 5,015 milhões de euros, sendo o restante, quase nada, ainda assim distribuído de forma desigual.* --

---- *Para Santar estão previstos investimentos de 403 mil euros, 6,8%.* -----

---- *Em Canas de Senhorim apenas serão investidos 154 mil euros, 2,6%.* -----

---- *Senhorim, a maior freguesia em termos de área, a terceira mais populosa e, sem dúvida a mais pobre, a mais esquecida e a mais injustiçada, recebe 113 mil euros, apenas 1,9% do investimento municipal.* -----

---- *Em Vilar Seco serão aplicados 106 mil euros, 1,8% do valor das GOPs.* -----

---- *Carvalhal Redondo tem investimentos previstos no valor de 98 mil euros, 1,7%.* -----

---- *Para a Lapa do Lobo não estão previstos mais do que 6 mil euros, 0,1% do total.* -----

---- *E as freguesias que foram, injustamente pelo governo PSD-PP, aglutinadas, são também e ainda mais esquecidas pelo orçamento municipal.* -----

---- *Numa altura em que o governo do PS promete reavaliar o processo, que poderá levar a que as freguesias de Moreira e Aguieira voltem a ter a autonomia que merecem e que se justifica, seria importante a autarquia associar-se a esse movimento de reafirmação de autonomia e de identidade destas freguesias.* -----

---- *Mas não, para Moreira prevêem-se uns míseros mil euros a que, claro está, não se pode chamar investimento.* -----

---- *Para a Aguieira, zero, zero mesmo.* -----

--- *Repito, os critérios geográficos não podem ser exclusivos, mas a justiça e o bom senso recomendariam uma outra afetação dos recursos.* -----

---- *Obviamente nada tenho a opor a nenhuma das obras ou projetos previstos, simplesmente contesto as prioridades e a sua hierarquização.* -----

---- *Espera-se que seja possível no decorrer do ano de 2017 e tendo em conta as necessidades e disponibilidades, corrigir algumas destas lacunas e desigualdades, já que algumas decisões nestas matérias passarão obrigatoriamente, por deliberações da Câmara.* -----

---- *Por fim, repito o lamento de que, neste Orçamento não seja prevista nenhuma rubrica relacionada com Orçamento Participativo e que a elaboração desta proposta não tenha sido apreciada com tempo e não tenha resultado de qualquer consulta às populações.* -----

---- *Nelas, 24 de Novembro de 2016* -----

---- *O Vereador do Partido Socialista: Adelino Amaral.* " -----

**(382/20161124)2 - APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017**

---- O Senhor Presidente afirmou que o Mapa de Pessoal foi enviado junto com a convocatória e perguntou se algum dos Senhores Vereadores se pretendia inscrever para se pronunciar sobre ele. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, na sua modesta opinião, este Mapa de Pessoal enferma de um vício legal, para não dizer que enferma de uma injustiça de Trabalhadores. E quando há bocado dizia que lamentavelmente os Trabalhadores estavam ali, ele não quis ofendê-los de forma alguma, aliás, têm todo o direito de serem admitidos no Quadro.



## Reunião de 21/11/2016

Infelizmente, no mandato anterior, algumas delas, o Senhor Presidente depois nomeou muito mais, muito mais, ou mais 4, ou 5, para aí 6, ou 7, têm todo o direito, de facto, de verem o seu vínculo laboral devidamente seguro. Mas, como disse e repete, escusavam de ter vindo aqui porque os concursos de admissão do Pessoal são públicos, são livres e abertos e qualquer Cidadão do País pode concorrer a esses concursos e pode trazer alguns problemas se, efetivamente, em sede de impugnação, porque isto vai ser tornado público, o Senhor Presidente da Câmara arregimentou os Funcionários para estarem ali e isso é contra precedente. Mas vão ao que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, entende que é ilegal e torna os contratos nulos. A Senhora Vice-Presidente da Câmara disse que as despesas com Pessoal baixaram. Não foi verdade, para não utilizar outro adjetivo. As despesas com Pessoal baixaram na previsão, mas na execução são superiores a isto. O que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, quer dizer é que com esta criação de mais 39 lugares, ainda por cima Chefes de Divisão à lá garder, Técnicos Superiores à lá garder. Pergunta: Como é que é possível baixarem-se os valores gastos com o Pessoal? E basta verem a proposta de Orçamento para o ano 2017, no seu artigo 37.º - Recrutamento de Trabalhadores do Município em situação de rutura, que tanto o Senhor Presidente tantas vezes fala e diz: alínea e), do artigo 37.º: O recrutamento não corresponda a um aumento de despesa com Pessoal, verificado em 31 de dezembro de 2016. Ora, este Mapa de Pessoal, com 39 pessoas, 7, ou 8, ou 10 Técnicos Superiores, em conjunto e Chefes de Divisão, e mais 2 Encarregados Gerais, um Encarregado Geral e mais um Encarregado da Oficina, e não sabia mais o quê, bem podem pintar aquilo a cor-de-rosa, ou a vermelho, ou como o Executivo quiser, mas não confunde. E há outra coisa ali que lhe estranha, porque um determinado Senhor pediu 2 homens para o Setor Externo e disseram-lhe que fosse ao Marques para resolver o problema, que não podia ser, que o Marques não deixava. Perguntou ao Senhor Presidente se nos 40 lugares que propõe a esta Câmara para os Senhores Vereadores aprovarem, só tem 5, ou 6 do Serviço Externo, 5, ou 6 do Serviço Externo. Compreende que o Senhor Presidente prefere os ajustes às empreitadas, sabe que prefere dar à AGR 40 mil contos, ou 50 mil contos por ano, para andar aí a fiscalizar de binóculos certamente as ETAR,s. O Senhor Presidente prefere dar à MOTRIZ para vir ali calcular os fundos disponíveis quando temos pessoas competentes na Câmara. Prefere vir aqui com uma avença para os pesticidas. Prefere vir aqui com uma avença para ver o impacto negativo da não construção da Barragem de Girabolhos. O Senhor Presidente prefere vir ali com todas as coisas e mais algumas. Mas não prefere fazer obras. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, se o Senhor Presidente quiser, diz as obras que os nossos Trabalhadores fizeram no mandato anterior, que orgulha os Trabalhadores e orgulha quem os geriu: A Casa dos Senas, a Capela Mortuária de Moreira, o Cristo-Rei, as rotundas de Canas de Senhorim, a rotunda de Moreira, aquela que o Senhor Presidente quis levar para lá uma giratória e demoli-la. Todas essas obras foram os Trabalhadores que as fizeram. Não. Venham daí os empreiteiros de fora, que, por acaso, nem são do Concelho, saiba-se lá bem porquê mas também não sabe, nem lhe interessa ali avaliar, o Senhor Presidente prefere dar aos de fora. Venham lá os de fora e façam isto. E, de facto, põe-lhe ali um Mapa de Pessoal ilegal porque fere o Orçamento de Estado, com 40 lugares, 5, ou 6 para os Serviços Externos, para os Coveiros, para dois Jardineiros, para um Carpinteiro de Limpos e para dois Cantoneiros. É esta a proposta do Senhor Presidente. Então não precisamos de Pessoal lá fora? Mas quem se aposentou foram aqueles Trabalhadores que estavam lá fora, ou foram aqueles que estavam aqui dentro?





## Reunião de 21/11/2016

Embora, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, entenda que deve ser resolvido o problema das avenças, de uma vez por todos esse problema tem que ser resolvido. Agora, como dizia o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges há 3, ou 4 dias atrás, o Senhor Presidente que pusesse ali assim: Mapa de Pessoal para 2018. Depois, diz o Senhor Presidente da Câmara: Sobre o Mapa de Pessoal também ele é claramente um documento demagógico irresponsável, e de mera propaganda e a sua concretização, em nosso entender, poria nem causa o equilíbrio financeiro do Município e a continuidade da garantia de estabilidade dos postos de trabalho dos atuais Trabalhadores da Câmara. Depois, o Senhor Presidente diz: porque há eleições daqui a nove meses e consideraria ilegítimo que o Município crie mais de 60 lugares, o Senhor Presidente cria 40. Entende ilegítimo, a findar o seu mandato, passando a estrutural essa despesa com Pessoal que depois não permitira condições de coragem para a diminuir. Então o Senhor Presidente diz isto e tem a coragem de chamar aqueles humildes inocentes e diz isto? O que é que o Senhor Presidente da Câmara quer? Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não entende o que é que o Senhor Presidente quer. O Senhor Presidente votou contra o Mapa de Pessoal para aquela gente que tem o problema resolvido, pelo menos, os que estavam cá desde o tempo do Senhor Dr. José Correia, o Senhor Presidente votou contra essa solução. E o Senhor Presidente dizia que era demagógico, que estavam em altura de eleições. E a sua Vice-Presidente vem dizer: Calma, esta rapaziada só vai entrar em agosto. Então o que é que o Senhor Presidente dizia em 11/11/2008? Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, repetia: Porque há eleições daqui a nove meses e considero ilegítimo que um Executivo crie mais de 60 postos de trabalho. A Senhora Presidente vai criar 40 postos de trabalho, no Quadro, a 9 meses de findar o seu mandato, passando a estrutural essa despesa, com o Pessoal, que depois não permitirá condições de coragem para a diminuir. Perguntou ao Senhor Presidente se teve ali um apagão de memória. O Senhor Presidente, em 2008, não tinha pena dos Trabalhadores porque era a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura e o Senhor Dr. Manuel Marques e os outros que estacam cá no Poder, ou é agora que se lembra do eleitoralismo? E o Senhor Presidente diz mais, põe em causa os próprios Serviços: Por não confiar, minimamente, nos critérios e métodos de seleção em curso na Câmara, em que a entrevista de seleção é o único, ou principal critério, não premiando o mérito e a competência, mas potenciando apenas o compadrio e o amiguismo, como aliás, é público e notório. Isto diz o Senhor Presidente. O que é que o Senhor Presidente acha que os Senhores Vereadores entendem? Pode dar uma cópia para o Senhor Presidente ver que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não está a mentir. Aquilo é um extrato da ata. Era o que o Senhor Presidente dizia naquela altura, o compadrio, o amiguismo. Então e agora trás ali e diz, venham cá defender o vosso lugar para eu vos lá pôr. Pediu ao Senhor Presidente para ter vergonha. Um Presidente da Câmara não pode ser um desavergonhado. Um Presidente da Câmara tem que ser um homem com carácter. E o carácter mantém-se na Oposição e mantém-se no Poder. Mais uma vez lamento que aquela gente esteja ali nas condições em que está. Mas dizia ao Senhor Presidente que, certamente, será ele, Vereador Dr. Manuel Marques, se o Povo assim o entender, que resolverá a situação. Mas de uma forma legal e de uma forma sem ser eleitoralista, porque o Senhor Presidente teve 3 anos para resolver este problema, até porque estas pessoas estão ali desde 2011 e 2012. Quando o Senhor Presidente tomou posse já cá estavam e admitiu mais 5 em 2014. O Senhor Presidente não resolveu, apenas arrumou, empurrou com a barriga isto para chegar, exatamente, às eleições. Pediu ao Senhor Presidente





## Reunião de 21/11/2016

que tivesse um pouco de respeito pela gente que está na sala. Que não brincasse. Era lamentável. Repetia, outra vez, as palavras do Senhor Presidente: Voto contra o Mapa de Pessoal que prevê a criação dos lugares atualmente existentes por não estarem na proposta fundamentada acerca das necessidades destes Trabalhadores para a Câmara Municipal, também não o fez agora, na alteração da situação precária em que continuarão estes Trabalhadores uma vez que continuam com contratos a termo. Por não confiar, minimamente, nos critérios e métodos de seleção em curso na Câmara, em que a entrevista de seleção é o único, ou principal critério, não premiando o mérito e a competência, mas potenciando apenas o compadrio e o amiguismo, como aliás, é público e notório. Mais compadrio, mais amiguismo, que o Senhor Presidente ali tem nas avenças e naquilo que faz na Câmara? O Senhor Presidente já viu que tinha ali uma avença de um competente Senhor que respondia e que era do Concelho, para resolver o problema dos PT,s, o Senhor Presidente correu-o daqui para fora. Correu-o, o filho do Senhor Armando César e meteu cá um amigo seu. O Senhor Presidente sabe a quem ele, Vereador Dr. Manuel Marques, se estava a referir, o Senhor Eng.º Vitor Alves. O Senhor Presidente tem aqui, nesta casa, compadrio. Correu os advogados da Câmara, tinha cá o Senhor Dr. Ricardo Figueiredo e correu com ele para recorrer a um seu amigo que processou aquele Senhor que está ali na primeira fotografia e a ele próprio e ao Padre Costa. Perguntou ao Senhor Presidente se se lembrava disso. O Senhor Presidente correu os advogados todos do Concelho e foi buscar um indivíduo, não sabe se por mérito, não discute, mas parece-lhe que, algumas vezes, não o tem. Pelo menos foi o que lhe disseram, na contestação, ou na ação das Caldas da Felgueira, quando invadiram o terreno. Aliás, isso foi relatado na própria sentença. Portanto, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não sabia qual era a forma do Senhor Presidente querer vir agora e dizer, vão lá à Câmara, à reunião, que aqueles marotos não querem deixá-los pôr no Quadro, quando o Senhor Presidente fez, exatamente, a mesma coisa, esteve à espera quase 4 anos, ou vai estar à espera 4 anos para resolver este problema. Pediu ao Senhor Presidente para que houvesse decoro e que haja vergonha nesta matéria. Haja respeito por aqueles que estão num contrato, de facto, de prestação de serviços. Merecem outro respeito e o Senhor Presidente devia ter acautelado isto. Não. Um mês antes das eleições, em agosto, mas devia-o ter feiro antes porque o PAEL está na mesma, o reequilíbrio financeiro está na mesma porque o Senhor Presidente não o amortizou, está condicionado na mesma e não vale a pena escamotear a verdade. O Senhor Presidente escolheu isto meramente político, que é vergonhoso usar isso. Deixava a proposta ao Senhor Presidente, porque não o fez por escrito, para este caso ser presente à DGAL por enfermar de vários vícios e depois ser presente a uma reunião de Câmara. Aliás, não tem que ser votado e o Senhor Presidente diz isso, também lhe lia, que são documentos autónomos e não tem que ser votado em simultâneo com o Orçamento e o Mapa de Pessoal. Foi o Senhor Presidente que proferiu isso em 2007 e 2008 e 2009 e por aí fora. Portanto, só se a lei mudou dessa altura para cá. Mas acha que não. Que ele saiba, tirando o curso num aviário, na Figueira da Foz, mas ainda vai acompanhando as alterações à lei do ordenamento jurídico em Portugal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que tinha duas perguntas para o Senhor Presidente muito concretas e simples e gostaria que lhe fossem respondidas para que ele possa orientar o seu sentido de voto. A primeira, era porque é que o Senhor Presidente trouxe este problema à



Reunião de 21/11/2016

Câmara Municipal? Se não tem competência para aprovar isto sozinho? É uma pergunta. Pergunta isto porque vê aquelas pessoas todas ali. A razão da pergunta é essa. É que se o Senhor Presidente não tem competência e este assunto é uma competência da Câmara, gostaria que o Senhor Presidente lhe dissesse isso. São 7 pessoas que ali estão e que são as 7 que vão decidir, eventualmente, o Quadro do Pessoal. E a segunda pergunta é: porque é que o Senhor Presidente trás este assunto agora? Porque é que não o trouxe antes? Ou porque é que não trouxe depois? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente só um segundo para ler um excerto de um ata: Apesar da lei dizer que a despesa com Pessoal de um determinado ano não pode ser superior à despesa do ano anterior, mas que havia cada vez mais despesas com o Pessoal. É o Senhor Presidente que o diz em reunião de Câmara. Até sublinhou a vermelho. O Senhor Presidente, agora, dá para ali umas cambalhotas pior que os palhaços do circo, sinceramente, com o devido respeito. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, como tinha dito no início, de facto, a presença de eventuais interessados na discussão e no desfecho que esta matéria possa ter, naturalmente prejudica a discussão e prejudica a tomada de decisões e pode provocar nalgumas das pessoas que têm que tomar essa decisão algum tipo de reservas, ou de constrangimentos que não abona nada a favor da liberdade que cada um dos Membros da Câmara deve ter no que defende e nas decisões que toma. De qualquer forma, ele, Vereador Adelino Amaral, fala por ele, tentará sempre, enquanto Autarca e enquanto Vereador desta Casa, não vai dizer aquela frase célebre que é tomar as decisões com a razão e não com o coração porque as decisões que envolvem pessoas que nós conhecemos e que envolvem a vida pessoal, familiar, profissional, no fundo, o futuro de pessoas e de famílias, naturalmente, as decisões sobre essas matérias não podem ser tomadas só com a razão e o coração, naturalmente, terá sempre uma influência sobre as decisões. Mas enquanto gestores públicos e isto é dito, muitas vezes noutros contextos, normalmente quando convém, o gestor público deve sempre e em primeira instância acautelar aquilo que é o interesse público, ou procurar acautelar aquilo que é o interesse público, portanto, desfazendo-se de pruridos, desfazendo-se de interesses mesquinhos, desfazendo-se do envolvimento pessoal, portanto, e aí, de facto, é o apelo da razão para que as decisões sejam tomadas sempre de acordo com o interesse público, acrescentará ele, sem prejuízo para os interesses privados de cada um e das legítimas aspirações também que todos nós temos. Muitas das pessoas que estão na sala sabem que ele, Vereador Adelino Amaral, tem uma ligação muito profunda a esta casa, não só por razões políticas, mas porque, de facto, o seu pai foi Colaborador desta casa durante muitos anos, aliás, fez toda a sua carreira profissional aqui nesta casa, que procurou sempre servir com humildade, mas com dedicação e com zelo e ele, Vereador Adelino Amaral, revê em todos os Colaboradores da Autarquia, sem exceção, essa atitude que o seu pai tinha no desempenho das suas funções e quando fala com um Colaborador da Autarquia, prende-o sempre, de facto, essa ligação e cria-lhe sempre alguns constrangimentos e alguma dificuldade em abordar estas questões com o desprendimento que seria necessário. Daí ele, Vereador Adelino Amaral, ter pedido às pessoas que estavam na sala que aquilo não era assunto no qual e fala para as pessoas que estão envolvidas, isto era assunto no qual a vossa participação teria utilidade, ou fosse útil. Tomara ele poder discutir com cada uma das pessoas que estavam na sala em particular estas matérias e dizer-lhes que, de facto, lamenta que seja necessário usar este tipo



## Reunião de 21/11/2016

de artifícios e de artimanhas para condicionar, ou para impor decisões que, de todo, não é esta a forma correta de as tomar. Não tem nenhum problema em votar favoravelmente, ou votar contra, aquilo que entende justo ser votado favoravelmente, ou aquilo que entende justo ser votado contra. Nesta matéria tem sérias dúvidas, tem sérias dúvidas de que não estão a pisar terrenos da ilegalidade. A Autarquia de Nelas, como sabem, está sujeita a um Plano de Ajustamento Financeiro, está sujeita a um controlo permanente das contas e dos contratos, está sujeita a cumprir aquilo que é a Lei dos Compromissos que condiciona também a contratação de Pessoal e ele, Vereador Adelino Amaral, como tal, tem sérias dúvidas de que esta matéria não roça, ou não pisa terrenos da ilegalidade. E como tal, em consciência, não está preparado para votar esta matéria sem ter um parecer jurídico, sem ter um parecer dos Órgãos Tutelares, que garanta que aquilo que os Membros da Câmara estão ali a discutir é uma operação que é perfeitamente legal. Como tal, vai fazer uma proposta que, aliás, já enviou por e-mail, e que, aliás, tinha feito na reunião anterior. Mas vai lê-la e pede ao Senhor Presidente para pôr esta proposta à discussão e à votação e para isso junta-lhe um requerimento também sobre este assunto. Então, ele, Vereador Adelino Amaral, propõe o seguinte: -----

---- *“Considerando que: -----*  
 --- - *Existem dúvidas sobre a legalidade de alargamento do Mapa de Pessoal e da possibilidade do Município de Nelas proceder a novas contratações, estando condicionado pelo PAEL e obrigado a respeitar a Lei dos Compromissos. -----*  
 ---- - *É uma prática a todos os títulos condenável a reformulação dos Mapas de Pessoal, em ano de eleições autárquicas, fazendo crer que a criação de lugares e o seu preenchimento possa estar relacionado com promessas, ou angariação de apoios eleitorais. -----*  
 ---- - *A ideia de coincidência com o calendário eleitoral é reforçada com a informação dada pela Senhora Vice-Presidente, segundo a qual o processo só estaria pronto para implementação em agosto de 2017; -----*  
 ---- - *Essa prática prejudica as legítimas aspirações e anseios dos Colaboradores da Autarquia, muitos deles em situação precária desde há vários anos. -----*  
 ---- - *As propostas de reformulação do Mapa de Pessoal devem incluir um estudo que justifique a criação dos diversos lugares e funções, bem como o impacto no Orçamento Municipal. -----*  
 ---- - *Parte das alterações agora propostas no Mapa de Pessoal privilegiam o aumento de quadros superiores e dirigentes. -----*  
 ---- *Propõe-se que: -----*  
 ---- - *Seja solicitado parecer às entidades tutelares sobre a legalidade das alterações propostas; -----*  
 ---- - *Que a proposta de Mapa de Pessoal seja refeita com base nos considerandos acima expressos. -----*  
 ---- - *Que a mesma proposta, caso venha a ser aprovada, seja válida apenas para o ano de 2018. “ -----*

---- Ele, Vereador Adelino Amaral, em complemento desta proposta, apresenta o seguinte requerimento para evitar um incidente semelhante ao que aconteceu na reunião da passada segunda-feira: -----

---- *Requerimento -----*



Reunião de 21/11/2016

---- *Considerando:* -----  
 ---- - *Que foi apresentada uma proposta que condiciona a aprovação do Mapa de Pessoal a um pedido de parecer sobre a sua legalidade e que a mesma proposta sugere a reformulação do Mapa proposto pelo Presidente da Câmara;* -----  
 ---- *Requer-se:* -----  
 ---- - *Que a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Adelino Amaral, pois esta proposta é subscrita por eles os dois, seja votada em primeiro lugar, prejudicando, caso venha a ser aprovada, a votação do Mapa de Pessoal na reunião de hoje.*” -----  
 ---- De seguida, afirmou que convidava algum dos Senhores Vereadores que queira subscrever este requerimento, ele está subscrito por ele, Vereador Adelino Amaral e pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges. -----  
 ---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que só queria dizer que subscreve também a proposta apresentada. -----  
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques leu parte do Orçamento de Estado: As contratações e as nomeações dos Trabalhadores efetuadas com violação do disposto no presente artigo são nulas. Com responsabilidade para quem aprovar aquilo. Portanto, era oportuno dizer aquilo. -----  
 ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, só para resumidamente dizer que a proposta que apresenta é no sentido de se saber que o alargamento, ou a reformulação do Quadro do Pessoal, é uma operação legal. E, ele, tendo a certeza que é uma operação legal e com algumas correções a introduzir, naturalmente estará disponível para viabilizar esta reformulação para ter aplicação no futuro, como, aliás, é proposto. E queria dizer ainda, em último lugar, que ele sabia que há situações que são injustas, que têm que ser resolvidas, que não podem ser adiadas, mas que a Câmara, naturalmente, o Senhor Presidente e eles todos, estão empenhados e estão disponíveis para que essas dificuldades e para que esses problemas de cada um, individuais, ou não, sejam resolvidos. Não há da sua parte e julga que fala em nome de todos os Senhores Vereadores, nenhum tipo de intenção de prejudicar quem quer que seja, bastante pelo contrário. É legítimo que todos os Colaboradores da Autarquia, embora muitas vezes, e é bom que se diga, as promessas que lhes foram feitas, foram feitas de forma ilegítima, mas é legítimo que as pessoas que trabalham ali, que dão ali o seu melhor, que se dedicam também um pouco à causa pública, é justo que as suas aspirações sejam acauteladas e que os seus direitos sejam garantidos e ele, Vereador Adelino Amaral, está disponível e está empenhado para que isso venha a acontecer, embora não desta forma já.  
 ---- O Senhor Presidente afirmou que, antes de passar a palavra ali à Senhora Vice-Presidente, que liderou este processo, naturalmente, com ele, Senhor Presidente, queria dizer o seguinte, para ser claro: Em primeiro lugar dizer que ele, pessoalmente, não arregimentou ninguém para estar ali na sala e as pessoas estão ali por livre e exclusiva vontade. Queria dizer também que a acusação de eleitoralismo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques lhe está a querer fazer e com os adjetivos que utilizou, naturalmente, estava a utilizá-los para ele próprio quando criou os tais 60 lugares naquela altura. Portanto, tinham que ser sérios e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques como Vice-Presidente da Câmara, na altura como Vereador, teve um comportamento que hoje está a condenar no Presidente da Câmara. Estava a ver. -----  
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que não condenava o



Reunião de 21/11/2016

comportamento do Senhor Presidente se não puser no Mapa de Pessoal 4, ou 5 lugares de Técnicos Superiores e é uma questão que é fundamental. O Senhor Presidente tem pessoas ali com o vencimento garantido e o Senhor Presidente quer-lhe dobrar o ordenado para Chefes de Divisão. Em contrapartida, há pessoas neste Concelho que não têm dinheiro para comprar o pão para a mesa. E o Senhor Presidente quer-lhe dobrar o ordenado aos que têm emprego garantido e um vínculo à função pública e o Senhor Presidente quer fazer isso por mero eleitoralismo e mera promessa. Mais nada. Refere-se aos Técnicos Superiores, aos Encarregados Gerais e refere-se também aos Chefes de Divisão. É o que o Senhor Presidente quer fazer, quando o Senhor Presidente tem pessoas no Concelho em POC,s, na rua, a apanhar chuva e não lhes resolve o problema, mas quer resolver a estes que ganham 700,00 euros e que passem a ganhar 2.000,00 euros e aos outros não resolve os seus problemas. Isso é uma injustiça. É essa a forma do Senhor Presidente fazer política. Se o Senhor Presidente tiver a coragem de retirar da proposta os Técnicos Superiores e os Chefes de Divisão, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, votará favoravelmente na proposta, mesmo sendo ilegal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, em relação a essa questão e também para quem conhece a história, escusa de a estar a descrever, até porque o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fica um bocado nervoso com a verdade. Relativamente à transparência dos concursos na admissão de Pessoal e relativamente à autoridade moral do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para falar nisso. Então ele, Senhor Presidente, não ia por aí. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para não ficar nervoso, que não valia a pena. Que não o intimidasse na sua intervenção. Que o deixasse usar da palavra. Sabia que a verdade é cortante e é tão cortante que foi fruto de uma admissão descontrolada de Trabalhadores na Câmara que depois da Lei de Vínculos e Carreiras, publicada em 01/01/2009, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques passou para o Quadro da Câmara 60 pessoas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que isso foi fruto do encerramento da Johnson Controls onde o Senhor Presidente tinha uma grande avença e foi esta Câmara que lhes deu abrigo e que o Senhor Presidente não o obrigasse a falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, fruto do Quadro do Pessoal ter atingido 330 pessoas, ou 340 pessoas, fruto desse desvario na despesa corrente, incluída na despesa com Pessoal, é que a Câmara tem um Plano de Ajustamento Financeiro por dívidas a fornecedores, porque o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques passou 2009 com uma dívida de 6 milhões de euros a fornecedores. E, portanto, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques visse bem que autoridade moral com que hoje fala das pessoas que estão sentadas na sala, muitas delas já cá estavam nessa altura e que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não resolveu o problema e que saba que agora existe um Plano de Ajustamento Financeiro que impede a Câmara de contratar seja quem for. Não é ilegal porque a aprovação, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques está a confundir a beira da estrada com a Estrada da Beira. O que a Câmara está ali a aprovar é um Mapa do Quadro do Pessoal, não é a admissão de 40 pessoas na Câmara. É o Mapa de Quadro do Pessoal e este Mapa de Quadro do Pessoal que pode vir a permitir abrir lugares no Quadro, muitos dos lugares estão lá - A Preencher, portanto, não é hoje que é aprovado o Mapa ele é preenchido. Depois tem que haver a abertura de um concurso, que vem à Câmara, seguir as regras. Tem que ser consultada, porque a Câmara está em Plano de Ajustamento Financeiro, a DGAL e o Membro do Governo responsável, é isso que diz a lei. Portanto, para cada admissão de cada Trabalhador esse processo vai ter que ser seguido. E diz





## Reunião de 21/11/2016

mais. Ele, Senhor Presidente, agora é ele, mas, naturalmente, já foram outros e podem vir a ser outros, que tem que decidir sobre todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos Recursos Humanos afetos aos Serviços Municipais, considera que não tem condições porque tem um Plano de Ajustamento Financeiro, cuja herança, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques foi o testamentário e a pessoa que lhe deixou essa herança de não poder meter ninguém no Quadro, foi o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, durante 8 anos. Ele, Senhor Presidente, está ali a assumir perante a Câmara a responsabilidade que também é sua, legal, de gestão dos Recursos Humanos da Autarquia e considera que é, absolutamente, essencial para o funcionamento da Câmara que as pessoas que têm contratos de prestação de serviço, que as pessoas que hoje estão a prestar contratos de prestação de serviços estão a preencher um lugar, elas estão a preencher um lugar, cujo lugar à partida não está garantido que é para elas, mas que é um lugar que tem sido permanente nos últimos anos fruto das sucessivas renovações de contratos de prestações de serviços. Depois, ele, Senhor Presidente, considera também que uma Câmara e que a qualidade que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques sempre arvora da Câmara de Nelas, uma Câmara de Nelas não pode, com a responsabilidade que tem e com uma gestão sempre com mais de 10 milhões de euros de Orçamento, não retribuir as pessoas e classificar as pessoas com a responsabilidade que elas desempenham. Por isso tem que haver Chefes de Divisão na Câmara de Nelas. Existiram em todas as Câmaras. Existia o Senhor Eng.º Luís Almeida. Estão criados no Quadro, o que não quer dizer que sejam preenchidos. É o Quadro do Pessoal e a maneira como ele, Senhor Presidente, entende a gestão do Quadro do Pessoal é um Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, um Chefe de Divisão de Obras e Planeamento e um Chefe de Divisão das outras atividades da Câmara porque Técnicos Superiores, um Chefe de Divisão, quem percebe alguma coisa de Recursos Humanos sabe que um Chefe de Divisão não faz o lugar daquilo que antigamente eram os designados Chefes de Secção e tem que ser um Técnico Superior abaixo do Chefe de Divisão a superintender essas áreas de serviço. Está a justificar a proposta se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques o deixar justificar a proposta e a proposta que ele, Senhor Presidente, está a justificar é aquela, quer do ponto de vista da estabilidade do emprego, quer do ponto de vista da qualidade do emprego, para além de ter também umas luzes de Direito também tem umas luzes de Recursos Humanos. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para não dizer que foi ele que espoliou os Funcionários da Johnson Controls porque não foi advogado da Johnson Controls nesse processo, foi um Gabinete de Lisboa. Mas se tivesse sido era a sua profissão na altura. Por outro lado, há um outro argumento que é um argumento fundamental, e que ele, Senhor Presidente, também diz a todos os Senhores Vereadores e parece que andam distraídos, o Governo está a negociar a integração nos Quadros do Estado de cerca de 100.000 pessoas. Portanto, onde é que está o Quadro do Pessoal da Câmara de Nelas que se isso vier a acontecer nas condições que estão a ser negociadas e que ele, Senhor Presidente, leu no Expresso, este fim-de-semana, onde é que está no Quadro do Pessoal, na Câmara, a possibilidade de integrar os precários que temos na Câmara há anos seguidos? Não está o Quadro de Pessoal criado. Portanto, estando o Quadro do Pessoal criado, se a lei que o Governo está a negociar com o Bloco de Esquerda e com o PCP permitir que os precários da Função Pública, em determinadas condições, sejam integrados, que pode chegar às Câmaras, se isso vier a acontecer, mas pode a condição que vier na lei que estende essa aplicação às Câmaras Municipais, pode dizer a condição e não é



Reunião de 21/11/2016

invulgar dizer essa condição, que é: Desde que conste o lugar no Mapa do Quadro do Pessoal aprovado aquando do Orçamento. Não está a inventar nada, pode lá vir. E depois se lá vier nessa altura, pediu para o deixarem acabar a sua intervenção. O que ele, Senhor Presidente, está a dizer é que a proposta que está feita ali por ele e pela Senhora Vice-Presidente, é uma proposta de Mapa de Pessoal. Não é nada uma proposta de contratação de 15, 17, 20, nem é da Marta, nem da Joana, nem da Isabel Pinto, nem de nada disso, é um lugar no Quadro que é, absolutamente, essencial. Um Jurista é, absolutamente, essencial no Quadro da Câmara Municipal de Nelas, tanto é essencial que andam há anos a fazer-lhe um contrato de prestação de serviços. Um Chefe de Divisão Administrativo e Financeiro é essencial na Câmara. Já está explicado. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, o Senhor Presidente afirmou que uma coisa é, eles todos e ele, Senhor Presidente, agradece também e elogia o espírito de responsabilidade com que, particularmente, todos os Senhores Vereadores participaram na questão do Orçamento Municipal e foi possível chegar a um Orçamento que mantenha a normalidade do funcionamento, mas também lhes diz uma coisa, deem o direito ao Presidente da Câmara de apresentar uma proposta de Mapa de Pessoal e de a explicar. Ele, Senhor Presidente, tem o direito de apresentar uma proposta. E o Senhor Vereador Adelino Amaral também apresentou uma proposta. Respondendo ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, afirmou que trouxe este assunto à Câmara porque a competência para aprovar o Mapa de Quadro do Pessoal é da Câmara. E porquê agora? Porque a Câmara de Nelas tem que estar preparada para aquilo que ele, Senhor Presidente, explicou, da integração de quadros precários nos quadros da Câmara, nos termos que vierem a ser estabelecidos, por um lado. E por outro lado, ele, Senhor Presidente, diz-lhe uma coisa: Não se conforma, ou o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges pensa que vai estar muitos anos, ou meses, a Câmara sujeita a um Plano de Ajustamento Financeiro? Não é com ele, Senhor Presidente, ali na Câmara que a Câmara vai estar sujeita a um Plano de Ajustamento Financeiro. Não há-de ser com ele. Não quer ser um Presidente da Câmara capado, só a pagar dívidas que os outros cá lhe deixaram e não pode gerir o Pessoal como os outros. Não há-de ser sempre um Presidente da Câmara capado. Foi a herança que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques cá lhe deixou. Com o devido respeito, agora está inscrito a Senhora Vice-Presidente. -----

---- A Senhora Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques cumprimentou todos os presentes. Afirmou que esperava conseguir ter ainda energia depois desta maratona e vai tentar explicar de uma forma muito rápida pegando até na proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, se ele lhe permitir, explicando ponto a ponto, porque, no fundo e sem prejuízo dela ser votada. No entanto, vai explicar as dúvidas que o Senhor Vereador Adelino Amaral tem na expectativa de que a explicação possa até conduzir a já não ser necessário votá-la, mas se for que lhe permita uma explicação na mesma. Antes de mais, também ali uma introdução, ainda que não com o histórico do Senhor Vereador Adelino Amaral e de outros Colegas de Mesa, é também com sentido de grande respeito que esta proposta foi trabalhada com os Serviços. Portanto, esta não foi uma proposta do Executivo, esta é uma proposta verdadeiramente dos Serviços. Quer dizer com isto que ela foi trabalhada com ela e com o Senhor Presidente, com a responsável atual dos Serviços de Recursos Humanos da Câmara, com a Jurista, ainda que avançada, da Câmara e depois com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia no que diz respeito ao enquadramento orçamental dessa mesma proposta. Portanto, que ali fiquem todos tranquilos de que a proposta é verdadeiramente em função das necessidades dos Serviços,



## Reunião de 21/11/2016

inclusivamente, nunca esteve em causa outros pressupostos, ou outras variáveis. Portanto, em primeiro lugar, o seu Obrigada em particular às Senhoras Dr.<sup>a</sup> Marta, Dr.<sup>a</sup> Ana Santos e à Dr.<sup>a</sup> Célia, que a ajudaram nesta proposta de Mapa de Pessoal que hoje o Executivo apresenta. Pegando, então, na proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral e que todos subscreveram, pelo menos quatro Senhores Vereadores, não sabia se o Senhor Vereador Artur Ferreira a subscreveu, relativamente às dúvidas sobre a legalidade de alargamento do Mapa de Pessoal e da possibilidade do Município de Nelas proceder a novas contratações, estando condicionado pelo PAEL e obrigado a respeitar a Lei dos Compromissos. Pegando pelo final, a Lei dos Compromissos ali não trás qualquer implicação, ou dúvida. A Lei dos Compromissos poderá, de alguma maneira, ser posta em causa e não o será com este Executivo de certeza absoluta aquando da contratação. Portanto, na composição do Mapa que é um instrumento estratégico, a Lei dos Compromissos ali não é chamada. Relativamente ao condicionamento pelo PAEL, o Executivo está substancialmente abaixo do valor previsto no PAEL em termos de custos com o Pessoal, que eram cerca de 4 milhões de euros. Portanto, ali não estão com dificuldade nenhuma e o Orçamento de Estado de 2016 diz, concretamente, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques só leu um dos artigos, mas diz o Decreto-Lei n.º 38/2008: Relativamente aos Municípios que estejam em saneamento financeiro, como os Senhores Vereadores sabem, portanto, diz o Orçamento do Estado que: Na vigência do contrato de reequilíbrio financeiro os Municípios são obrigados a comunicar previamente ao Membro do Governo responsável, pelas Autarquias Locais a contratação de Pessoal em qualquer situação. Ela, Senhora Vice-Presidente, volta a referir: comunicar a contratação de Pessoal e não a elaboração do Mapa do Pessoal, que é uma coisa diferente, que acha que também pode estar a haver ali alguma confusão. E, relativamente ao Orçamento de Estado de 2016, o artigo 33.º, n.ºs 1 e 2, diz-nos que, no n.º 1 estabelece que as Autarquias em situação de saneamento financeiro estão impedidas de proceder à abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, ou seja, só poderão abrir concursos internos. O n.º 2 diz que em situações excecionais que a Assembleia Municipal pode autorizar a abertura de procedimentos concursais verificando-se, cumulativamente, os requisitos enunciados e são uma série deles. Volta a referir, a Câmara não está a discutir a abertura de nenhum procedimento concursal, mas ainda assim se existir essa dúvida relativamente ao facto de estarem em PAEL, volta a referir que não é nesta fase em que estão e mesmo que estivessem o Executivo poderia, como ali diz, de acordo com o Orçamento do Estado, de uma forma direta abrir concursos internos e de uma forma excecionada, autorizada pela Assembleia Municipal, abrir concursos externos. Relativamente à prática a todos os títulos condenável a reformulação dos Mapas de Pessoal, em ano de eleições autárquicas, fazendo crer que a criação de lugares e o seu preenchimento possa estar relacionado com promessas, ou angariação de apoios eleitorais. Como ela, Senhora Vice-Presidente, disse há pouco não é de forma alguma esta a pretensão da reformulação do Mapa do Pessoal. Volta a dizer que ele foi elaborado com os Serviços, Serviços de Recursos Humanos, Jurídicos e Contabilidade, Administrativa e Financeira. Só este ano de 2016 o Executivo vai poder fechar o ano verdadeiramente abaixo dos limites do endividamento, coisa que não aconteceu por cento e tal mil euros em 31 de dezembro de 2015, mas que a 1 de janeiro já estávamos por questões contabilísticas. E, portanto, tal como o Senhor Presidente reafirmou, não só por, de facto, já estarem abaixo do excesso do limite do endividamento,



### Reunião de 21/11/2016

mas também por aquilo que a proposta do Orçamento do Estado de 2017 já deixa antever, mas, essencialmente, porque o Executivo está em condições, de facto, de sair desta situação em que foram colocados, só este ano era possível ao Executivo propor alguma reformulação do Quadro de Pessoal e foi isso que o Executivo fez. A terceira dúvida: A ideia de coincidência com o calendário eleitoral é reforçada com a informação dada pela Senhora Vice-Presidente, segundo a qual o processo só estaria pronto para implementação em agosto de 2017. Ora bem: Ela, Senhora Vice-Presidente, limitou-se a dizer aos Senhores Vereadores este prazo, não por questões eleitorais, já o tinha referido anteriormente, mas volta a referir agora, mas porque, de facto, aquando deste trabalho, volta a repetir, com os Serviços de Recursos Humanos e com a parte jurídica, porque tinham que fazer uma correspondência desta proposta no Orçamento, essa correspondência na proposta de Orçamento teve que ser calculada. Então começaram, de acordo com a experiência que os Técnicos dos Serviços têm, a calcular o tempo que demora toda a questão processual, aí sim, da abertura dos concursos e não do Mapa do Pessoal que é o que estão a falar. Portanto, ela, Senhora Vice-Presidente, para tirar qualquer dúvida, informa aquilo que certamente já os Senhores Vereadores saberão, mas compete à Assembleia Municipal aprovar o Mapa de Pessoal. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o mesmo plano. Dizer aos Senhores Vereadores que o procedimento será o seguinte para qualquer procedimento concursal que o Executivo possa abrir, esse mesmo vem à Câmara, da Câmara vai à Assembleia Municipal que é a entidade que pode autorizar a abertura dos concursos, tal como aconteceu com os Técnicos das AEC,s. O concurso é publicitado. Decorre no seu prazo normal. E isto tudo foi estimado nunca menos de 5, 6 meses. Daí, ela, Senhora Vice-Presidente, ter-lhes dado uma informação cronológica, temporal, de agosto de 2017. Mas, caso houvesse dúvidas em relação a isto que os Serviços na altura a orientaram, ela pediu, ainda assim, que fossem analisar os últimos concursos abertos na Câmara e nessa altura não era obrigatório ir à Assembleia Municipal porque a Câmara tinha autonomia para o fazer, portanto, o processo nessa altura vinha apenas a reunião de Câmara, o Presidente, na altura, tinha competência e autonomia para o fazer, portanto, podia dizer aos Senhores Vereadores que os últimos três concursos abertos na Câmara Municipal de Nelas, um deles aberto, aprovado em reunião de Câmara do dia 12 de janeiro de 2010, as pessoas envolvidas só efetivaram o início de funções em maio, portanto, estão a falar de 4, 5 meses. O outro dos concursos que foi proposto na Câmara em 25 de maio de 2010, as pessoas só efetivaram funções em novembro, portanto, estão a falar ali de 6, 7 meses. E o outro, proposto em Câmara no dia 24 de novembro de 2009, as pessoas só entraram em funções em março e em abril, novamente, 5, 6 meses. Portanto, o que ela, Senhora Vice-Presidente, está a tentar tranquilizar os Senhores Vereadores é que não houve ali nenhuma pretensão eleitoralista de definir um prazo de agosto porque agosto será dois meses antes das eleições de 2017. Não o é. Acabou de o comprovar. Depois, é referido que - As propostas de reformulação do Mapa de Pessoal devem incluir um estudo que justifique a criação dos diversos lugares e funções, bem como o impacto no Orçamento Municipal. Volta a reafirmar aos Senhores Vereadores que este trabalho foi feito com os Serviços, identificando, por Serviço, todas as necessidades a satisfazer, prova disso, de facto, é a dependência que a Câmara ainda tem de um conjunto de relações de alta precariedade de trabalho. Se não tivesse essa dependência, de facto, os lugares não eram necessários. O impacto no Orçamento Municipal foi estimado, como ela, Senhora



### Reunião de 21/11/2016

Vice-Presidente, disse aos Senhores Vereadores e como já referiu o Senhor Presidente, o Mapa do Pessoal permite evidenciar a estrutura funcional que a Câmara Municipal, em função das suas atividades, da sua estrutura orgânica, dos Serviços que tem e das responsabilidades que tem no seu exercício enquanto organização estima a quantidade de Recursos Humanos necessários, que se são necessários deveriam estar previstos no Quadro e, portanto, estima esse número total de lugares necessários, o que não significa, obviamente, que eles possam ser criados na totalidade num primeiro ano porque, infelizmente, o Executivo nem sequer tem Orçamento que permitisse acomodar uma situação dessas e porque as contratações serão feitas gradualmente, como se exige numa Organização. Portanto, a estimativa que foi feita, foi feita apenas para um conjunto de categorias profissionais estritamente necessárias porque, de facto, algumas delas e, de facto, não é por estar cá a Senhora Dr.<sup>a</sup> Marta, mas é frequente falar-se na questão da Jurista, é uma das situações, naturalmente, que se exige que esteja satisfeita por todas as razões e mais algumas enquanto Organização que é a Câmara Municipal e, portanto, a estimativa foi feita exatamente pelo estritamente necessário e considerando estes prazos de cumprimento de um qualquer procedimento concursal a efetivação dessas contratações o custo que essas mesmas teriam no Orçamento. Outra das dúvidas: Parte das alterações agora propostas no Mapa de Pessoal privilegiam o aumento de quadros superiores e dirigentes. Em relação à questão dos quadros dirigentes, o Senhor Presidente esclareceu e muito bem, de facto, ambos partilham e ela, Senhora Vice-Presidente, tem a certeza absoluta que todos partilham de uma Organização funcional rigorosa, que evidencie o nível de responsabilidade e o nível de exigência que as funções que cada um dos Funcionários desempenha deve estar refletida na estrutura hierárquica e a estrutura hierárquica deve estar refletida no Quadro do Pessoal. E, portanto, se o Executivo tem três Unidades Orgânicas, se tem três Coordenações de Unidades Orgânicas, a categoria correta deste nível de responsabilidade e de conteúdo funcional é de Chefe intermédio. Já bem basta as três Coordenações estarem a ser assumidas por três Técnicos Superiores, nem sequer dos mais bem remunerados desta Casa. Relativamente ao aumento dos Quadros Superiores, ela, Senhora Vice-Presidente, não lhe choca nada que o Executivo possa propor um Quadro de Pessoal que reflita uma necessidade e uma justiça, mais uma vez refere, de competências técnicas que esta Câmara vai manifestando e que se não são tantas em prejuízo do desempenho funcional da Câmara é porque elas vão sendo assumidas por pessoas com habilitações académicas de Técnico Superior, mas que continuam integrados em carreiras de Assistentes Operacionais, ou Assistentes Técnicos. Aliás, temos até pessoas com Mestrado na carreira de Assistente Operacional. E, portanto, ela, Senhora Vice-Presidente, como não trabalha no Intermarché, nem no Pingo Doce, não pode defender essa estrutura. Está a trabalhar na Câmara Municipal de Nelas. Portanto, não lhe choca absolutamente nada que a proposta seja justa também nessa matéria. Depois, a proposta, queria esclarecer e tranquilizar os Senhores Vereadores que, de facto, o Executivo tem autonomia para propor e aprovar o Mapa do Pessoal que assim entenderem. O mesmo vai à Assembleia Municipal para ser aprovado, porque é quem tem a competência, de facto, para o aprovar e depois do Mapa do Pessoal aprovado há a abertura dos concursos. Terão ali, ao que se prevê pelo dia de hoje, novas discussões e bastante longas, provavelmente. Se o Senhor Presidente lhe permitisse, a única coisa que ela, Senhora Vice-Presidente, tem a dizer aos Senhores Vereadores é que deixem que a Câmara Municipal de Nelas tenha o Mapa de Pessoal justo às necessidades que





## Reunião de 21/11/2016

tem, às pessoas que as desempenham o melhor que podem, aliás, todos eles, Membros da Câmara, é ponto comum nesta Mesa elogiarem-se os Trabalhadores da Câmara, elogiarem-se bastante pelo seu esforço, pela sua dedicação, e portanto, possam também todos os Membros da Câmara dar um voto de confiança nesse sentido, que é ter um Mapa de Pessoal que traduza isso mesmo, que traduza a gestão funcional que a Câmara precisa e que, no fundo, a demonstra não com a justiça, muitas das vezes das categorias profissionais, ou dos vínculos contratuais da mesma Organização. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que queria questionar e também para ponderar uma posição relativamente a uma matéria tão importante como esta, face aos esclarecimentos dados pela Senhora Vice-Presidente e à discussão que se estabeleceu, pergunta ao Senhor Vereador Adelino Amaral, ainda que não seja para, eventualmente, estarem habilitados à integração eventual naquele processo de integração dos Quadros do Estado de Trabalhadores precários na Administração Pública, se não poderiam fazer ali uma síntese, votar o Mapa do Quadro do Pessoal, que é apenas isso, é apenas o Mapa do Quadro do Pessoal e votar em conjunto a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, que é submetê-lo à verificação da legalidade pelas entidades competentes. Perguntava ao Senhor Vereador Adelino Amaral se isso era possível para não desperdiçar, eventualmente, essa oportunidade. De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira, que é o que protesta mais. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que os Membros da Câmara estavam ali em cima no palco e ele tem um foco à sua frente porque não vê ninguém que esteja na sala, portanto, está à vontade e vai falar assim. Não consegue ver ninguém. Não sabe se são Funcionários, se não são. Não consegue ver ninguém. E ia dizer o seguinte: Quando o seu filho foi para a Universidade agora há cerca de dois anos atrás, e ele disse ao seu filho: Ó rapaz, tu vais para a Universidade, estuda, tira um curso, mas isso não se vai dar trabalho nenhum se não te esforçares para ter trabalho, um curso, infelizmente, ou felizmente, não dá trabalho a ninguém. O curso ajuda-o a ter mais competências e ajuda-o a ter mais capacidade para ser mais alguma coisa. Outra coisa que ele, Vereador Artur Ferreira, diz é assim: A Senhora Vice-Presidente, que lhe permitisse dizer, passou ali um atestado de menoridade aos representantes das áreas orgânicas. Então, por muito trabalho que tenha tido feito com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Marta e com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Ana Santos, então as representantes das Unidades Orgânicas não sabem o que é que é necessário e quantos Funcionários é que são necessários? Acha que, primeiro, tinha que falar com as Coordenadoras para verem quantos Funcionários é que são necessários. Foi o que a Senhora Vice-Presidente disse. Também não podia falar com todos os Funcionários, nem é isso que se pede. Os Funcionários têm uma palavra a dar. Se calhar, a Senhora Vice-Presidente falou com alguns Funcionários. Mas com quem tem que falar é com os Coordenadores de cada Unidade Orgânica. Por isso é que eles lá estão. Pelo menos no seu Serviço é assim. Pede-se e depois não dizem aquilo que a gente quer. Se calhar ele é mais antiquado, como não tem nenhum curso universitário, se calhar tem essa limitação. Depois, queria também dizer que, se realmente, eram necessários estes Trabalhadores, que enquanto não lhe disserem três, ou quatro coisas, porque é que foi este ano e não foi nos anos anteriores, porque é que não foi feito esse trabalho nos anos anteriores. Também concorda que sejam necessários Trabalhadores Técnicos Superiores e que sejam necessários Chefes de Divisão, apesar da Câmara Municipal, que ele se lembre, teve sempre só um Chefe de



Reunião de 21/11/2016

Divisão, não põe isso em causa, nem pode pôr isso em causa. Agora, precisa é que lhe seja dito o porquê desses lugares. Depois, também, outra coisa que o Senhor Presidente disse, que ele, Vereador Artur Ferreira, desde o início vem a dizer isso, que as pessoas têm que ser pagas pelo justo trabalho. É assim mais ou menos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que isso estava na Constituição da República Portuguesa. ---

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira então perguntou: Porque é que os Funcionários que estão afetos ao GAP não são pagos pelo justo trabalho? Porque é que os Coordenadores que estão a coordenar as Unidades Orgânicas e têm que trabalhar mais porque é que não recebem mais? Porque é que poderá ser? Acha que também têm direito a receber mais. Recebem gratidão? É isso que ele não consegue perceber. Uma coisa que ele, Vereador Artur Ferreira, também não consegue perceber é assim: O Senhor Presidente disse que, apesar do Mapa de Pessoal ser aberto e ele entende aquilo que o Senhor Presidente lhe disse, não quer dizer que vá ser contratado ninguém. Mas a Senhora Vice-Presidente disse que para o ano, em principio, nos últimos 5 meses, pode já estar esse Pessoal contratado. Então, em que é que ficamos? Vai haver contrato, ou não vai haver contrato? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que os Senhores Vereadores iam saber e que o Executivo não podia abrir concursos sozinho. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o que foi dito ali é que não podia haver contratos, mas a Senhora Vice-Presidente já está a dar por adquirido que são 5 meses e o Orçamento que está e disse a Senhora Vice-Presidente e bem, que está abaixo do que foi negociado no PAEL. O PAEL diz assim: Não há possibilidade de contratar nenhum Funcionário. Excepcionalmente, está previsto no PAEL, pode haver progressões de carreiras, se forem desbloqueadas e pode haver contratação de Pessoal autorizada quando houver atribuição às Câmaras de competências que não eram delas. Portanto, isso também está previsto. Fora isso não vê que haja possibilidade de fazer a contratação de Pessoal. Depois, ainda têm mais uma situação que é, pode haver situações em que haja Funcionários em mobilidade na Bolsa de Emprego Público e que tenham que vir para cá. Em termos de concurso nada nos garante isso. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou que os Senhores Vereadores continuavam a não discutir o Mapa de Pessoal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores estavam a discutir concursos e que havia ali um pressuposto que não era o ponto. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que já lá chegava. Em relação aos motoristas já o esclareceram e não ia entrar por aí. Afirmou que tinha feito uma proposta para retificar algumas situações. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a proposta do Senhor Vereador Artur Ferreira era para um Telefonista e para dois Motoristas de Transportes Coletivos e perguntou-lhe porquê. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que ia justificar o porquê, porque ele, ao fim-de-semana é burro e anda por várias partes do País, do Distrito, com os filhos das outras pessoas e deixa os seus filhos em casa. E alguns motoristas dizem-lhe que se sentem injustiçados por não serem considerados como motoristas de transportes coletivos e com isso ganhavam mais. Ele fez ver a alguns motoristas e por isso é que agora vai retirar essa proposta, porque não é assim. Eles são Assistentes Operacionais. Quem entrou como motorista de transportes coletivos, na altura, ganhava mais, os outros motoristas não



### Reunião de 21/11/2016

ganhavam. Quem entrar como motorista não vai ganhar mais, vai ganhar aquilo que ganha o Assistente Operacional. A única coisa que eles querem é ser reconhecidos pelo valor, não é só pela palmada nas costas. E porque também lhe disseram que havia três vagas. Não é mais, nem é menos justo que os outros homens. Pelo contrário, é limitado como muita gente. E porque também lhe disseram que havia três vagas de motoristas, que foram aposentados, que era o Senhor Abel, um Senhor da Lapa do Lobo e mais um e ficaram as vagas abertas. Foi por causa disso que ele apresentou a proposta. Em relação à telefonista, ele, Vereador Artur Ferreira, de vez em quando telefona para a Câmara e sabia que a D.<sup>a</sup> Mercedes é capaz de ir embora e rodam por várias pessoas e acha que, até por uma questão de funcionalidade de serviço, era preferível ter uma telefonista sem ser só a Helena porque ela tem dificuldades e muitas vezes passa algum tempo de baixa. Portanto, era só nesse sentido. A outra situação do Fiel de Armazém é que a Senhora Vice-Presidente falou ali nos contratos de 2010, mas temos contratos em 2011 em que foram admitidos três pessoas e um deles foi um Fiel de Armazém. Portanto, a Câmara tem no Quadro um Fiel de Armazém. Disso não há dúvidas nenhuma, está no Quadro. Quanto ao Mapa de Pessoal, ia então fazer perguntas concretas. Por exemplo, o Técnico Superior a criar na Unidade Orgânica Administrativa, já temos um, é para criar mais um? Qual é a finalidade desse Técnico Superior? Atenção que ele não põe em causa os Chefes de Divisão. Acha que devem ser e considera que é uma ligação direta ao Executivo e não é isso que está em causa, apesar de, se calhar, 3, ou 2, serem muitos, mas isso não está em causa, podem é discutir o número. Depois, no Técnico Superior de Técnicos Administrativos, para criar mais um. Qual a finalidade? E porquê? São perguntas concretas. Na página 2 temos também na Unidade Orgânica de Relações Públicas, no Quadro com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Sandra Pereira e criar mais um. Este lugar a criar até lhe faz um bocado de confusão porque é que a Câmara vai ter mais um Técnico Superior de Relações Públicas porque a Câmara gasta muito dinheiro na Plataforma Jota e noutras Entidades. Aí faz-lhe um bocado de confusão porque é que temos que ter mais um Técnico Superior, a não ser que seja para essas pessoas não virem cá trabalhar e então sim, pronto, está justificado. Depois, também outra que o deixa ali muito confuso, realmente, que é na Educação. Então, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Alexandra veio para assessorar o GAP, não temos nenhum Técnico Superior de Educação a fazer, a tempo inteiro, na Educação e não vamos contratar nenhum Técnico da Educação? Se calhar ali é que justificava. Se a Senhora Dr.<sup>a</sup> Alexandra não está lá a trabalhar ali é que se justificava tentar arranjar um lugar para Técnico da Educação, como na Animação Cultural para as Escolas. Ele é a favor que havia de haver mais um Animador Cultural para as Escolas para percorrer todas as Escolas e não só no Centro Escolar de Nelas e também não está lá. Depois, no Apoio à Cultura, ali da Biblioteca, estão ali para criar mais três lugares e depois mais um de Apoio à Cultura na parte das Relações Públicas. É importante que cá estejam agora. Ele não quer propor. Quer votar o Mapa de Pessoal e quer que lhe justifiquem porque é que é. Só por causa disso. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira porque é que ele não fazia uma proposta de Mapa de Pessoal com essas sugestões que estava a fazer. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que ali era justificável se não está lá a Técnica, bem como no caso da Animação Cultural. Depois, só queria dizer que a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, até estava a trabalhar na Biblioteca e não era necessária e agora são precisas três pessoas. Depois, ainda na página 3, também é outra coisa, dos



## Reunião de 21/11/2016

Engenheiros Topógrafos. Há 2 Topógrafos, que temos na Câmara e é para contratar mais um, para arranjar lugar para mais um. Também gostava de saber o porquê. Em relação aos Encarregados Gerais também não põe isso em causa, acha que são necessários e também não estão os lugares ocupados, para já não tem objeções a fazer. Pedia para lhe justificarem porque é que é preciso contratar um Fiel de Armazém quando já temos um Fiel de Armazém, apesar de não estar a ocupar, de momento, o lugar, mas, de qualquer forma, temos o lugar ocupado. Na página 4 era a situação dos Topógrafos, porque é que é necessário mais um Topógrafo na Câmara Municipal. Como o Senhor Presidente vê, ele, Vereador Artur Ferreira, quer discutir o Mapa de Pessoal, quer que lho expliquem e quer votá-lo contra, ou a favor, ou seja o que for, mas quer justificações para isso, até porque desde 2013 estão ali a fazer a votação dos Mapas de Pessoal e nunca houve problemas nenhuns porque nunca foram acrescentados ali alguns dados que ele acha que não têm justificação. Se lhe disserem que têm justificação, muito bem. Considera uma contradição o Executivo dizer que não é possível contratar Pessoal. A reintegração dos 100.000 Funcionários Públicos acha que é uma estupidez a nível nacional, mas isso lá sabem como é que é porque ele não consegue compreender, mas há quem de direito consiga compreender. Tem muito contra. Acha que não é necessária essa situação. Acha que não é necessário meter mais Professores no Quadro porque já temos Professores suficientes. Desculpem, mas ele, Vereador Artur Ferreira, não é politicamente correto. O Senhor Presidente diz e bem que a única situação que se pretende com este Mapa de Pessoal é criar condições para quando houver possibilidades serem contratadas pessoas, mas em contradição, ele entendeu assim, a Senhora Vice-Presidente disse que está tudo preparado para demorarem seis meses os contratos e as pessoas começarem a trabalhar em setembro, ou em outubro. Não tinha nada contra isso. Acha que as pessoas devem ser reconhecidas pelo trabalho e pelo mérito. Devem ganhar como tal. Só pretende que lhe justifiquem se, realmente, são necessários estes lugares. Como não viu nada na sala, não se sente coagido de votar favoravelmente, ou contra. As pessoas entendam o que entenderem. Não é por isso que vai deixar de ser amigo das pessoas que estão na sala, nem essas pessoas menos suas amigas. Não tem problema nenhum em assumir isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ia só ler mais um excerto das suas declarações: Porque a alteração do Quadro Pessoal nesta altura e já vai na segunda tentativa de alteração, mais não visa, objetivamente do que colocar no Quadro do Município alguns apoiantes da Senhora Presidente e dos seus permanentes Vereadores que organizaram a próxima campanha eleitoral que exercem pressões políticas sobre os atuais Trabalhadores da Câmara, como, aliás, é público e manifesto notório, sendo, no mínimo, duvidosa qualquer competência Técnica, ou habilitação escolar que não é o caso destes que vão entrar. Depois diz: Mantemos as nossas reservas quanto ao enquadramento legal. Por isso deve ser pedido um parecer jurídico, proposto pelo Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva. Termina assim. O Senhor Presidente também já tinha dúvidas nessa altura. E votaram contra. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quem é que tinha falado antes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques respondeu que foi o Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não, que deve ter sido o Senhor Vereador Adelino Amaral. -----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques respondeu que foi o Senhor Vereador Adelino Amaral que pediu um parecer jurídico relativamente ao Mapa e hoje o Senhor Presidente não o quer pedir. Porquê, tem medo? -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques parecia o Senhor Dr. Passos Coelho quando o acusam de ainda estar uns anos parado na história. Se era para aditar alguma coisa, tudo bem, agora para isto. Para serem práticos, ele, Senhor Presidente, estava recetivo a pôr à votação a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral. Só queria saber se era possível compatibilizar as duas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges afirmou que queria pedir garantias de que esta operação é perfeitamente legal. Portanto, acha que todos os Senhores Vereadores estão disponíveis para viabilizar a aprovação de um Mapa de Pessoal que, pelos vistos, não pode ser este porque é necessário fazer algumas correções. Mas com efeito para o ano de 2018, aliás por analogia com aquilo que o Governo da Nação quer fazer com a generalidade dos Funcionários Públicos com vínculo precário. Portanto, estão todos disponíveis para fazer essa apreciação e essa valorização com efeitos para o ano de 2018. Estava a ler a sua proposta ao contrário e para isso era necessário que a proposta seja feita e que seja garantida a legalidade dessa operação. Portanto, quando se fala em que as propostas privilegiam o aumento dos Quadros Técnicos, dos Quadros Superiores e Dirigentes é porque, de facto, e ele mais uma vez refere aquilo que disse no princípio e que é a analogia de procedimentos do Executivo anterior e nós não podemos criticar uma coisa quando estamos na Oposição e quando estamos no Poder fazer exatamente o mesmo. Da mesma forma que também não fica muito bonito a quem está no Poder e defende um determinado tipo de coisas e depois quando se vê na Oposição já as critica e isso também não lhe parece bem. Então, é melhor fazer como ele, Vereador Adelino Amaral, faz, que é, critica sempre, embora o criticar não quer dizer opor e muito menos quer dizer obstaculizar. Criticar é muitas vezes uma crítica construtiva e é um contributo importante para muitas vezes sejam limadas arestas e para que se evitem situações irregulares e ilegais graves. Muitas vezes é importante que as pessoas questionem, que as pessoas contestem, que as pessoas duvidem, que é para se ir até ao cerne da questão. E quando se fala na questão dos Quadros Superiores e Dirigentes é porque, muitas vezes, as alterações ao Quadro do Pessoal são ali vendidas, é pá e tal, coitadinhos dos Senhores que andam lá nos Serviços Externos, Cantoneiros e Coveiros, é preciso a gente dar a mão. Mas, depois, no fim, quem beneficia não são essas pessoas, são é os tais líderes de opinião que depois vão fazer engrossas os exércitos nas campanhas eleitorais. E ele, com toda a franqueza, não está a pensar em nomes de ninguém, aliás, à semelhança daquilo que fez e bem o Senhor Vereador Artur Jorge. E o pedido para ser incluído um estudo de impacto financeiro, chame-se-lhe assim, e a justificação da criação dos lugares, acha que é uma coisa elementar. Portanto, é evidente que isto tem impactos no Orçamento e é evidente que precisamos de saber caso a caso porque é que se está a propor a criação deste, ou daquele lugar, isso parece-lhe uma coisa elementar e não ser objeto de qualquer dúvida. E, de facto, renova ali aquilo que disse sobre as aspirações legítimas de toda a gente, quer seja dos precários, quer seja das pessoas que têm uma carreira e que merecem, ao fim de muitos anos de dedicação ao lugar, tenham promoções e possam progredir na carreira. Isso é elementar, é justo que seja assim. Digamos que essa progressão é natural e essas aspirações naturais das pessoas são prejudicadas, são fortemente prejudicadas por esta prática que é, e tal agora para satisfazer





Reunião de 21/11/2016

aqui meia dúzia de reivindicações e para obter aqui uns apoios, então vamos fazer aqui alguns reajustamentos no Quadro do Pessoal e essa prática tem sido seguida. Não é só agora, não é esta. Tem sido seguida nos últimos anos e mal. Depois, a questão do calendário eleitoral, admite que seja uma coincidência, mas é uma coincidência e se é uma coincidência é uma coincidência infeliz e que levanta, no mínimo, dúvidas e suspeitas. E em relação à legalidade e à importância do Mapa do Pessoal, é que foi dito ali que parece que o Mapa do Pessoal não vale nada. Os Membros da Câmara aprovam o Mapa do Pessoal mas não tem efeito nenhum porque está proibida a contratação de pessoas. Mas aprova-se o Mapa do Pessoal mesmo estando proibida a contratação de pessoas porque de hoje amanhã pode-se contratar pessoas mesmo estando proibido. Acha que há aí uma grande confusão. O Mapa de Pessoal é um documento fundamental. Por analogia com o Orçamento, o Orçamento também não permite fazer despesa nenhuma. Mas planeia a despesa. Programa a despesa e a receita, como é evidente. E o Mapa de Pessoal é exatamente isso. O Mapa de Pessoal também não permite contratar ninguém. Mas é um plano de contratação das pessoas. Portanto, na sua ótica, o Mapa de Pessoal está para as contratações e progressões na carreira naturalmente da mesma forma que o Orçamento está para as receitas e para as despesas. Portanto, sem Orçamento não pode haver receitas e pode haver despesas. E sem Mapa de Pessoal também não poderá haver contratações nem progressões. Portanto, é um documento fundamental e sendo um documento fundamental deve ser acautelada a sua legalidade. Da mesma forma o Orçamento, se o Orçamento tiver operações consideradas irregulares, ele é devolvido para a Câmara retificar, como, aliás, julga que aconteceu no ano passado. E é isso que ele, Vereador Adelino Amaral, pretende, é que o Mapa de Pessoal, antes de ser votado na Câmara, seja acautelado pela entidade que tutela e dizer: Sim Senhor, a Câmara está em condições de refazer o Mapa de Pessoal mesmo não podendo, no atual Quadro, contratar pessoas. Infelizmente, tiveram ali casos que lhes disseram que era tudo legal e estava tudo bem e não havia dúvida nenhuma e depois, a seguir, chegaram à conclusão que aquelas operações não podiam ser feitas, e era ilegal. E ele, Vereador Adelino Amaral, é como o São Tomé, ver para crer. Tem dúvidas nesta matéria. Não quer embarcar numa votação, digamos, propagandística e eleitoralística, só para satisfazer, ou para aliciar um conjunto de pessoas. Quer, de facto, resolver os problemas concretos das pessoas e adequar a Câmara com uma estrutura humana correta, mas dentro da legalidade. E ele tem dúvidas que isto seja legal. Por isso, pede por favor que o Senhor Presidente submeta a votação a proposta e o requerimento que ele, Vereador Adelino Amaral, fez e que o Senhor Presidente não tenha dúvida nenhuma que todos os Senhores Vereadores querem viabilizar o Quadro do Pessoal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que notava, com o devido respeito, uma contradição no discurso que o Senhor Vereador Adelino Amaral acaba de ter porque o exemplo do Orçamento aplicado ao Mapa do Pessoal é exatamente a mesma coisa. Portanto, o Orçamento também há-de ir à apreciação da DGAL e se tiver alguma coisa ilegal também volta para trás. O que significa que se o Mapa de Quadro do Pessoal também vai ser apreciado pela Assembleia Municipal, acompanha o Orçamento e depois, se houver alguma contratação, que o Executivo tem de comunicar previamente e que está sujeita a controlo prévio, evidentemente que qualquer contratação, vai dar um exemplo simples, atualmente a Câmara tem um Coveiro, que é o Senhor Francisco, de Vilar Seco, se quiser contratar um outro Coveiro tem que ter lugar no Quadro e tem que pedir autorização para o contratar. Nota essa



## Reunião de 21/11/2016

contradição. Mas, apesar disso e de considerar, democraticamente que ele, Senhor Presidente, fez uma proposta à Câmara de Mapa do Quadro do Pessoal e acha, de acordo com as regras democráticas que a sua proposta devia ser votada. E só depois é que devia ser votada a outra proposta efetuada pelo Senhor Vereador Adelino Amaral. Considerando a importância do documento e a opinião expressa por todos, ele, Senhor Presidente, põe a votação o seguinte: Quem é que vota a favor de que o requerimento do Senhor Vereador Adelino Amaral, quem vota a favor de que a primeira proposta a ser votada relativamente ao Mapa de Quadro do Pessoal seja a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral? Quem se abstém? Quem vota contra? Esta proposta foi aprovada, por maioria, com cinco votos a favor, dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, e dois votos contra, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara. A proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral e se ele, Senhor Presidente, percebeu bem, incorpora não só os aspetos da verificação da legalidade, como o prejuízo da votação da proposta relativamente à proposta apresentada por ele, Senhor Presidente. Ele, Senhor Presidente, nem sequer pode apresentar uma proposta de Quadro do Pessoal. Hoje, ele, Senhor Presidente, a seguir, não pode apresentar a sua proposta de Mapa do Quadro do Pessoal para votação. A proposta de Mapa do Quadro do Pessoal não será votada. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral esclareceu que a sua proposta era no sentido de ser enviada para a DGAL para ver da legalidade do Mapa do Pessoal e que terá de ter alguns ajustamentos e ele, pessoalmente, não tem nenhuma proposta concreta a fazer pelas razões que invocou. Mas houve ali alguns Senhores Vereadores que manifestaram interesse em fazer alguns ajustamentos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, relativamente às perguntas que lhe fez, elas tinham, obviamente, uma razão de ser e ele queria ali, no fundo, dizer aquilo que pensa sobre o processo. O processo, a única coisa que lhe causa, digamos, comichão, é o facto da proposta ser apresentada nesta altura. É favorável à integração de pessoas que tenham, de alguma forma, um vínculo precário e também não o choca nada que haja Fieis de Armazém e Diretores de Serviço e Encarregados e também confia, até por uma razão muito simples, acha que a precariedade na Função Pública favorece comportamentos com os quais ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não concorda. Acha que um Funcionário Público tem um dever para com a República e não para com um qualquer Presidente de Câmara, ou Diretor de Serviço, que facilmente pode pôr-lhe a espada em cima e dizer-lhe: Agora vais para a rua. Portanto, acha que esse vínculo e essa estabilidade no emprego só favorecem o bom exercício da Função Pública e que ela tem a função de não prejudicar ninguém e de tratar todos os Cidadãos de igual forma. Portanto, acha que esse vínculo e essa estabilidade têm, efetivamente, essa função que ele acha que é a principal razão de existir uma Função Pública, ela não andar ao serviço de ninguém, a perseguir ninguém. Portanto, está favorável e até pode nem concordar tecnicamente, pode achar que há ali um, ou outro, que não fazem sentido, não vai entrar nessa questão porque a gestão dos recursos humanos depois acaba por ser do Senhor Presidente de Câmara e, portanto, se ele entende que deve ali meter 60 novos elementos, desde que haja enquadramento orçamental para isso, ele, Vereador Dr. Alexandre



## Reunião de 21/11/2016

Borges, pode até nem concordar mas acha que a responsabilidade, nesse caso, acaba por dar o benefício da dúvida, se não houver, obviamente alguma coisa completamente estapafúrdia. Relativamente a este assunto, quando perguntou porquê, efetivamente, porque o Senhor Presidente já o podia ter feito e ainda bem que o faz com os pressupostos que hoje existem. A justificação que dá relativamente à integração dos 50.000 Funcionários Públicos, ele esteve ali a ver, ela está prevista para ser iniciada no dia 31 de outubro de 2018. Portanto, também quer dizer ao Senhor Presidente que acha bem que a Câmara se prepare, mas não precisa de se preparar com tanta antecedência, exatamente por causa do calendário eleitoral. Portanto, acha que foi claro. Havendo da parte da DGAL e ia lembrar ao Senhor Presidente que na questão do empréstimo também foi assegurado aos Senhores Vereadores que era uma coisa que não havia problema nenhum e depois verificou-se que não. Portanto, havendo uma confirmação de que isto é uma situação perfeitamente legal, ele subscreve e deseja, sinceramente, com as preocupações que também foram ali expressas, que as pessoas que têm vínculos precários, que possam estar em condições de o deixar de estar. O facto de estarem há algum tempo na Câmara também lhes dá alguma vantagem do ponto de vista dos conhecimentos técnicos e, portanto, isso também acaba por ser benéfico para eles. A precariedade, neste caso, resulta daquilo que ele disse. Não resulta de mais nada. Alguns estão na Câmara há 7anos, ou há 8 anos e, portanto, não deixaram de estar e também não vão deixar de estar amanhã. Ele não quer. O Senhor Presidente da Câmara não quer. Provavelmente, não quererá, ainda para mais nesta altura não quererá e, portanto, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também confia no discernimento das pessoas, até porque ainda bem que o voto é secreto e ele pode dizer ao Senhor Presidente que vai votar nele nas próximas eleições autárquicas e o Senhor Presidente acredita se quiser. Também não devemos usar estas questões e as pessoas são minimamente inteligente. Portanto, era para dizer ao Senhor Presidente que concorda, genericamente com o Quadro do Pessoal, concorda e saúda o facto de que se passar um conjunto de pessoas que deram provas de que são precisas na Câmara e são, efetivamente, precisas, passarem para o Quadro. Mas subscreve a proposta, ou faz esta proposta com o Senhor Vereador Adelino Amaral apenas e só de que se quer assegurar que há legalidade naquilo que estão a querer ali todos fazer, todos, ele, e pelo menos, o Senhor Vereador Adelino Amaral. E era apenas isso. -

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Adelino Amaral se era então esta proposta que punha à votação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que fosse remetida essa proposta para que a DGAL se pronuncie sobre a sua legalidade, que, posteriormente, seja de novo analisada pela Câmara para serem feitos os ajustamentos que a Câmara entender e que ela tenha validade para o ano de 2018. -----

---- A Câmara aprovou, por maioria, com cinco votos a favor, dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, e dois votos contra, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, atrás descrita. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra apenas e só porque não considero que haja necessidade do atraso da aprovação do Mapa do Pessoal com os pressupostos de dúvida sobre a legalidade da composição do*



Reunião de 21/11/2016

*mesmo, ou da dúvida da autonomia que a Câmara tem de o formalizar, de o remeter à Assembleia Municipal, esse Órgão, sim, é o Órgão competente para o aprovar e sem prejuízo de, no decurso de todo esse procedimento sabermos que carece de comunicação e autorização do procedimento concursal efetivo. Portanto, voto contra apenas e só porque não partilho das dúvidas manifestadas e, por isso prestei os esclarecimentos que anteriormente fiz.”* -----

---- O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração de voto. *“Eu voto contra porque votaria a favor do Mapa do Quadro do Pessoal.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. A declaração de voto é tão só para dizer que votaria o Mapa de Pessoal contra, ou a favor, ou abstenção, não tinha problemas nenhuns em votar. Como não me foram dadas as explicações aprovei esta proposta. Se me tivessem sido dadas explicações e com as quais concordasse, votaria favoravelmente. Se não lhe tivessem sido dadas explicações votaria contra o Mapa de Pessoal conforme está estipulado. Não tenho problemas nenhuns em o dizer. Mas também acredito que pelo facto de não ter sido votado o Mapa de Pessoal em nada poderá pôr em causa no início do ano estar pronto porque o Orçamento tem que ir à DGAL para aprovação ainda. Seguramente, esta proposta e este Mapa de Pessoal vai à DGAL para verificar a sua legalidade, ou não. Estou em crer que se nós fizermos um bocadinho de esforço por parte da Câmara ela chegará a tempo de ser votado na Assembleia Municipal juntamente com o Orçamento.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges informou o Senhor Presidente que farei chegar uma declaração de voto no prazo regularmente e estabelecido. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Senhor Presidente. Eu votei a favor a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral até porque apresentei uma proposta que V.ª Ex.ª já é a segunda vez que o faz hoje, apresentei uma proposta que votaria favoravelmente este Mapa do Pessoal se dele extraísse os Dirigentes e os Encarregados e os Técnicos Superiores porquanto já têm vínculo à Função Pública, já auferem do vencimento, já têm dinheiro para comprar o pão para pôr na mesa, ao contrário das Senhoras que estão aqui e dos Senhores que o Senhor para aqui hoje arregimentou não têm condições de segurança no seu vínculo laboral. Foi essa a razão que me obrigou a votar a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral, votaria favoravelmente mesmo com a responsabilidade da nulidade dos contratos mas para resolver o problema às pessoas que estão aqui numa situação precária, V.ª Ex.ª não aceitou essa proposta. Temos pessoas em situação precária. Aqueles que o Senhor queria resolver o problema para os Dirigentes, para os Técnicos Superiores, para os Encarregados Gerais, já têm um vínculo, já podem ir à banca até inclusivé fazer um empréstimo, ao contrário daquelas Senhoras que estão aí que estão apenas por prestação de serviço. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, não aceitou a minha proposta, vi-me obrigado a votar favoravelmente a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral e dizer-lhe que na próxima oportunidade quando o documento vier outra vez a reunião de Câmara se V.ª Ex.ª não retirar os Chefes de Divisão, pelo menos alguns que eu acho que não são necessários, uns Técnicos Superiores que eu acho que não são necessários, o Encarregado das Oficinas que eu acho que não é necessário e o Encarregado Geral, eu votarei sem medo contra a proposta. Este Orçamento deve ser para resolver a questão das pessoas que estão em situação precária que V.ª Ex.ª não quis, que*





Reunião de 21/11/2016

*misturou tudo no mesmo saco para nos coagir e dizer às pessoas que não vão para o Quadro porque os bandidos não deixaram. Não é isso, Senhor Presidente da Câmara. Apresente uma proposta do Orçamento só para resolver problemas e eu voto favoravelmente.” -----*

**(383/20161124)3 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 8361, datada de 16/11/2016, da Unidade Orgânica Administrativa, Financeira, Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Deliberação das taxas de IMI a aplicar em 2016 – Deliberação da Assembleia Municipal de Nelas -----*

---- *O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Comunidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3/9, determina na alínea a) do n.º 1 do seu artigo 14.º que o IMI constitui uma receita municipal. -----*

---- *Na sequência de norma, o n.º 5 e o n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12/11, com as alterações que foram introduzidas, estipulam que “os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, ...” e que “As deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.” -----*

---- *O n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, fixa as taxas deste Imposto em: -----*

---- *a) Prédios rústicos – 0,8%; -----*

---- *b) revogada pelo artigo 204.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12-LOE/2014; -----*

---- *c) Prédios urbanos – 0,3% a 0,45% (Redacção da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março-LOE/2016). -----*

---- *Considerando que o Município de Nelas aprovou o Plano de Ajustamento Financeiro/PAEL em 2012, e que se mantém em vigor e em execução, encontra-se obrigado, nos termos do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7/3, e da Lei n.º 43/2012, de 28/08, a cumprir o referido plano e a manter a taxa máxima do IMI. De salientar que, no citado artigo, está estipulada a faculdade de, os Municípios, em certas situações (prédios em ruína, devolutos, classificados de interesse público, etc), mediante deliberação da AM, poderem majorar ou minorar as taxas. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha uma informação dos Serviços que tem que ir amanhã à Assembleia Municipal. Portanto, esta informação que ali está, baseada no Órgão que tutela as Autarquias Locais, constitui um acerto, um ajuste de contas ali com o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira, dos últimos 3 anos, já lhe ia ler e diz assim: *Revisão do Plano de Ajustamento Financeiro*. Isto é uma carta da Secretaria de Estado da Administração Local - *Nos termos do n.º 2, do artigo 6.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que estabelece as medidas mínimas que os Planos de Ajustamento Financeiro do Programa I estão obrigados, sendo que a alínea d) prevê como medida mínima as restantes medidas previstas no artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, nomeadamente a alínea i) do artigo 11.º, que determina a “Definição das taxas máximas sobre os impostos municipais, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos previstos pela respetiva legislação.” Assim sendo, diz o*





Reunião de 21/11/2016

Governo claramente, a aplicação da taxa máxima do IMI e IMT são obrigatórias, está ali escrito, para os Municípios abrangidos pelo Programa I do PAEL e como tal não passíveis de serem alteradas em sede de revisão do Plano de Ajustamento Financeiro. Acresce que o Município de Nelas também contratou um empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, sendo que nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, não existe qualquer previsão para a revisão das medidas obrigatórias previstas no mesmo. Isto significa que o PSD e o CDS, em 2012, quando estava em vigor o Decreto-Lei n.º 43/2012 e o Decreto-Lei n.º 38/2008, sabiam que enquanto estivesse em vigor o Plano de Ajustamento Financeiro que está anexo ao PAEL e que está anexo ao empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, a Câmara estaria até 2036 obrigada a ter o IMI máximo e a não poder sequer contrair empréstimos. E o Senhor Vereador Artur Ferreira andou ali a dizer desde o primeiro dia para o Executivo pedir uma revisão do Plano de Ajustamento Financeiro para alterar a taxa do IMI. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não era assim. Ele tinha dito para pedir a revisão do Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL, para terem a liberdade de escolher o que queriam com a taxa do IMI, para terem liberdade, foi o que ele disse sempre. -----

---- O Senhor Presidente perguntou qual liberdade, estava ali no relatório. E depois havia outro Senhor Vereador que dizia que podia ser 0.4. É obrigatório ser o máximo. Estava ali a carta do Governo. Por isso, é assim: O PSD/CDS, tinha que dizer isto com toda a veemência, deixou um garrote ao Município de Nelas de taxas máximas obrigatórias durante décadas e a impossibilidade de contração de empréstimos. E os mesmos que fizeram isso andam a dizer o contrário há 3 anos e ainda se preparam para lavar a História e vir dizer que fizeram uma grande coisa em aprovar o Plano de Ajustamento Financeiro que obriga este Órgão e a Assembleia Municipal a ter a taxa máxima de um imposto. Ele, Senhor Presidente, tem vergonha de viver num Concelho em que teve uma Coligação de Partidos que lhe tirou a liberdade a elem, como Autarca, de poder decidir a sua taxa entre 0.3 e 0.5, ou 0,3 e 0.45. Há quem tenha orgulho disso. Ele, Senhor Presidente, tem vergonha de ter tido um Executivo 8 anos que deixou a Câmara neste estado. E vêm agora dizer, está a ali a prova, taxas máximas obrigatórias. Deixaram cá os garrotes e agora estão a fugir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, obviamente, os Senhores Vereadores que estiveram ligados intimamente ao Executivo anterior, este chumbo da nossa intenção de baixar a taxa de IMI, obviamente que este chumbo e a manutenção da taxa máxima tem muito a haver com aquilo que foi a gestão do Executivo anterior e com a situação financeira que foi criada que deu origem ao Plano de Ajustamento Financeiro, dito PAF, por analogia com outro PAF, que trouxe, de alguma forma, uma certa troika para este Executivo e que, de facto, não deixa margem, praticamente, para nada. Portanto, é ver a discussão sobre o Orçamento, deu nota disso e só queria dizer que lamenta, de facto, não ser possível que a taxa de IMI possa ser reduzida para os valores que a Câmara aprovou, que os Senhores Vereadores aprovaram, lamenta isso, acha que era uma oportunidade, embora isso viesse a causar constrangimentos também ao nível do Orçamento Municipal, mas acha que era justo que a taxa fosse reduzida e, portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, só pode lamentar isso. Mas também lamenta que, de facto, tenha sido feito o folclore que foi à volta dessa discussão e até os Senhores Vereadores foram apelidados de ter feito coligação com os Senhores Vereadores da Oposição para inviabilizar certas coisas e isso não é justo. Queria



## Reunião de 21/11/2016

deixar só uma nota e se lhe permitem, ele, Vereador Adelino Amaral, vai oferecer este papel velhinho e furado ao Senhor Vereador Artur Jorge e este papel não é mais do que um quadro da evolução das taxas de IMI ao longo dos anos até 2012 e começa em 2005 e em 2005, 2006 e 2007 o Município de Nelas não tinha a taxa máxima. Aquele quadro foi tirado do site das Finanças e em 2005 Nelas tem uma taxa de 0.4, a taxa máxima é 0.5, em 2006 igual e em 2007 igual. Só em 2008 é que a Câmara de Nelas fixou a taxa máxima de 0.4, sendo que era a taxa máxima baixou para 0.4. O Executivo anterior nunca baixou a taxa. O que aconteceu foi que a taxa máxima baixou. Oferece este documento ao Senhor Vereador Artur Ferreira e diz-lhe que estes quadros são tirados do site das Finanças. Portanto, não há quebra de sigilo porque eles são do domínio público. É só ir lá e ver taxas por Distrito e os Distritos têm os Concelhos. Queria dizer também que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges irá fazer uma declaração de voto que ele, Vereador Adelino Amaral, naturalmente, subscreve e que expressa aquilo que ele disse sobre esta matéria. E votará favoravelmente, que remédio, porque não há alternativa, a taxa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que antes de ler a declaração apenas queria dizer que lamenta também aquilo que foi feito no passado, que até se tentou passar a ideia de que o chumbo do empréstimo iria inviabilizar a baixa do IMI e que a responsabilidade era sua e do Senhor Vereador Adelino Amaral e quando afinal o que tinham dito mais uma vez se veio confirmar que tinham razão, é que o empréstimo não era possível e baixar o IMI, infelizmente, também não é. Portanto: -----

---- *Declaração de Voto* -----  
 ---- *O voto favorável na manutenção da taxa máxima de IMI não significa qualquer concordância com esta medida, antes pelo contrário.* -----

---- *A fixação desta taxa deriva de imposição do PAEL, subscrito pelo Executivo anterior da Coligação PSD-PP, na sequência da situação financeira a que conduziu o Município, com recurso a um Plano de Ajustamento Financeiro, para evitar a falência da Autarquia.* -----

---- *Lamentamos que não tenha sido possível baixar a taxa de IMI, no imediato para 0,375%, como aprovado por todos os Vereadores da Câmara, com o objetivo de, a médio prazo, se poder vir a fixar em 0,35%, taxa que nos parece adequada à realidade concelhia.* -----

---- *Lamentamos profundamente que tenham saído frustradas as falsas expetativas cridas pelo Presidente da Câmara a todos os munícipes, que eram, como agora se veio a provar, infundadas e irresponsáveis.* -----

---- *Lamentamos ainda mais que o próprio Presidente da Câmara tenha acusado, maldosamente, em comunicado distribuído por toda a população, os Vereadores, em especial os do Partido Socialista, de terem obstaculizado essa redução.* -----

---- *O nosso querer, a nossa vontade, é que a taxa de IMI, as restantes taxas e impostos municipais, sejam justos e realistas, ajustados às condições do nosso concelho e às necessidades da Autarquia, fixadas no cumprimento da Lei e assentes nestes pressupostos, sem ilusões e promessas demagógicas, muitas vezes com motivações inconfessáveis de egoísmo puro, miopia política e irresponsabilidade social.* -----

---- *O valor da taxa de IMI, para prédios urbanos, fica assim fixada em 0,45%, beneficiando ainda assim, de uma redução de 0,05%, imposta pelo atual Governo do Partido Socialista.* ---

---- *Nelas, 24 de novembro de 2016.* -----



Reunião de 21/11/2016

---- *Os Vereadores do Partido Socialista: Alexandre Borges e Adelino Amaral.*” -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que dormia com a consciência totalmente tranquila em relação ao IMI. Sempre manifestou que, se calhar, a taxa devia estar no máximo. Na última votação que foi feita ali, o Senhor Presidente fez o que fez, ele absteve-se, portanto, está tranquilíssimo. Sempre disse e volta a dizê-lo, que o que havia possibilidade era a revisão do PAEL. Nunca disse que havia possibilidade de mudar as taxas. E está em ata. Foi o Senhor Presidente até que leu a ata. Que havia possibilidade da revisão do PAEL, mas que isso não implicava qualquer taxa que fosse feita. Mais. Disse que não se votaria a baixa do IMI enquanto não viesse a revisão do PAEL aceite, ou não. Foi o que ele, Vereador Artur Ferreira, disse na reunião e por isso é que se absteve. O que ele dizia foi o que sempre disse. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Artur Ferreira tinha dito que era possível baixar a taxa do IMI. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que era possível fazer a revisão e daí poder fazer baixar a taxa do IMI. Quando vai para uma negociação tem que saber o que é que a outra parte quer. Quando vai apresentar uma revisão do PAEL em que baixa a taxa do IMI e vamos contrair um empréstimo em que fazemos uma proposta de 57 milhões de euros para investimentos, ele só se fosse doido é que aprovava isso a qualquer que fosse a Câmara Municipal. Tinha que dizer isso. Foi o que ele disse ali. Então vão retirar receita? -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Artur Ferreira para não inventar. Não é esse fundamento que está na comunicação. A fundamentação diz que a Câmara esta amarrada pelo PAF que o Executivo anterior assinou. É a única fundamentação que ali está. Que não inventasse argumentos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que sempre falou nisso e fala dos argumentos que ali estão. Fala dos argumentos que não deviam estar na comunicação porque o Senhor Presidente disse que tinham 800.000,00 euros de receitas irregulares, continuam a ter e esse dinheiro nem sequer foi para amortizar o PAEL. Ele, Vereador Artur Ferreira, amortizava o PAEL. Fazia tudo para amortizar o PAEL para ter liberdade para escolher a taxa do IMI. Isso sim é que era trabalhar conscientemente para baixar a taxa do IMI. Nunca manifestou essa vontade de baixar muito a taxa do IMI por isso estava á vontade. Deve dizer que não foi feito o trabalho que havia de ter sido feito para termos a liberdade para fazer a revisão do PAEL porque não é só chegar lá e dizer que vamos baixar e fazer um empréstimo. Acha que qualquer pessoa entendia. Era a mesma coisa que ele, Vereador Artur Ferreira, dever dinheiro ao Senhor Presidente, e dizer-lhe: Agora vou-lhe pagar menos, mas até vou comprar um carro. Também não tem lógica nenhuma. Depois, havia outras Câmaras que estavam na mesma situação, por exemplo, Moimenta da Beira, que é aqui perto, que dois anos seguidos andou sempre com a DGAL em cima deles a dizer que iam perder o mandato, que iam pagar coimas e o FEF e o Senhor Presidente da Câmara de Moimenta da Beira, que até é do PS, para ter a liberdade de escolher a taxa de IMI em 2015 amortizou 750.000,00 euros do PAEL. Pagou o PAEL todo. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se a Câmara de Moimenta da Beira tinha empréstimo de reestruturação. É que na Câmara de Nelas temos o PAEL e a reestruturação. -----



## Reunião de 21/11/2016

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que a DGAL quer é que se pague o PAEL e que quando o Senhor Presidente pagasse o PAEL depois iam ver. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que o empréstimo da reestruturação obriga na mesma a manter as taxas máximas. Está escrito na informação. Que não confunda alhos com bugalhos. O Executivo está amarrado por duas vias. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o Município de Nelas ficou amarrado a uma situação que é uma vergonha para toda a gente, andar a anunciar aos sete ventos que baixou a taxa do IMI e agora o Senhor Presidente é que vai propor. Agora, o Senhor Presidente que imaginasse que era chumbada a taxa do IMI. O que é que acontece? A taxa que a Câmara tem é 0,375%. Não têm que votar mais nenhuma. Então era ilegal aquela votação que fizemos? Está votada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que essa votação estava indexada à revisão do Plano de Ajustamento Financeiro. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que isso era um ponto separado e aquilo que está aprovado é a taxa. Não tem problema de assumir ali que não se importa nunca de estar numa entidade a ser submetido a que o Orçamento seja aprovado, ou não. Vive consciente com isso. Quer fazer o melhor mas se lhe dizem que aquilo vai estragar alguma coisa não tem problemas em fazer isso. Não tinha problemas de estar no lugar do Senhor Presidente e de ser submetido à apreciação da DGAL. Até ficava muito mais seguro daquilo que estava a fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não era ser fiscalizado, era ter liberdade para mexer numa taxa, ou não, que não tem neste momento. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não foi feito todo o trabalho para se ter essa liberdade. Quando o Senhor Presidente foi candidato, ou qualquer um deles que foram candidatos, sabiam, o Senhor Presidente até dizia que eram 20 milhões de euros, ou coisa parecida. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não andava longe desse valor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o Senhor Presidente, só num dia, amortizou 5 milhões de euros de dívida. Mas o Senhor Presidente não pode é estar sistematicamente a dizer que por causa disso é que não se podem fazer as coisas. Quando uma pessoa é candidata sabe aquilo que a espera. Esperava pior. Temos é que trabalhar para melhorar a situação e não estarmos sempre a dizer o mesmo. Pagou 5 milhões de euros, ou 10 milhões de euros de dívida, como pagava qualquer pessoa que cá estivesse, qualquer um dos Senhores Vereadores ali presentes. Toda a gente que viesse para a Câmara tinha que pagar essa dívida, estava no PAEL. Então o PAEL era público. Não era um esforço que se fizesse. Era aquilo que tinham que fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o PSD tem um argumentário nacional e outro local. O nacional é o PS que trouxe a troika, o local, ainda bem que trouxe a troika. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, se calhar ainda bem para algumas pessoas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que numa autonomia administrativa e financeira de uma Câmara não são Funcionários Públicos que estão à frente de uma Câmara, nem pessoas nomeadas pelo Governo. São pessoas eleitas que têm liberdades e responsabilidades. E o que o anterior Executivo deixou ao atual foi coartar a sua liberdade e a sua autonomia



### Reunião de 21/11/2016

administrativa e financeira. Foram uns irresponsáveis do ponto de vista do Poder Local. Há coisa mais evidente do que esta? A irresponsabilidade na ótica da autonomia do Poder Local.

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, em relação ao PAEL, o valor que estava previsto na parte do Pessoal era menos 1 milhão de euros. Passou de 4 milhões de euros para 3 milhões de euros. Portanto, só aí temos libertação de 1 milhão de euros. Estava previsto no PAEL mais 1,5 milhões de euros de investimentos. Portanto, já tinham ali 2,5 milhões de euros para investimento. Não são contas de merceeiro. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Executivo anterior, com essas contas, acabou num Plano de Ajustamento Financeiro. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não ia entrar pelo Orçamento que foi aprovado hoje porque se não iam ver como é que chegavam daqui a um ano. Tem que dizer isto, acha que ficam todos mal na fotografia acontecendo isto. É responsável e sabe aquilo que há-de fazer nesta situação. Não considerava que a taxa 0,375% era a melhor para o Concelho, por isso vai abster-se, como também não considera que a taxa de 0,45% é a melhor para o Concelho quando havia uma proposta da Assembleia Municipal para fazer tudo para renegociar o PAEL, para ficar em 0,40%. Para terminar, só queria dizer e aí sente-se, realmente, ofendido, foi nessa reunião de 17 de junho, quando fizeram ali a votação das taxas, do empréstimo e de tudo, tinham ali um Técnico, que ele considera com capacidade, que quase que vendeu ali a banha da cobra e vendeu a banha da cobra ao Senhor Presidente para fazer isso. Acredita que o Senhor Presidente quando fez a proposta da taxa foi com a boa-fé a dizer que era possível fazê-la. Que o Senhor Presidente desculpasse, mas essa pessoa tem que ir embora porque os enganou a todos. Deixou-os mal a todos. O Técnico que fez isso deixou-os mal a todos. Estão ali a passar uma vergonha porque amanhã não sabia qual era notícia que ia sair no jornal, mas vai dizer que: Então andam a brincar às taxas do IMI? Então baixou e agora vai subir? Daqui a meio ano vai fazer a mesma coisa? Respeita muito o Senhor Presidente mas tinha que lhe dizer aquilo e essa pessoa até parece ser capaz pelo que lhe pareceu quando explicou na reunião de Câmara, mas logo na altura, ele, Vereador Artur Ferreira, estava a vender a banha da cobra, pelo menos na taxa do IMI, que ele, Vereador Artur Ferreira, defendeu ali que não podia ser feito assim. Agora, é responsabilidade do Senhor Presidente, mas acha que neste caso aqui deve tomar em consideração essa situação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se se recordava desta notícia, desta sua entrevista: Por proposta apresentada hoje em reunião de Câmara pelo Presidente da Câmara e na presença de todos os Senhores Vereadores, a taxa do IMI poderá baixar para 0,375% em 2017, mas somente após o parecer da DGAL sobre a revisão do PAEL que obriga a Autarquia a fazê-lo. É o Senhor Presidente que o diz, é a sua fotografia e a sua cara. E bem. Vão, então, às amortizações das receitas do PAEL. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que até ficou assustado. Pensou que vinha aí alguma coisa. -

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o PAEL em dezembro de 2013 estava num 1.600.000,00 euros. O Senhor Presidente, em 4 anos, amortizou 1 milhão de euros, 250.000,00 euros por ano e estranha-se que o Senhor Presidente tenha ali, para amortizar do PAEL, a tal desgraça que deixou cá o anterior Executivo, tem ali de saldo em 31 de dezembro de 2016, 630.000,00 euros que estão por pagar. Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2016, do PAEL, 592.000,00 euros. Para quem não sabe fazer contas,





## Reunião de 21/11/2016

usou uma máquina de calcular e o Senhor Presidente só pagou 38.000,00 euros do PAEL. Então, porque é que o Senhor Presidente não se vê livre disto? Em contrapartida o Senhor Presidente gastou 2 milhões de euros em festas, publicidade, lonas, pendões e rallies e já estava preparado para ter ali arregimentado neste Orçamento mais 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros para 2017, para as festarolas. O Senhor Presidente é um ilustre jurista e têm ali a legislação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que se aplica ao PAEL e diz assim, o PAEL que o Senhor Presidente queria renegociar para baixar o IMI, o Senhor Presidente, de vez em quando, tem amnésias: Por proposta apresentada hoje em reunião de Câmara pelo Presidente da Câmara e na presença de todos os Senhores Vereadores, a taxa do IMI poderá baixar para 0,375% em 2017, mas somente após o parecer da DGAL sobre a revisão do PAEL. É o que o Senhor Presidente diz, não é ele, Vereador Dr. Manuel Marques, que o diz. E depois diz a lei: Os objetivos e as medidas apresentadas no plano de reanálise pelo Município e do Estado por uma periodicidade anual, 2012, ou 2013, que foi feito o tal contrato desgraçado do PAEL. Indo à Portaria n.º 281-A/2012, de 14.09 – Reanálise do Plano – Para efeitos do disposto no n.º 5, do artigo 6.º, da Lei n.º 43/2012, os objetivos e as medidas apresentadas ao plano são objeto de reanálise pelo Município e pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) com uma periodicidade anual. Perguntou ao Senhor Presidente: Até agora, o Senhor Presidente, nos termos da lei pediu alguma renegociação do PAEL? Quando? Em 2013, quando o Senhor Presidente tomou posse, pediu a renegociação do PAEL depois de um ano? Em 2014 pediu a renegociação do PAEL depois de dois anos? Em 2015 pediu a renegociação do PAEL depois de três anos? Vem pedi-la agora em 2016 na altura das eleições. Mais uma vez com a sua fotografia, o Senhor Presidente diz que vai fazer o empréstimo, designadamente por condicionar abaixo do IMI as candidaturas aos programas e incentivos comunitários. Então, o Senhor Presidente acha que alguém lhe aprovava a baixa do IMI e uma reanálise de um PAEL quando sujeitando a um empréstimo de 1,5 milhões de euros? Mas pode lá ser. Aqueles gajos estão doidos, foi o que pensaram em Lisboa. Então, mas algum dia a DGAL baixava uma taxa para o Senhor Presidente ir contrair um empréstimo, uma dívida? Agora ia ler uma coisa que tinha ali dos Colegas do Senhor Presidente: 14 de novembro de 2013. Foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal de Loulé, reunida na passada sexta-feira, 8 de novembro de 2013, uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para promover a elaboração de um Programa de Ajustamento Alternativo, uma proposta de renegociação do contrato celebrado entre a Autarquia e o Governo no âmbito do empréstimo do PAEL. Depois, tem ali mais, algumas que ele apanhou. Évora e outra do Alentejo, três. Estes Senhores, mal entraram na Câmara, o que é que se preocuparam com os cidadãos? Foi tentar renegociar o empréstimo. O que é que preocupou o Presidente da Câmara Municipal de Nelas? Consumir o dinheiro nas festas e festarolas, não baixou o PAEL e pediu no último ano dizendo à DGAL: Olhem, reduzam-me aí o PAEL, vamos lá renegociar o PAEL que eu quero fazer um empréstimo de 1,5 milhões de euros. O Senhor Presidente pode arrumar com serradura para os olhos de quem quiser. Agora, ninguém de boa-fé lhe permitia reduzir o PAEL quando o Senhor Presidente vem pedir para reduzir o IMI para contrair um empréstimo. O Senhor Presidente devia ter feito o que fizeram aquelas Câmaras. Os marotos do anterior Executivo aprovaram o tal PAEL, o tal garrote, mas venha o dinheirinho. O Senhor Presidente não fez nada para renegociar o PAEL. Do dinheiro do IMI, em vez de o gastar para pagar os empréstimos, gastou-o nas suas festas, no rali,



## Reunião de 21/11/2016

100.000,00 euros, na Festa do Vinho 300.000,00 euros, no Diabo na Cruz 15.000,00 euros. ---  
 ---- O Senhor Presidente, só para perceber uma coisa, perguntou ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se toda essa lógica que utilizou para o PAEL, porque é que não a utiliza para a reestruturação que são 9 milhões de euros. Ele, Senhor Presidente, renegociou os 9 milhões de euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques perguntou ao Senhor Presidente o que é que isso resultou nos impostos. O Senhor Presidente aumentou a fatura da água. O Presidente da Câmara de Nelas gastou o dinheiro nas festas, nos rallies, nos amigos, nas avenças. Só para a AGR o Senhor Presidente gastou mais de 1,5 milhões de euros. Agora ia ler uma intervenção para ficar em ata. O Senhor Presidente andou para aí a pregoar aos sete ventos que pagava aos fornecedores a 17 dia e agora já vai a mais de 60 dias. -----

---- *“Reunião Extraordinária de 21 de novembro de 2016 -----*

---- *– Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação de Taxas – Aprovação -----*

---- *Intervenção: -----*

---- *À sua boa maneira eleitoralista, o atual Presidente da Câmara Municipal de Nelas brindou-nos mais uma vez com a notícia: “Vamos propor a taxa máxima de IMI para 2017, porque a isso seremos obrigados, face às graves condições acordadas em 2012, com a Reestruturação Financeira e o PAEL nível 1”. O Senhor Presidente não fala ali no PAF. -----*

---- *Demagógicamente o Presidente da Câmara esqueceu-se de informar os nossos concidadãos e concidadãs que nos termos do artigo 9.º, da Portaria n.º 281-A/2012, de 14.09 e do artigo 6.º, n.º 5, da Lei n.º 43/2012, de 28.08, durante estes três anos do seu mandato deveria ter promovido a elaboração de um Plano de Ajustamento Alternativo, como tantas vezes lhe requeri, e outros Municípios o fizeram, que suportasse uma proposta de renegociação do contrato celebrado entre o Município de Nelas e o Governo no âmbito da adesão ao PAEL, que passaria pela revisão da condicionante que obriga o Município a aplicar as taxas máximas de IMI. -----*

---- *Que fez o Presidente da Câmara Municipal de Nelas?-----*

---- *Durante os últimos três anos limitou-se a arrecadar mais de um milhão de euros, por ano, em relação a 2012, que em três anos corresponde a mais de 3 milhões de euros. -----*

---- *Venha o dinheiro do IMI para gastar em festas e avenças com os amigos! -----*

---- *Em perfeito oportunismo político, intencionalmente lembrou-se agora de propor uma contratação de um empréstimo de 1,5 milhões de euros com a finalidade da revisão do plano de ajustamento financeiro e a baixar a taxa do IMI para 0,375%. -----*

---- *Mas alguém lhe permitiria a baixa do IMI com a contratação de um empréstimo, aumentando o endividamento do Município? -----*

---- *Esta manobra não passou de mais uma “artimanha” de Borges da Silva! -----*

---- *O empréstimo do PAEL, em dezembro de 2013, tinha o valor de 1.584.625,00 euros e em 31 de dezembro de 2016 cifra-se no valor de 630.826,22 euros, tendo apenas liquidado em três anos 953.798,78 €, “estorrando” em festas, lonas e pendões e prestação de serviços externos aos seus amigos, mais de 2.100.000,00 euros, deste imposto, quando, com o aumento do IMI de 2013 e 2014, teria liquidado todo o empréstimo, rasgando o contrato do PAEL, como várias vezes prometeu nas reuniões da Câmara e nas reuniões da Assembleia Municipal. Não sabe que rasgão é que o Senhor da Câmara fez. -----*

---- *Borges da Silva mais uma vez faltou à verdade! -----*



Reunião de 21/11/2016

---- *Prefere gastar as receitas dos nossos impostos, com festas, festarolas, lonas e pendões e rallies, em vez de pagar o PAEL. Para tanto, basta vermos no Mapa de Endividamento – Empréstimos, que apenas pretende liquidar 38.000,00 euros durante o ano de 2017. -----*

---- *Acresce ainda que quanto aos demais empréstimos apenas liquida no mesmo ano sensivelmente 1.000.000,00 euros. -----*

---- *É esta a miraculosa gestão de Borges da Silva, em que os números lhe desmentem todas as suas inverdades, demonstrando-se que com as despesas excedentárias da Festa do Vinho, das festarolas e das avenças, num ano ainda sobraria dinheiro para liquidar o empréstimo do PAEL. -----*

---- *Lamento que o atual Presidente da Câmara Municipal de Nelas tenha usado este tempo todo a “chicana política” do PAEL e do IMI, em vez de junto das entidades competentes ter renegociado o contrato e a consequente baixa do IMI. -----*

---- *Bem pode o Presidente da Câmara desfazer-se em notícias inverdadeiras, que o Povo do nosso Concelho já não acredita, apenas lhe reconhecendo a sua gestão festiveira e a gestão das avenças, em prejuízo dos Funcionários da Autarquia.” -----*

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só para completar, na altura também foi dito isso, quando ele diz que há possibilidade da revisão, então ia ler ali a parte da ata em que ele disse isso: que não devia ter sido posto já à votação a taxa do IMI porque isso depende, o PAEL depende da renegociação com o Governo. E acharam que até pode ser uma taxa diferente. Depois, também queria perguntar porque é que as taxas de IMI que temos em vigor para o PAF não as temos que alterar antes da revisão do PAEL, o que nos obriga, sendo o seu entendimento, que a taxa tem que ser a máxima e que, por esse motivo, não se devia estar a votar a taxa até estar revisto o PAEL. Portanto, ele, Vereador Artur Ferreira, disse isso na altura. Disse também na altura que por isso é que se deve pedir e deve-se forçar essa posição da revisão do PAEL dando indicação porque é que vão fazer a revisão do PAEL. É verdade que houve o endividamento baixou. É verdade que a diminuição de Trabalhadores baixou. É verdade que as taxas também estão a diminuir. Tudo isso é verdade. É verdade que estão a trabalhar também nesse sentido. Agora, temos que ir para a negociação e acha que não podia ser naquela forma, tem que se ir para a negociação com a verdade. Acha que até deviam contestar esta decisão da DGAL, para ver se, realmente, temos, ou não, que estar com estas coisas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, e uma abstenção do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, aprovar a proposta de taxas de IMI, nos termos da informação interna n.º 8361, datada de 16/11/2016, da Unidade Orgânica Administrativa, Financeira, Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: “A justificação e a declaração de voto tem a ver com aquilo que eu já referi durante a discussão do ponto e reforçar também aquilo que foi dito agora pelo Senhor Presidente, as diferenças que foram feitas nas informações. Uma não dizia aquilo que diz agora, que sempre vieram assim. E justifica-se porquê? Porque há uma recomendação que foi feita ao Senhor



Reunião de 21/11/2016

*Presidente da Câmara em Assembleia Municipal para fazer o possível para renegociar o PAEL para o 0,40 da taxa do IMI. E no meu ver, acredito no esforço que o Senhor Presidente tenha feito, mas no meu ver acho que não foi feito tudo o que era necessário.” -----*

**(384/20161124)4 - APROVAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DO ANO DE 2016**

---- Presente a proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que esta terceira revisão ao Orçamento tem a ver com um acerto que foi necessário fazer naquele investimento de eficiência energética que foi feito no ano passado, que foram mudados para led nalguns sítios e há um contrato em que o Executivo tem que devolver metade de 85% e há necessidade de fazer ali um acerto de 6.847,00 euros. --

---- A Senhora Dr.ª Célia Tavares prestou informações à Câmara Municipal, referindo que corresponde a 50% do subsídio e sendo um passivo financeiro foi preciso criar essa rubrica. --

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2016. -----

**(385/20161124)5 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA ATÉ AO VALOR DE 600.000,00 EUROS - APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 8188, datada de 10/11/2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanismo, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão especial e Baixa Tensão Normal -----*

---- *O contrato de fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, realizado no ano de 2015, tem o seu termo no final do mês de dezembro do presente ano, razão pela qual é necessário a abertura de um novo procedimento para garantir o fornecimento durante o ano de 2017. -----*

---- *Assim sendo, solicito a V.Ex.ª autorização para a abertura de um Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro nº4/2015 CC-CIM Viseu Dão Lafões, para o fornecimento de energia, em cumprimento do artigo 258º do CCP. -----*

---- *Mais informo que relativamente ao preço estimado, para fornecimento de energia, consideram-se preços máximos os que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações, sendo estes os valores unitários expressos para o preço da energia ativa apurados no ano transato. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V.ª Ex.ª.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que este assunto ia ser no âmbito do Acordo-Quadro de contratação de energia da CIM. O valor estimado é de 575.000,00 euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que só queria perguntar se, á semelhança dos anos transatos, se ainda há possibilidade de instituições diversas do Concelho se candidatarem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente. -

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria pedir para que a documentação que foi entregue hoje em papel depois seja enviada por e-mail, já que começaram a enviar por e-mail, que fizessem o favor de depois enviar por e-mail. -----



Reunião de 21/11/2016

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização de despesas, até ao valor de 600.000,00 euros, referente à aquisição de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 8188, datada de 10/11/2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanismo, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

### **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA**

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

### **ENCERRAMENTO**

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião à uma hora e quarenta e cinco minutos, do dia 25 de novembro de 2016, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, \_\_\_\_\_, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

\_\_\_\_\_  
A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,  
\_\_\_\_\_